

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA NA BAHIA APÓS A IMPLANTAÇÃO DO  
IFET BAIANO**

**MÁRCIO LUIS BASTOS DA SILVA**

**2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA NA BAHIA APÓS A IMPLANTAÇÃO DO IFET  
BAIANO**

**MÁRCIO LUIS BASTOS DA SILVA**

Sob a orientação da Professora  
**Dr<sup>a</sup> Celia Regina Otranto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências** no programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica/RJ  
Agosto/2011**

378.013098

142

S586n

T

Silva, Márcio Luis Bastos da, 1970-  
Os novos desafios da educação  
profissional e tecnológica na Bahia  
após a implantação do IFET baiano/  
Márcio Luis Bastos da Silva - 2011.  
110 f. : il.

Orientador: Célia Regina  
Otranto.

Dissertação (mestrado) -  
Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Curso de Pós-Graduação  
em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 80-82.

1. Ensino profissional - Bahia -  
Teses. 2. Reforma do ensino -  
Teses. 3. Escolas técnicas - Teses.  
I. Otranto, Célia Regina, 1947-.  
II. Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro. Curso de Pós-  
Graduação em Educação Agrícola.  
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

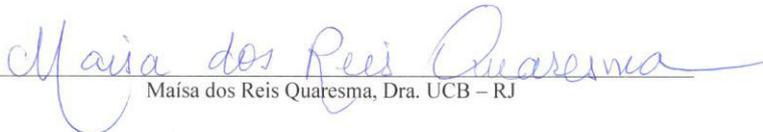
MÁRCIO LUIS BASTOS DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 09/08/2011.



\_\_\_\_\_  
Celia Regina Otranto, Dra. UFRRJ



\_\_\_\_\_  
Maira dos Reis Quaresma, Dra. UCB – RJ



\_\_\_\_\_  
Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

## DEDICATÓRIA

À minha família que sempre me incentivou nesta importante etapa da minha vida profissional, especialmente à minha esposa, **Rosângela**, e minha filha, **Ravane**, pela compreensão das ausências em momentos tão importantes de nossas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer a DEUS, primeiramente, fonte maior da minha motivação para superação das dificuldades encontradas e realização deste trabalho.

Agradecimento especial à Professora Dr<sup>a</sup> Celia Regina Otranto, que, mesmo com tantas atribuições, não recusou a minha orientação e me contagiou com sua competência, profissionalismo, confiança, simpatia e serenidade.

Aos Coordenadores, Professores e Funcionários do PPGA pelas assistências no transcorrer do curso. Em especial, ao Prof. Dr. José dos Santos por suas valorosas contribuições nas aulas ministradas.

Aos colegas do Mestrado, que, apesar da distância, sempre se mostravam solidários.

Aos colegas de trabalho e amigos que me incentivaram.

Aos servidores(as) e gestores dos *campi* do Instituto Federal Baiano onde foram aplicados os questionários que contribuíram significativamente para a consecução desta pesquisa.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

**Tudo tem que mudar para que permaneça como está.**  
(Florestan Fernandes)

## RESUMO

SILVA, Márcio Luis Bastos da. **Os Novos Desafios da Educação Profissional e Tecnológica na Bahia com a implantação do IF Baiano**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Este trabalho buscou investigar as percepções de servidores ativos e efetivos bem como dos gestores integrantes das antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia em relação à reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e ao processo de implantação da nova institucionalidade criada pela Lei 11.892/2008 – os Institutos Federais. Procurou, também, identificar os maiores desafios a serem enfrentados pelo Instituto Federal Baiano para implementação de uma educação profissional e tecnológica de qualidade. Fez um resgate histórico das políticas públicas voltadas para a educação profissional no Brasil a partir da década de 1990 até o período de realização desta pesquisa, visando dar sustentação teórica ao trabalho, sem a preocupação de uma discussão exaustiva sobre essas políticas, apresentando algumas reformas e/ou ações governamentais implementadas para essa modalidade de ensino nesse mesmo período. A pesquisa se deu com uma abordagem qualitativa, sendo utilizado como instrumento de pesquisa o questionário, que foi aplicado a um grupo amostral de aproximadamente 1/3 do corpo de servidores das quatro antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia bem como aos seus diretores gerais. Foi feita uma caracterização do novo modelo institucional, criado a partir da transformação dessas unidades em Instituto Federal e discutidos aspectos relacionados às inquietações que permearam os debates antes e após a criação dos Institutos. Por fim, após a sistematização das respostas obtidas do universo pesquisado, foram apresentados, na visão dos grupos amostrais, os maiores desafios a serem enfrentados pelo IF Baiano para consolidação da nova estrutura organizacional.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional e Tecnológica, Reformas Educacionais, Institutos Federais

## ABSTRACT

SILVA, Márcio Luis Bastos da. **The New Challenges of Professional Education and Technology in Bahia with the implementation of IF Baiano**. 2011. 110 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

This study aimed to investigate the perceptions of active and effective managers and members of the old Agrotechnical Schools Federal da Bahia in relation to the reorganization of federal vocational education, science and technology and the process of implementation of the new institutions created by Law 11.892/2008 - the Federal Institutes. Sought, also, identify the major challenges to be faced by the Federal Institute Baiano for implementing a professional and technological education quality. He made a historical review of public policies for professional education in Brazil from the 1990s to the period of this research, in order to give theoretical support to the work, without the worry of a discussion about these policies, introducing some reforms and/or governmental actions implemented for this type of education in the same period. The research took a qualitative approach, being used as a research tool in the questionnaire, that was applied to a sample group composed approximately 1/3 the body of the four old servers Agrotechnical Schools Federal da Bahia as well as their CEOs. It was made a characterization of the new institutional model, created from the transformation of these units at the Federal Institute and discussed aspects related to the concerns that permeated the discussions before and after the creation of institutes. Ultimately, after the systematization of the responses of the group studied, were presented, in view of the sample groups, the greatest challenges to be faced by IF Baiano for consolidation of the new organizational structure.

**Key words:** Vocational and Technological Education, Educational Reforms, Federal Institutes

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Mapa da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.....	26
<b>Figura 02</b> - Localização dos <i>Campi</i> do IF Baiano.....	27
<b>Figura 03</b> - Estrutura Organizacional do IF Baiano .....	29
<b>Figura 04</b> - Organização Acadêmica do IF Baiano .....	29
<b>Figura 05</b> – Vista aérea do <i>campus</i> Guanambi.....	33
<b>Figura 06</b> – Vista geral do <i>Campus</i> Catu .....	34
<b>Figura 07</b> – Vista aérea do <i>Campus</i> Senhor do Bonfim .....	35
<b>Figura 08</b> – Vista aérea do <i>Campus</i> Santa Inês .....	36

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Quadro docente por titulação dos <i>Campi</i> do IF Baiano em 2009.....	28
<b>Tabela 02</b> – Devolução de questionários pelos servidores .....	38
<b>Tabela 03</b> – Forma de implantação do IF Baiano na visão dos servidores.....	38
<b>Tabela 04</b> – Forma de implantação do IF Baiano na visão dos gestores.....	39
<b>Tabela 05</b> – Nível de esclarecimento dos servidores sobre a lei 11.892/2008. ....	41
<b>Tabela 06</b> – Nível de esclarecimento dos gestores sobre a lei 11.892/2008. ....	41
<b>Tabela 07</b> – Número de reuniões informadas pelos servidores durante a implantação do IF. ....	42
<b>Tabela 08</b> – Número de reuniões informadas pelos gestores durante a implantação do IF.....	43
<b>Tabela 09</b> – Participação da comunidade escolar na discussão sobre os IF's – pelos servidores .....	44
<b>Tabela 10</b> – Participação da comunidade escolar na discussão sobre os IF's – pelos gestores .....	44
<b>Tabela 11</b> – Participantes da discussão – visão dos servidores .....	44
<b>Tabela 12</b> – Participantes da discussão – visão dos gestores .....	44
<b>Tabela 13</b> – Condições da instituição de assimilar a proposta do governo – pelos servidores.....	45
<b>Tabela 14</b> – Condições da instituição de assimilar a proposta do governo – pelos gestores....	45
<b>Tabela 15</b> – Avanço da qualidade da educação com a criação dos Institutos – visão dos servidores.....	47
<b>Tabela 16</b> - Avanço da qualidade da educação com a criação dos Institutos – visão dos gestores .....	47
<b>Tabela 17</b> – Forma de escolha dos cursos superiores – visão dos servidores.....	50
<b>Tabela 18</b> - Forma de escolha dos cursos superiores – visão dos gestores .....	50
<b>Tabela 19</b> – Perda de espaço do ensino agrícola com a reforma – visão dos servidores.....	51
<b>Tabela 20</b> – Perda de espaço do ensino agrícola com a reforma – visão dos gestores.....	51
<b>Tabela 21</b> – Priorização da quantidade de cursos e alunos em detrimento da qualidade da educação – visão dos servidores.....	54
<b>Tabela 22</b> - Priorização da quantidade de cursos e alunos em detrimento da qualidade da educação – visão dos gestores .....	55
<b>Tabela 23</b> – Aumento da qualidade da educação com os Institutos .....	57
<b>Tabela 24</b> – Autonomia das instituições que compõem o IF Baiano .....	59
<b>Tabela 25</b> – Aplicação da Lei de criação dos IF's nos <i>Campi</i> .....	61
<b>Tabela 26</b> – Compensação da dívida social com cidadãos excluídos do direito à educação... ..	62
<b>Tabela 27</b> – O IF Baiano como solução para o déficit educacional na Bahia .....	64
<b>Tabela 28</b> – Necessidade de criação dos Institutos Federais .....	65
<b>Tabela 29</b> – Situação dos <i>campi</i> no momento da implantação do IF Baiano (jan/2009) .....	67
<b>Tabela 30</b> – Situação dos <i>campi</i> no momento da pesquisa (jun/2010).....	67
<b>Tabela 31</b> – Evolução da situação dos <i>campi</i> em 18 meses de funcionamento do IF Baiano. ....	68
<b>Tabela 32</b> – Manutenção da autonomia do <i>Campus</i> .....	69
<b>Tabela 33</b> – Quantitativo de pessoal x funcionamento do IF Baiano .....	70
<b>Tabela 34</b> – Qualificação do quadro de pessoal x funcionamento do IF Baiano .....	71
<b>Tabela 35</b> – Perda da identidade das antigas EAF's.....	71

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1	Justificativa para o Estudo .....	1
1.2	Questões de Estudo.....	2
1.3	Objetivos.....	2
1.3.1	Objetivo geral .....	2
1.3.2	Objetivos específicos .....	3
1.4	Métodos e Procedimentos da Pesquisa.....	3
1.4.1	Aplicação dos questionários .....	4
<b>1</b>	<b>CAPITULO I A DÉCADA DE 1990: A CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS NEOLIBERAIS</b> .....	6
1.1	A Transição.....	6
1.2	A Década de 1990.....	6
<b>2</b>	<b>A OFENSIVA NEOLIBERAL SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA</b> .....	9
<b>3</b>	<b>AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE 1990</b> .....	12
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO II A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS IFET'S</b> .....	21
2.1	O Campo da Pesquisa: Caracterização do IFET Baiano .....	26
2.2	Breve Relato do Início da Trajetória do IF Baiano .....	30
2.2.1	IFET Baiano – <i>Campus</i> Guanambi.....	32
2.2.2	IFET Baiano – <i>Campus</i> Catu.....	33
2.2.3	IFET Baiano – <i>Campus</i> Senhor do Bonfim.....	34
2.2.4	IFET Baiano – <i>Campus</i> Santa Inês.....	35
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	37
3.1	Questões Dirigidas aos Servidores e Gestores .....	38
3.2	Questões Dirigidas aos Servidores .....	57
3.3	Questões Dirigidas aos Gestores .....	67
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	74
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
<b>6</b>	<b>ANEXOS</b> .....	83
	Anexo A.....	84
	Anexo B.....	97
	Anexo C.....	104

# 1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo o Brasil vem enfrentando sucessivas reformas educacionais que sempre acabam promovendo mudanças que, a princípio, têm como objetivo declarado a melhoria do sistema educacional brasileiro. No entanto, quando analisadas com maior atenção, percebe-se, em algumas delas, o objetivo não declarado de atender aos interesses de determinados grupos que ditam as regras e fazem com que as diretrizes traçadas para a educação sejam direcionadas à consecução de outras idéias e princípios não voltados para o bem comum.

Recentemente nos deparamos com mais uma dessas reformas, que muda substancialmente a engenharia da rede federal de educação de educação profissional e tecnológica do país, dando-lhe uma nova fisionomia, consubstanciada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Considera-se que a implantação da nova proposta merece, por parte dos envolvidos com essa modalidade de ensino, uma reflexão mais profunda e qualificada.

Refletir a respeito dos objetivos declarados da reforma em curso e registrar o momento histórico do seu primeiro ano de implantação se constitui no grande desafio da pesquisa.

Para a consecução desses objetivos, inicialmente, serão apontadas algumas ações ocorridas na década de 1990 visando à consolidação do sistema neoliberal no Brasil, seguido da apresentação das influências do ideário neoliberal nas políticas educacionais brasileiras. Será feito, também, um breve resgate histórico sobre algumas reformas e/ou medidas relacionadas ao ensino profissional e tecnológico no país a partir da década de 1990. Na seqüência, haverá um aprofundamento a respeito da criação, concepções e caracterização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para tanto, o referencial teórico constará dos seguintes tópicos: 1) A década de 1990: a consolidação dos projetos neoliberais; 2) A ofensiva neoliberal sobre as políticas educacionais brasileiras; 3) As reformas da educação profissional a partir dos anos de 1990; 4) A criação e implantação dos IFET's; 5) O campo da pesquisa: caracterização do IFET Baiano; 6) Breve relato do início da trajetória do IFET Baiano.

Vale ressaltar que não se pretende com esse trabalho fazer um aprofundamento das discussões acerca das ações neoliberais sobre a política educacional brasileira bem como as reformas promovidas pelo Estado no período estudado, mas, sim, de fornecer subsídios necessários ao entendimento sobre a nova reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica realizada pelo governo no ano de 2008, contribuindo para a compreensão da proposta dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFET's).

## 1.1 Justificativa para o Estudo

O tema da pesquisa intitulada “Os novos desafios da educação profissional e tecnológica na Bahia com a implantação do IFET Baiano” traz a proposta de fazer uma reflexão acerca de mais uma mudança no sistema educacional brasileiro que, desta vez, envolve mais diretamente o ensino agrícola, uma vez que propõe novas atribuições para a totalidade das antigas Escolas Agrotécnicas Federais que consolidaram, ao longo do tempo, algumas características específicas já enraizadas na sua forma de atuar e de formar profissionais. Além dessas, outras instituições de educação profissional também foram desafiadas a se integrar a um novo modelo institucional denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tais como: os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), Escolas Técnicas Federais e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

É importante destacar que, como em outras reformas, as discussões promovidas visando a sua implementação ficaram aquém do esperado pelas partes envolvidas e interessadas no processo e, mesmo as que foram feitas, não corresponderam às expectativas

daqueles que lutam por uma educação de qualidade pautada em princípios democráticos. Isso causou uma inquietação nos profissionais ligados à rede de educação profissional e tecnológica, sejam eles educadores, servidores, estudantes, bem como aos representantes sindicais, devido às expectativas criadas ao longo do processo de implantação da proposta do governo.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), atualmente chamados de Institutos Federais (IF's), o governo alterou, de forma significativa, as concepções adotadas para as instituições que trabalham com o ensino agrícola do país. Com essas alterações, as novas instituições, integradas e reorganizadas a partir de outros estabelecimentos de ensino da rede federal de educação profissional, passaram a ter novas responsabilidades que mudaram substancialmente a sua estrutura e seu modo de “fazer educação” que, em um primeiro momento, pode trazer a idéia de melhoria, mas, quando analisadas com mais profundidade, é possível vislumbrar algumas conseqüências danosas para a qualidade do ensino.

As Escolas Agrotécnicas da rede federal de educação profissional e tecnológica, hoje *campi* dos Institutos Federais, ao longo de sua história, tiveram como principal objetivo a formação do técnico de nível médio, na maioria das vezes, com uma visão muito tecnicista da educação, em decorrência das finalidades da sua criação bem como da cultura adotada ao longo do seu funcionamento. Hoje, essas escolas foram inseridas em um novo contexto no qual deverão oferecer cursos de graduação e pós-graduação, além de desenvolver a pesquisa e a extensão, de forma similar às universidades.

Analisar essa mudança, que ocorreu sem uma discussão mais aprofundada com os atores envolvidos no processo, se constitui em um dos desafios da presente pesquisa, sem deixar de lado a preocupação com as conseqüências dessa nova proposta para o ensino agrícola. O estudo se justifica pelo papel que as antigas Escolas Agrotécnicas desenvolveram no Brasil, ao longo dos anos, e quando o principal objetivo da maioria delas era a transformação em CEFET uma nova estrutura institucional lhes foi imposta.

Pretende-se investigar o que significa, na prática, essa imposição, quais os novos desafios que enfrentarão e se as atenções estarão voltadas, agora, para outras metas, em especial o ensino superior, relegando a formação do técnico a um segundo plano, podendo, com isso, baixar a qualidade desse nível de ensino.

## **1.2 Questões de Estudo**

São duas as questões que nortearam esse estudo:

1) Como se deu o processo de adesão das Escolas Agrotécnicas Federais ao Instituto Federal Baiano?

2) Que desafios precisarão ser enfrentados para a integração efetiva das Escolas à nova Instituição de Educação Profissional?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Registrar o histórico de implantação do IFET Baiano e os principais desafios que as antigas Escolas Agrotécnicas Federais, transformadas em *campi* desse Instituto Federal, terão que enfrentar para se adequar à proposta governamental.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Investigar como se deu o processo de adesão das Escolas Agrotécnicas Federais de Guanambi, Catu, Senhor do Bonfim e Santa Inês ao Instituto Federal Baiano;
- Analisar as condições de oferta dessas Escolas nos dois primeiros anos de funcionamento da nova institucionalidade;
- Identificar as principais dificuldades para a implementação do IF Baiano, conforme definido na Lei nº 11.892/08, a partir da análise das Escolas Agrotécnicas Federais.

### 1.4 Métodos e Procedimentos da Pesquisa

O estudo pretende contribuir para registrar o momento histórico de mudança da rede federal de educação profissional e tecnológica, tendo como foco principal o Instituto Federal Baiano. Pautando-nos na classificação oferecida por Silva e Menezes (2001), a pesquisa teve uma abordagem qualitativa por entendermos que o processo e o seu significado devem ser os focos principais de análise no momento de se fazer as discussões. Utilizamos dados estatísticos somente para complementar e fundamentar melhor as reflexões, não se constituindo, portanto, nos elementos principais do estudo.

Do ponto de vista da sua natureza, definimos a pesquisa como básica, uma vez que os resultados obtidos poderão servir para gerar novos conhecimentos a partir do olhar das comunidades pesquisadas, permitindo verificar como se deu o processo de implantação do Instituto Federal Baiano. Para tanto, e levando em consideração os procedimentos técnicos utilizados, realizamos uma incursão bibliográfica, utilizando livros, revistas, artigos, teses, dissertações e material disponibilizado na internet, visando ao levantamento histórico-político da educação profissional a partir do início da década de 1990 até o final do ano de 2010.

Para a pesquisa de campo foram aplicados questionários, o que nos possibilitou atuar diretamente junto ao nosso público alvo para obter as impressões a respeito de todo o processo de implantação dos Institutos de forma geral, bem como do Instituto Federal Baiano, objeto central deste estudo. O instrumento de pesquisa foi validado através da sua aplicação a servidores integrantes da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e que não compunham os grupos amostrais, obtendo uma resposta positiva quanto ao entendimento das questões formuladas.

A pesquisa desenvolvida teve um caráter descritivo, considerando que a mesma procurou apontar a percepção do grupo amostral a respeito da mudança que aconteceu a partir da publicação da Lei 11.892/2008, sejam os servidores (docentes e técnico-administrativos) bem como os responsáveis pela administração dos quatro *campi* envolvidos.

O recorte histórico foi escolhido em função da grande incursão do Estado na definição de políticas para o ensino técnico e tecnológico no período; da homologação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, e da implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's), em 29 de dezembro de 2008, pela Lei 11.892.

A limitação do estudo fica por conta da investigação nos anos de 2009 e 2010 e da inserção do investigador no campo da pesquisa. A decisão de incluir os dois primeiros anos após a criação dos Institutos Federais se justifica por considerá-los extremamente ricos para um registro histórico que poderá fundamentar investigações futuras e ajudar a responder questões que são impossíveis de serem enfrentadas no momento.

Para atingir o objetivo proposto, fizemos uma pesquisa de campo nas antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, unidades que

compõem o IF Baiano juntamente com mais outros cinco *campi* incorporados nesses dois primeiros anos de sua existência. Para tanto, foi aplicado um questionário aos servidores ativos e efetivos dos quatro *campi* supramencionados, a partir de uma amostra de aproximadamente 1/3 dos sujeitos de cada unidade, escolhidos de forma aleatória.

A escolha pelos servidores efetivos se deu em função da necessidade de limitação da população tendo em vista que a amostragem se tornaria muito grande se fossem utilizados todos aqueles que compunham a comunidade interna e integravam o quadro de pessoal das Instituições no momento da publicação da lei de criação dos Institutos. Outro elemento que também motivou a limitação do universo pesquisado foi o curto espaço de tempo para a pesquisa, o que poderia inviabilizar a conclusão do trabalho no prazo pré-estabelecido.

Pesou para essa escolha o fato de que os docentes substitutos, os estudantes e os trabalhadores terceirizados, mesmo integrando a comunidade escolar, terem uma passagem relativamente curta pela instituição, o que dificulta o entendimento do processo de mudança que está por trás desta reforma educacional.

Não integrou também o universo pesquisado, os servidores que ingressaram após a criação da nova Instituição, por entendermos que os mesmos não acompanharam o desenvolvimento do processo de implantação dos Institutos Federais, desde a publicação do Decreto 6.095/2007, de 24/04/2007, até a Lei 11.892/2008, de 29/12/2008.

O questionário teve como objetivo obter as informações necessárias para responder às questões propostas pela pesquisa e foi elaborado com questões abertas e fechadas, combinando respostas de múltipla escolha com respostas abertas devidamente acompanhadas de instruções para o seu preenchimento.

O mesmo instrumento, contendo questões iguais àquelas aplicadas aos servidores e outras direcionadas especificamente aos gestores, foi aplicado aos diretores das antigas Escolas Agrotécnicas que compõem o IF Baiano com o objetivo de mapear aspectos relacionados à infra-estrutura, recursos humanos e gestão, dentre outros, para possibilitar a análise das condições das diferentes unidades de comportar a amplitude da proposta. Pretendeu-se, ainda, com este instrumento, avaliar o entendimento dos administradores a respeito das finalidades e características do novo modelo organizacional.

A opção pela utilização de questionários se justificou pela liberdade que o público alvo teve para responder às questões elencadas, uma vez que não foi identificado, o que, segundo Lakatos e Marconi (2009), se constitui em uma de suas vantagens. Esta opção leva em consideração, também, o controle interno que é exercido politicamente nestas instituições, que poderia acabar mascarando as respostas, propiciando, com isso, uma visão distorcida da problemática levantada.

Após a aplicação dos questionários, foi dado tratamento qualitativo às respostas obtidas da sistematização dos dados. Uma vez sistematizadas as respostas, iniciamos a fase de análise e interpretação dos dados, levando em consideração os objetivos gerais e específicos da pesquisa e buscando responder às questões levantadas.

#### **1.4.1 Aplicação dos questionários**

Inicialmente, reportamo-nos ao Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas – NAGP de cada *Campus*, solicitando a relação de servidores que compunham o quadro de docentes e técnico-administrativos no mês de publicação da lei de criação dos Institutos Federais. A partir daí, foi feita uma triagem, auxiliada por um responsável pelo setor, identificando aqueles servidores que não integravam a comunidade escolar no momento da aplicação do questionário, motivado por exonerações, cessões, remoções, redistribuições, afastamento para qualificação, aposentadoria, dentre outros, que impossibilitava o seu enquadramento no grupo amostral estabelecido para a pesquisa.

Constatamos com isso que um percentual significativo de servidores deixou as instituições nos 18 meses iniciais de implantação da nova institucionalidade. De posse da situação real, partimos para a distribuição dos questionários que estavam acompanhados de orientações visando ao seu correto preenchimento obedecendo ao que fora pré-estabelecido para a pesquisa, isto é, uma amostra de aproximadamente 1/3 dos servidores ativos e efetivos da realidade encontrada. Distribuimos também na mesma ocasião às administrações dos *campi*.

Vale ressaltar que a distribuição do instrumento de pesquisa deu-se de forma aleatória, ou seja, sem privilégios ou escolha pautada em critérios que não tivessem como princípio norteador a imparcialidade, ação presente em todos os procedimentos durante o desenrolar da pesquisa. Essa prática conferiu ao pesquisador a capacidade de poder analisar os fatos sob um ângulo favorável de percepção o mais próximo possível da realidade.

Procuramos, também, preservar a identidade de todos os participantes do grupo amostral em função de uma cultura de policiamento historicamente estabelecida nestas instituições ao longo dos anos, evitando, desta forma, problemas no recebimento e preenchimento dos questionários que pudessem mascarar o resultado da pesquisa.

O fato acima citado foi perceptível no momento da abordagem a alguns servidores, onde imperou, nitidamente, certa desconfiança ou desconforto na hora de receber o material.

Outro cuidado tomado foi de evitar entregar o instrumento de pesquisa a muitos servidores ocupantes de cargos de direção ou de funções comissionadas, que poderiam ser facilmente identificados em virtude do conhecimento do organograma das instituições pesquisadas. Consideramos que estes servidores já integravam o corpo diretor, que também recebeu um questionário, e poderia consultá-los.

Se assim não o fosse, um servidor, além de receber o instrumento de pesquisa, poderia auxiliar a administração, ou vice-versa, a responder o seu documento, influenciando no resultado da pesquisa, já que as respostas poderiam ser, senão iguais, próximas umas das outras, prejudicando a obtenção de um resultado mais fiel à realidade.

Visando ainda tentar impedir que servidores respondessem conjuntamente os questionários, procuramos, também, não distribuí-los a mais de um servidor do mesmo setor. Com isso, além de possibilitarmos um maior equilíbrio na distribuição do instrumento de pesquisa, buscamos obter respostas próprias daquele servidor que, de fato, retratassem a sua visão a respeito da realidade daquele *Campus*, bem como do processo com um todo.

Identificamos também os participantes por categoria, docentes e técnicos administrativos, observando o percentual estabelecido para a composição do grupo amostral. Assim, tivemos uma melhor representatividade dos sujeitos pesquisados, atendendo à proposta inicial.

# 1 CAPÍTULO I

## A DÉCADA DE 1990: A CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS NEOLIBERAIS

### 1.1 A Transição

Com o término da ditadura militar, em 1985, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a viver momentos de expectativa quanto aos seus rumos, pois, apresentou-se a possibilidade de serem instaladas mudanças significativas no processo democrático tão almejado pela população e até então reprimida pelo regime militar. Houve o fortalecimento dos movimentos sociais e um movimento de readequação da classe empresarial no que diz respeito à forma como estabeleceria seu relacionamento com a sociedade civil, em especial, com a classe trabalhadora. Também ocorreu o crescimento da organização sindical no Estado brasileiro, que contribuiu para busca da consolidação da tão sonhada democracia no país.

A classe empresarial viu-se obrigada a mudar as suas estratégias por conta da interferência da classe trabalhadora e dos movimentos sociais nas relações sociais e nos processos produtivos. Esta interferência também aconteceu no setor educacional e será abordada nos próximos tópicos.

Com o primeiro pleito eleitoral realizado com regras democráticas, esperava-se uma participação popular muito mais efetiva no sentido de romper com a ideologia dominante e oportunizar aos representantes da classe trabalhadora maior participação nos processos decisórios do país. No entanto, o que se viu foi a permanência da burguesia no poder contribuindo para a consolidação dos projetos neoliberais, especialmente a partir da década de 1990, com o apoio dos meios de comunicação, das grandes potências e de organismos internacionais, que passaram a interferir diretamente nas políticas públicas brasileiras.

### 1.2 A Década de 1990

Na década de 1990, o Brasil ampliou a abertura do seu mercado para o capital internacional e passou por grandes transformações no ordenamento político, social e econômico. De um país desenvolvimentista e com forte populismo macroeconômico<sup>1</sup>, o Estado brasileiro passou a adotar o pragmatismo macroeconômico<sup>2</sup>.

De acordo com Camargos (2002), a partir de então, a economia brasileira reestruturou-se com o Estado deixando de atuar ativamente no setor produtivo e privatizando grande parte das chamadas empresas estatais, integrando-se, assim, à economia internacional de maneira não muito planejada. Estas ações do governo brasileiro, de acordo com Soares (2003), seguiam as orientações do Banco Mundial e do FMI através de seus programas de

---

<sup>1</sup> O populismo macroeconômico é o uso político da administração macroeconômica em que a ênfase preferencial da política econômica recai sobre o crescimento e a distribuição de renda, em detrimento de preocupações com tendências inflacionárias e estrangulamentos externos. (CASTRO e CARVALHO, 2002, p. 113)

<sup>2</sup> No pragmatismo macroeconômico, a ênfase da política econômica recai sobre o controle de tendências inflacionárias e sobre a atenção aos estrangulamentos externos, em detrimento de preocupações com a redistribuição de renda, o emprego e o estímulo ao crescimento acelerado. (CASTRO e CARVALHO, 2002, p. 124)

ajustamento e reformas econômicas consubstanciados nas doutrinas do Consenso de Washington<sup>3</sup>.

Assim, imperou a lógica do capital com toda sua avidez por acúmulo de riqueza, dominação e manutenção da sua hegemonia. Para a consecução de seus propósitos, a classe dominante, apoiada também pela maioria da população, países centrais e organismos internacionais, acabou elegendo Fernando Collor de Melo para ser o primeiro presidente eleito pelo voto popular. Este tinha como seu opositor Luis Inácio Lula da Silva, oriundo do movimento sindical, que apresentava idéias e ideais socialistas de ruptura com o sistema estabelecido, o que preocupou a elite burguesa dominante e contribuiu para a sua derrota nas urnas.

Collor tinha no seu projeto idéias que tornariam o Brasil ainda mais dependente da nova ordem mundial liderada pelo capitalismo com sua nova roupagem, a neoliberal. As medidas delineadas em seu programa de governo provocaram a abertura do mercado brasileiro aos produtos e serviços internacionais, promovendo uma concorrência desleal, onde as importações tiveram um crescimento absurdo em detrimento das exportações, o que gerou muitas falências e, com isso, a elevação do nível de desemprego, com suas conseqüências sociais nefastas.

No âmbito público, impôs a política do estado mínimo, em que muitos dos serviços públicos passariam às mãos das empresas privadas. Promoveu um acelerado enxugamento da máquina pública através das privatizações e arrocho salarial, impôs restrições às importações/exportações, redução dos gastos nas áreas sociais, além de outras medidas.

O neoliberalismo, de acordo com Neves (2004, p.1) tinha como proposta:

...realizar, em linhas gerais, a inserção submissa do Brasil ao capitalismo internacional, a implementação de um padrão de desenvolvimento econômico voltado para fora, privilegiando a entrada do capital internacional financeiro e produtivo, em detrimento da expansão do mercado interno, o desenvolvimento de políticas que regulamentam o aumento da superexploração da força de trabalho, a transferência da ciência e da tecnologia produzidas pelos países de capitalismo avançado, o desenvolvimento de um modelo de democracia baseada em estratégias de estímulo à conciliação de classes e ao desmonte das formas de organização social que se pautaram historicamente pelo combate à exploração e à dominação burguesas.

Como se pode ver, o que viria pela frente não era algo pretendido por aqueles que sonhavam com um Brasil independente, autônomo e liberto das amarras do capitalismo e a conseqüência das primeiras ações surpreenderam até mesmo aqueles que apoiavam o projeto político.

De acordo com Soares (2003, p. 101), o período do governo Collor “desencadeou um processo de exclusão e pauperização, sob o pretexto da inserção do país no mercado internacional, em condições de competitividade e de inserção na modernização produtiva”. Concorreu para isso: a abertura do mercado à entrada de produtos estrangeiros; a eliminação da reserva de mercado da informática, a privatização exagerada; os investimentos externos no mercado de capitais e não nos setores produtivos, ações estas que acabaram provocando a elevação do custo de vida, do número de desempregados e, por conseqüência, da

---

<sup>3</sup> Conjunto de medidas elaboradas em 1990 por economistas do governo norte-americano e de instituições internacionais, que se reuniram em um seminário a fim de construir um consenso sobre medidas econômicas voltadas para a reforma e estabilização de economias “emergentes” – notadamente latino-americanas. (SOARES, 2003, p.97)

miserabilidade da classe menos favorecida, como também uma queda no padrão da classe média, aumento da dívida interna e externa, dentre outros.

Iniciou-se, então, um desvirtuamento do papel da educação no sentido de formar o cidadão para o mundo do trabalho, de promover a formação do homem integral, e, nessa nova ótica, a educação passaria a ter a função de desenvolver a capacidade produtiva do trabalhador, voltada para o mercado específico que atendessem aqueles que ditavam as regras através de generosos investimentos no setor industrial.

Nesse sentido, foram instituídos programas de governo voltados para uma formação interessada de técnicos visando ao atendimento a grupos que procuravam uma mão-de-obra qualificada e barata, o que difundia ainda mais as políticas neoliberais, deixando em evidência o papel intervencionista do capital privado em setores estratégicos do país, em especial o educacional.

Ao contrário do que está posto pela ótica neoliberal, acreditamos que o ideal seria uma formação desinteressada, onde o cidadão pudesse desenvolver plenamente o seu senso crítico, bem como a sua formação cidadã e humanística. Assim, poderia interferir mais conscientemente nas relações de trabalho e nos processos de produção, possibilitando o desenvolvimento da sua autonomia, que requer o exercício da sua conscientização individual e coletiva, onde esta última é ainda mais difícil de atingir. Isso se constitui em um enorme desafio, uma vez que vai de encontro ao que preconiza o sistema capitalista.

Assim, os dois anos do governo de Fernando Collor de Melo foram suficientes para se instaurar mudanças ideológicas e estruturais com vista à consecução dos ideais neoliberais na sociedade brasileira. Essas mudanças tiveram reflexos nas políticas educacionais e no governo de Fernando Henrique Cardoso foram implementadas de forma muito mais efetiva, até mesmo pelo pouco tempo que teve seu antecessor que acabou sofrendo um processo de *impeachment*, assumindo o seu lugar Itamar Franco que governou até o final daquela gestão.

Fernando Henrique Cardoso governou o país de 1994 a 2002. Durante os dois períodos, seus governos...

se responsabilizaram, prioritariamente, por reestruturar o Estado nas suas funções econômicas e político-ideológicas. De produtor direto de bens e serviços, o Estado passa a coordenador de iniciativas privadas, tanto na área econômica como na área social. A privatização se impõe como a principal política estatal. Na área social, a privatização é complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização (NEVES, 2004, p. 2).

Fernando Henrique governou o país com apoio maciço do Congresso Nacional, da classe empresarial e da grande mídia. Por esse motivo, não teve grandes dificuldades de implementar suas políticas, pois, além do apoio que tinha, contava, também, com o repensar da atuação sindical frente às novas condições sociais, conforme menciona Alves (2000, p. 122).

Portanto, sob a ofensiva do capital na produção, o movimento sindical brasileiro é levado não só a repensar sua linha de ação, mas, principalmente, a reconhecer, cada vez mais, os próprios limites intrínsecos da prática sindical convencional sob a mundialização do capital: as corporações transnacionais tornam-se cada vez mais ágeis e capazes de desconstituir os obstáculos de resistência do sindicalismo organizado, seja através das inovações organizacionais e tecnológicas, seja através da descentralização produtiva.

Complementando o que disse Alves, Otranto (1999) afirma que a força do neoliberalismo pode residir, também, na nossa própria debilidade, na nossa atitude defensiva que não nos permite ver criticamente os fracassos do modelo para usá-los como argumento de

luta. Essa conjugação de variáveis favoreceu a implantação das políticas neoliberais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e criou condições para sua reeleição.

Não se pode deixar de mencionar as interferências de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o BIRD nas políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro, especialmente a educacional que é o foco central deste trabalho, conforme destaca Pamplona (2008, p. 31):

As políticas neoliberais recomendadas pelo Banco Mundial por força de sua influência nos financiamentos externos, no papel de avalista internacional, imprescindível para o recebimento de empréstimos na rede internacional de banco privados, foram incorporadas na legislação e na prática da política educacional brasileira. Elas estão calcadas em premissas de forte viés econômicos que vêem a escola como empresa e a educação como mercadoria.

As intervenções desses organismos nas políticas públicas brasileiras acabaram fazendo com que o Brasil, assim como os demais países em condições semelhantes, se tornassem reféns das políticas neoliberais, subordinando-se aos interesses do capital internacional, o que afetou, inclusive, a própria autonomia do país.

## **2 A OFENSIVA NEOLIBERAL SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Como foi dito anteriormente, países como o Brasil protagonizaram ações que proporcionaram a reestruturação do capitalismo na busca incessante pela recomposição de sua base de acumulação. Essa reestruturação, no campo das políticas educacionais, teve como marco os acordos firmados nos anos de 1960 e 1970 entre o Brasil (MEC) e um organismo internacional - United States Agency for International Development (USAID) que ficaram conhecidos como Acordos MEC/USAID. Estes acordos acabaram delineando as políticas públicas voltadas para o setor educacional, contribuindo significativamente para a implementação de medidas que atendiam às necessidades do capital na corrida para sua recomposição e retomada dos seus níveis de lucratividade, exploração e dominação.

A partir de ações como essa, o Brasil, cada vez mais, se tornava mais refém de normas externas, impulsionado por aporte de recursos que eram disponibilizados visando ao financiamento de projetos que tinham por objetivo consolidar as bases de sustentação de um novo sistema que, na visão de Otranto (2000), pautava-se na desregulamentação, descentralização e privatização, características estas que estão contidas não só no acordo acima mencionado, como também em outros firmados entre o Brasil e organismos internacionais.

O que se pretendia, na verdade, era encontrar uma saída para a crise do capital e não poderia haver espaço melhor que países emergentes como o Brasil. Para tanto, era necessário adequar a realidade desses países às necessidades do neoliberalismo através da interferência direta nas políticas públicas, sejam elas educacionais, econômicas, sociais, para que pudessem ter a certeza de que os interesses do capital estrangeiro, em especial dos países centrais, fossem atendidos.

Essas e outras ações causaram muitos problemas econômicos ao país, acentuando a concentração de renda, o aumento dos níveis de desemprego e das atividades informais, o endividamento interno e externo, alta inflacionária, além de outros que contribuíram para promover uma instabilidade econômica e social, intensificando ainda mais as desigualdades sociais.

O setor educacional teve papel fundamental na consecução dos objetivos do sistema neoliberal e a década de 1990 foi um período marcante na consolidação das políticas que

contribuíram para a reestruturação do capital. Monlevade e Silva (2000, p. 84), fazendo referência às ações no campo educacional, listam as seguintes como de maior visibilidade:

(...) educação básica como principal, mas prioridade no ensino fundamental; qualidade na educação como base para as reformas educacionais; privatização do ensino médio e superior; ênfase no autofinanciamento e nas formas alternativas para captar recursos; descentralização e instituições escolares autônomas; prioridade nos resultados estatísticos fundados na produtividade e na competitividade; convocação dos pais e da comunidade para participar dos assuntos escolares; estímulo ao setor privado: empresários e os organismos não governamentais como agentes ativos no âmbito educacional, ao nível de decisões e implantação de reformas; redefinição das atribuições do Estado e retirada gradual da oferta dos serviços públicos: educação e saúde; institucionalização dos sistemas nacionais de avaliação; fortalecimento dos sistemas de informação e dados estatísticos escolares.

Complementando o que foi dito acima, Souza (2002, p. 111) destaca que algumas ações ocorridas nos dois governos FHC, consolidando as políticas neoliberais no Brasil, foram apoiadas nas seguintes teses:

(...) a de necessidade de se estabelecer parâmetros de qualidade para nortear a gestão das políticas educacionais; a de que o Brasil não gasta pouco em políticas sociais, ele gasta mal; e, a de que o problema educacional do Brasil não é a universalização do ensino, mas a produtividade do trabalho escolar.

Ainda de acordo com Souza (2002), a forma encontrada pelos governos para fazer valer as suas teses foi a implantação de medidas como o Plano Decenal de Educação para Todos, aprovação do Substitutivo Darcy Ribeiro, criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e da publicação dos Decretos 2.207/97 e 2.208/97, que normatizam, respectivamente, a rede de ensino superior e a educação profissional.

Acrescenta-se, ainda, a essas medidas, a implementação da reforma da educação tecnológica; o empresariamento da educação superior; ataques ao movimento sindical; aos direitos dos trabalhadores conquistados a duras penas, além de outras ações que contribuíram para a divulgação dos princípios ideológicos disseminados pelo novo modelo econômico.

Para este trabalho, serão enfatizadas algumas das medidas voltadas para as políticas educacionais direcionadas à educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, no governo FHC as atenções ficaram voltadas para o setor industrial em detrimento do setor agrícola. Buscou-se a formação qualificada dos trabalhadores para atender as demandas industriais, ávidas por produtividade, o que permitiria uma maior competitividade e o fortalecimento do parque industrial brasileiro.

Houve um crescimento de instituições educacionais privadas de nível superior, que passaram a competir de forma desigual com o setor público, contando com as benesses proporcionadas pelo governo que financiava essas instituições ou mesmo substabelecia deveres que eram prerrogativa do estado.

Muitas das reformas educacionais promovidas pelo Estado brasileiro tinham um propósito mercadológico, isto é, visavam atender aos interesses do mercado, do grande capital nacional e internacional, corroborando com o que preconiza o sistema neoliberal. Na retaguarda dessas ações, estavam organismos internacionais de financiamento como o Banco Mundial, FMI e BIRD que procuravam implementar uma reestruturação, também no âmbito das políticas educacionais, que atendessem às exigências do mercado, levando em consideração aspectos como: variedades de cursos oferecidos, formação aligeirada e sem aprofundamento, flexibilidade e continuidade.

Para tanto, as matrizes curriculares eram adaptadas a essas finalidades e uma das principais metas era dissociar o ensino propedêutico do ensino profissionalizante, pois, desta forma, conseguir-se-ia o objetivo de formar a mão-de-obra para o mercado e não para o mundo do trabalho, onde, neste último, se presume uma formação cidadã, plena, que permitisse uma visão crítica da realidade por parte daquele futuro trabalhador, indo de encontro aos interesses do capital.

Depois de muitos anos de arrocho no setor público e na área social, da entrega do patrimônio público e da submissão aos ditames dos organismos internacionais e países centrais, ascendeu ao poder do país um governante apoiado pelas forças progressistas da sociedade brasileira, cercado de muitas expectativas por tudo que se propusera a fazer durante a campanha eleitoral.

Esperava-se o rompimento com as forças conservadoras que dominaram o país na década anterior, mesmo que não acontecesse de imediato e de forma radical, mas o que se revelou, de acordo com Frigotto, Ciavata e Ramos (2005), foi um percurso controvertido entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações e omissões no exercício do poder. Predominava, assim, a lógica do capital, a de manutenção da hegemonia e controle das relações políticas, econômicas e sociais.

Nesse sentido, foi possível perceber a implementação de medidas durante o novo governo que expressavam algumas das características intrínsecas ao neoliberalismo, como aquelas apontadas por Otranto (1999, p.14), em análise do neoliberalismo como proposta hegemônica, das quais destacamos duas:

A primeira é que se trata de uma alternativa de poder extremamente vigorosa, constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas, orientadas para encontrar uma saída para a crise capitalista. A segunda é que representa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica da sociedade. Propõe a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma.

Corroborando com o que foi dito pela autora, pode-se destacar algumas ações dos dois mandatos do governo Lula que contribuíram significativamente para a continuidade do processo de consolidação das políticas neoliberais, tais como: reforma tributária, reforma previdenciária, reformas educacionais, continuidade da política do estado mínimo com a privatização em setores importantes, inclusive a educacional, além de outras, priorizando a geração de superávit fiscal para pagamento das dívidas internas e externas, atendendo, com isso, aos interesses do capital interno e externo.

Em relação às reformas educacionais nesse período, pode-se elencar algumas que faziam com que houvesse uma diminuição da responsabilidade do Estado com a educação, principalmente no tocante à educação superior. Assim, viu-se o financiamento da educação superior através de alguns programas e também a adoção de políticas compensatórias como o PROUNI, FIES, PROJOVEM, PROEJA, Escola de Fábrica, PLANFOR, dentre outras.

É importante frisar, também, que, da mesma forma que nos governos anteriores, os agentes financiadores externos continuaram a interferir no ordenamento interno do país, estabelecendo metas a serem batidas em troca de apoio financeiro e político internacional. Assim, a obtenção de índices quantitativos nos diferentes setores da atividade humana passou a ser perseguido com o objetivo de dar uma resposta às comunidades internacionais que precisavam de alguma referência positiva para poder efetuar seus investimentos no país com segurança. Não se pode deixar de registrar que houve avanços nesses dois períodos do governo Lula, o que levou o país a se destacar no cenário internacional.

No plano educacional, as reformas implementadas neste período contaram com um importante apoio, o da grande mídia, que procurava destacar as ações através apresentação de

números que sensibilizavam a maioria da população que, por não ter desenvolvido um senso crítico sobre o que estava posto, ignorava o seu verdadeiro sentido e intenções. Estas ações, na maioria das vezes, eram realizadas através da utilização de instrumentos considerados antidemocráticos, como os decretos e medidas provisórias.

Contribuiu para isso o estado de letargia que vive a classe trabalhadora, iludida com promessas de crescimento acelerado, muitas vezes superestimadas, por uma propaganda massificante de que tudo está sob controle e que o país tem estrutura para suportar qualquer crise mundial. Esta situação pode ser vista também nas comunidades escolares da rede federal de educação, onde mudanças são implantadas sem uma devida discussão com os sujeitos envolvidos no processo. Há todo um processo de acomodação por parte das comunidades escolares, nas quais são perceptíveis ações que visam ao aliciamento, alienação e cooptação de servidores e entidades representativas das categorias que compõem a rede, além de outras que fazem com que o poder de reação seja bastante reduzido, dificultando a organização das classes e a retomada da luta no sentido de reverter o quadro que está posto.

### **3 AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE 1990.**

Influenciado pelas diretrizes traçadas pelas políticas neoliberais e acompanhando a nova tendência que passou a dominar as relações de trabalho e produção – o toyotismo em substituição ao fordismo/taylorismo – o Brasil passou a direcionar as ações voltadas para a educação visando à formação do trabalhador para o mercado de trabalho, relegando a um plano inferior a preparação para o mundo do trabalho, onde se enfatiza os aspectos humanísticos na busca da formação integral.

Os conceitos de empregabilidade e competências passaram a nortear os discursos e as normas legais no campo educacional, direcionando as ações promovidas pelo estado brasileiro que se mantinha alinhado com os princípios neoliberais e via a escola como instrumento de preparação do cidadão para o mercado de trabalho, isto é, minimizava a importância da formação humana, do homem integral e priorizava a formação subordinada à demanda do setor produtivo.

Para tanto, o governo procurou adaptar seus currículos escolares a essa nova realidade imposta pelo neoliberalismo, principalmente na educação profissional, conforme enfatizado por Kugle (2008, p.22):

A reforma da Educação Profissional implementada no Brasil durante a década de 1990 esteve assentada em um discurso que vinculava a necessidade urgente de adequação dos diferentes países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias que se baseiam principalmente no desenvolvimento da microeletrônica. Tais alterações, segundo esse discurso, demandariam um trabalhador de novo tipo, capaz de acompanhar as constantes mutações do mundo do trabalho. A educação, por sua vez, precisaria se ajustar a este contexto.

Assim, a educação passou a ter papel fundamental na reestruturação do capital e, ainda segundo o autor, serviu como suporte técnico para o processo de desenvolvimento capitalista, facilitando a funcionalidade do sistema econômico. No Brasil, foram feitas reformas e implementadas medidas voltadas à educação profissional e tecnológica com vistas ao atendimento das necessidades do capital, principalmente visando contribuir para a sua reestruturação e, conseqüentemente, para a superação da crise estrutural que vivia.

Uma das reformas realizadas foi a transformação de várias Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET's ,

medida que ficou conhecida como “cefetização”<sup>4</sup>. Eram instituições que integravam o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e foram elevadas a uma categoria hierarquicamente superior. Às Escolas Agrotécnicas era facultada a transformação, no entanto, deveriam passar por uma avaliação e atender a alguns pré-requisitos.

Os CEFET’s foram criados com a incumbência de oferecer educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades. Posteriormente, ampliaram a área de atuação passando a oferecer cursos de nível superior e pós-graduação, inclusive fora da área tecnológica, além de fornecer assistência técnica às unidades descentralizadas de nível médio.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei nº 9394/96, após longos anos de debates com a sociedade, quando se vislumbrou a adoção de medidas que, de fato, pudessem propiciar ao povo brasileiro uma educação pautada em princípios de qualidade, gratuidade, compromisso social e onde o Estado, realmente, assumisse o seu papel constitucional de responsável direto pela oferta de uma educação pleiteada pela maioria da população.

Esta lei tramitou no Congresso Nacional durante muito tempo e o texto de sua aprovação, em 1996, desconsiderou muito do que havia sido discutido pela sociedade e pelo Congresso Nacional nos oito anos que ali tramitou. A versão final, redigida quase na integralidade por Darcy Ribeiro, não incorporou a maioria dos anseios da população brasileira, presentes no texto original, e se configurou como um verdadeiro golpe a todos os esforços de se construir algo que contemplasse os anseios da sociedade e conduzisse a educação brasileira a um patamar que promovesse uma real transformação no país.

Sobre este episódio, Soares (2003, p. 11) assim se manifesta:

Deixava-se de lado uma trajetória de construção coletiva, de ativa discussão que mobilizou a sociedade como nunca dantes se havia visto ou sabido, configurando um projeto de educação democrático e participativo, em que se esperava que o legislativo realmente desse ouvido às demandas da sociedade organizada. Prevaleceu a força do empresariado do ensino, para o qual a LDB aprovada demonstra uma significativa abertura, principalmente em termos de possibilidades de destinação de recursos.

A LDB dedicou um capítulo voltado à educação profissional, ainda que sem o aprofundamento que essa modalidade de ensino merece. A partir daí, desencadeou-se uma gama de regulamentações de seus artigos, atendendo aos interesses da classe empresarial, que buscava ampliar sua atuação no setor educacional.

Os artigos 39 e 40 que tratam da educação profissional foram regulamentados pelo Decreto 2.208/97 e Portaria 646/97, considerado pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE – um retrocesso, pois dava destaque à intenção de treinar e não de formar o cidadão para o mundo do trabalho, uma vez que desvinculava o ensino médio do técnico, ferindo os princípios de uma escola formadora do homem integral.

Saviani, em suas pesquisas a respeito da escola formadora do homem integral, critica a separação entre o trabalho manual e o intelectual. Para o autor,

Esta é uma concepção capitalista burguesa que tem como pressuposto a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas. Formam-se trabalhadores para executar com eficiência determinadas tarefas requeridas pelo mercado de trabalho. Nesta concepção, que se baseia na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, na divisão entre proprietários e não proprietários de meios de produção, o trabalhador detém apenas a sua força de trabalho. Tal concepção também vai

---

<sup>4</sup> Ciavatta, 2010, p. 163-164 e Brandão, 2010, p. 66-71 tratam desse processo em seus artigos.

implicar na divisão entre os que concebem e controlam o processo de trabalho, e aqueles que executam o processo de trabalho. O ensino profissional é destinado àqueles que devem executar, enquanto que o ensino científico-intelectual é destinado àqueles que devem conceber e controlar o processo (SAVIANI, 1989, p. 14-15).

O Decreto 2208/97 promoveu a dissociação entre o ensino propedêutico e o ensino profissional, impossibilitando a oferta de curso integrado, introduzindo o conceito de competência no currículo e prevendo a possibilidade de saídas intermediárias no caso de cursos organizados por módulos, constituindo-se em um ...

ajuste econômico e ideológico, visando, de um lado, a redução de custos e restabelecimento do caráter produtivista da educação e, de outro, à contenção de possíveis tensões sociais num período crítico do capitalismo brasileiro, em que se estabelece o neoliberalismo com sua exaltação à competitividade esgarçada pelo individualismo, abandonando-se o modelo nacional desenvolvimentista no qual o Estado enfatiza as políticas sociais (MAUÉS, GOMES e MENDONÇA, 2008, p.111).

A implementação do Decreto 2.208/97 se deu sob muitos protestos da comunidade educacional bem como das representações das entidades sindicais e científicas, que se mobilizaram na tentativa de revogar o ato normativo. É importante ressaltar que dentro das comunidades escolares não havia consenso entre os docentes, que, de acordo com Ferretti (2008), tinham dificuldades de apropriação do conceito de competência preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Com essas ações o governo promovia uma educação aligeirada e centrada na adoção da organização curricular por competências, deixando de cumprir o seu importante papel de formar o cidadão e não um mero executor de tarefas, comprometendo, desta forma, uma escola ideal defendida por todos aqueles que priorizam um ensino público, de qualidade e com compromisso social. A escola considerada ideal pelos educadores é aquela centrada na idéia de politecnia, conforme definida por Saviani (1989, p. 19).

A idéia de politecnia envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, que desenvolve os fundamentos, os princípios, que estão na base da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permitem compreender o seu funcionamento.

Dando continuidade à regulamentação do capítulo sobre a educação profissional, o governo editou a Portaria 646/97, que de acordo com Pamplona (2008), determinava a organização de um plano de implantação das exigências do Decreto 2.208/97 num prazo de até quatro anos. Ainda de acordo com o autor, a Portaria autorizava as instituições a manter o ensino médio propedêutico com matrícula independente da educação profissional e limitava a, no máximo, 50% o número de vagas oferecidas para os cursos regulares. A consequência desta atitude foi a diminuição considerável das vagas para o ensino médio nas instituições federais de ensino.

A dissociação do ensino propedêutico do ensino profissional inviabilizava a formação do cidadão pleno, crítico e priorizava a formação de um profissional voltado para determinada necessidade do mercado, contrariando a proposta de uma formação integral do cidadão e acentuando ainda mais a dualidade entre a escola clássica e a pragmática, onde nesta última Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.03) destacam o seu papel de “ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes”.

Oferecendo ainda alguma resistência ao que estava posto, algumas escolas da rede profissional protelavam a implantação das reformas, sucumbindo diante da pressão exercida pelos órgãos governamentais que comandavam as políticas educacionais. Um elemento que contribuiu significativamente para a subserviência dos dirigentes foi a instituição do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP<sup>5</sup>. Este programa vinculava recursos às escolas da rede federal, do Distrito Federal e dos Estados com o objetivo de implementar a reforma e expansão da educação profissional.

A busca de recursos provenientes do PROEP pelas escolas da rede movimentou significativamente os gestores, a ponto de se submeterem aos desmandos das propostas do governo, já que o atendimento às determinações governamentais eram diretamente proporcionais à liberação de recursos para aquelas unidades e isso, sem dúvida, interferia na tomada de decisões por parte destes, inclusive indo de encontro às suas próprias convicções. O não atendimento implicava em restrições orçamentárias que poderia inviabilizar a consecução das ações pretendidas pelos gestores, culminando também com a perda de apoio político dentro do governo.

Após intensos debates na rede, já no primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva, ocorreu a revogação do Decreto 2.208/97, sendo substituído pelo Decreto nº 5.154/04, que possibilitou às instituições organizarem seus currículos de forma integrada ou independente do ensino médio, além de considerar os princípios da terminalidade e da continuidade dos estudos. No entanto, Maués (2008) destaca que alguns pontos do Decreto anterior foram mantidos, tais como: saídas intermediárias, a definição de perfis profissionais por áreas profissionais e a gestão tripartite.

Outra ação desenvolvida a partir da década de 1990, também merece ser destacada: o Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que, segundo Soares (2003), tinha como objetivo apoiar programas de educação profissional, implementadas de forma descentralizada, por meio de parcerias com trabalhadores, organizações empresariais, universidades e organizações não-governamentais. Seu público alvo eram os trabalhadores desempregados ou em situação de risco.

Maués, Gomes e Mendonça (2008, p.113) apontam problemas na execução desse Plano, tais como: organização de cursos com carga horária reduzida; criação aleatória de cursos sem identificação das necessidades de qualificação e a formação de trabalhadores para a informalidade, contribuindo para a precarização das relações de trabalho e a formação de profissionais desqualificados. Ainda na visão das autoras esta ação governamental buscava o “atendimento às necessidades do mercado, redução de custos e incremento de parceria público-privada, através da manutenção de cursos oferecidos por sindicatos, ONG’s, empresas privadas, consubstanciando a nova institucionalidade”.

No transcorrer da implementação do PLANFOR, verificou-se que o mesmo não atingiu os objetivos propostos e teve suas limitações e deficiências, apontadas por Kuenzer (2010, p. 256):

...além do mau uso dos recursos públicos, caracterizou-se [o PLANFOR] pela baixa qualidade e baixa efetividade social, resultante da precária articulação das políticas de geração de emprego e renda, desarticulação das políticas de educação, reduzidos mecanismos de controle social e de participação no planejamento e na gestão dos programas e ênfase em cursos de curta duração focados no desenvolvimento de habilidades específicas.

---

<sup>5</sup> Programa criado para financiar o ensino profissionalizante e que sofria a interferência do Banco Mundial. SOARES, 2003, p. 121-123, identifica os objetivos e esclarece como foi implantado o PROEP.

Percebe-se que a autora aponta elementos marcantes e comuns da administração pública presentes neste plano e que se apresentaram e apresentarão em outras ações governamentais voltadas para educação profissional, foco principal deste trabalho, requerendo mudanças no trato com a “coisa” pública.

Reforçando o que disse Kuenzer, apresentamos os argumentos utilizados no próprio Plano Nacional de qualificação - PNQ em relação ao PLANFOR para justificar a sua implantação:

Ao final dos dois quadriênios de vigência do PLANFOR, 1995-1998 e 1999-2002, tornou-se evidente a necessidade de mudanças profundas após intenso desgaste institucional. Um conjunto de denúncias, veiculado amplamente pela mídia levou o Tribunal de Contas da União – TCU e a Secretaria Federal de Controle da Corregedoria Geral da União – SFC/CGU a proporem mecanismos visando garantir maior controle público e operacional. Uma flagrante baixa qualidade dos cursos, em geral, e uma baixa efetividade social das ações do PLANFOR reforçaram tal desgaste e levaram o TEM, já sob o novo governo, a instituir o Plano Nacional de Qualificação – PNQ extinguindo o PLANFOR, reorientando as diretrizes da Política Pública de Qualificação. (PNQ, 2003/2007, p. 18-19)

Como se pode perceber, para tentar resolver os problemas apresentados pelo PLANFOR foi instituído em 2003 o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que, já na sua introdução, aponta para a superação ou minimização da situação de exclusão social em que se encontrava a grande maioria da população brasileira, através de três objetivos (PNQ, 2003/2007): “inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.”

No entanto, para atingir os objetivos apontados, tomando como base as seis dimensões apresentadas para implantação do Plano Nacional de Qualificação, foram apresentadas resumidamente ações que demarcaram esse novo momento das políticas públicas brasileiras, presentes na nova proposta:

Dimensão Política (compreensão da qualificação profissional como direito, como política pública, como espaço de negociação política e como elemento de uma política de desenvolvimento sustentável); Dimensão Ética (garantia de transparência no uso e gestão dos recursos públicos, através da otimização e controle dos gastos); Dimensão Conceitual (prevalência de noções sobre educação integral, formas solidárias de participação e gestão pública, qualificação social e profissional, reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores); Dimensão Pedagógica (aumento da carga horária, articulação prioritária com a educação básica, formulação e implementação de projetos pedagógicos pelas empresas contratadas para execução dos projetos, garantia de investimentos na formação de gestores e formadores, investimentos na sistematização de experiências e conhecimentos); Dimensão Institucional (integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento); Dimensão Operacional (garantia de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos do PNQ, em todos os seus níveis de realização, adoção de critérios objetivos de distribuição de recursos do FAT, garantia de instrumentos de análise da prestação de contas, diminuição do número das parcelas de desembolso dos recursos). (PNQ, 2003/2007, p. 20-21)

Verifica-se, assim, a presença de um conjunto de medidas que não são simpáticas à classe empresarial bem como àqueles que fariam uso dos recursos públicos utilizados para financiamento das ações voltadas à consecução dos objetivos estabelecidos para o plano. O

PNQ se caracterizou como um avanço, comparado ao plano anterior, se considerarmos alguns pontos contidos na proposta, como por exemplo: aumento da carga horária, articulação prioritária com a educação básica e ações de controle, monitoramento e avaliação que podem inibir o uso irregular dos recursos públicos.

Outra ação desta época que retrata a transferência de responsabilidade do Estado para a classe empresarial e acentua a formação interessada ao mercado é o projeto denominado Escola de Fábrica, criado em 2004 com o objetivo de oferecer formação profissional aos jovens com renda per capita de até um salário mínimo e beneficiar cidadãos(ãs) não inseridos no mercado de trabalho. Este, segundo Maués (2008, p. 114), “resulta, portanto, do acordo efetuado entre governo e empresários, no sentido de limitar a qualificação do trabalhador às demandas exclusivas do processo de produção”.

Esses jovens, situados na faixa etária entre 16 e 24 anos, recebiam uma bolsa no valor de R\$ 150,00, oferecida pelo governo, que transferia a responsabilidade da formação profissional às empresas que aderissem ao programa, ficando estas responsáveis pelo suporte infra-estrutural e humano necessários à realização dos cursos. Assim como a Escola de Fábrica, o governo ainda lançou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, considerado também um programa de inclusão social, que Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) caracterizaram como de hegemonia das políticas compensatórias.

Esse programa era destinado à população situada na faixa etária de 18 a 24 anos e, diferentemente do programa anterior “Escola de Fábrica” que atendia aos alunos matriculados na educação básica, beneficiava os jovens concluintes da quarta série mas não concluintes da oitava e que não estavam inseridos no mercado de trabalho. Semelhantemente ao programa anterior, os alunos recebiam uma bolsa, porém no valor de R\$ 100,00.

Foi lançado também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica de Jovens e Adultos – PROEJA, dirigido a um público que não teve a oportunidade de obter uma formação educacional regular ao longo de sua vida, isto é, jovens acima de 18 anos e adultos que já tivessem cursado o ensino fundamental. A proposta abrange cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores bem como a educação profissional técnica de nível médio, conforme está disposto no Art. 1º do Decreto 5.840/2006 (BRASIL, 2006).

Vê-se nessa atitude a continuidade de uma política compensatória que vem sendo a tônica de muitas ações governamentais, normalmente feita sem uma prévia discussão com os sujeitos envolvidos e através de medidas consideradas por muitos como antidemocráticas, pois visam solucionar ou atenuar situações que não foram devidamente tratadas ao longo da história do país.

Nesse instrumento legal, foram estabelecidas condições, prazos e carga horária mínima para implantação dos cursos a serem oferecidos pelas instituições, que, também, seriam responsáveis pela certificação, inclusive intermediária, e avaliação dos mesmos.

Na prática, e considerando o nosso objeto de estudo, a forma acelerada como foi implantada a medida, característica marcante em se tratando de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para o segmento educacional, obrigou as instituições que integravam a rede federal de educação profissional a implantar os cursos nessa modalidade até o ano de 2007, provocando uma corrida para o atendimento à exigência do decreto.

O que se viu, na prática, foram instituições implantando cursos sem discussões com suas comunidades escolares, sem estudo de viabilidade e de acordo com suas possibilidades e potencialidades, principalmente em se tratando da formação do quadro de professores, bem como do número de profissionais disponíveis, ou seja, a implantação ocorria após a verificação das áreas de formação dos docentes, identificando aquelas em melhores condições de oferecer professores em qualificação e número para, em seguida, definir o curso a ser implantado.

Esta é uma realidade que poderá ter reflexos futuramente, devido à formação de profissionais despreparados para enfrentar o mundo do trabalho, considerando a forma como se deu a implantação dos cursos; o despreparo dos profissionais para trabalhar com aquele público específico; as próprias condições das instituições no momento de implantação da medida, além da evasão que já é significativa nessa modalidade de ensino podendo comprometer a finalidade do programa.

Da mesma forma que nos programas citados anteriormente, o PROEJA também utiliza o recurso de pagamento de auxílios financeiros através de bolsas concedidas pelo governo, sob a lógica da oferta de condições para frequência e permanência ao longo da duração dos cursos. Somente com o tempo poderemos saber se os objetivos da proposta foram atendidos e constatar o nível do profissional formado pelo Programa.

No primeiro mandato do governo Lula foi lançado, também, o documento Políticas Públicas para a Educação Profissional que se contrapunha à idéia da valorização apenas para a preparação para o mercado de trabalho, em contraposição ao estabelecido pelo Decreto 2.208/97. O documento defendia a incorporação de conhecimentos técnico-histórico-sociais, a articulação entre os diversos níveis educacionais e as esferas governamentais, além de apontar que a educação profissional deveria ser tratada como uma política pública.

De acordo com Maués, Gomes e Mendonça (2008, p. 116), a nova proposta tinha como alguns dos seus princípios:

Educação profissional e tecnológica como estratégia para o desenvolvimento tecnológico do país; o comprometimento com a redução das desigualdades sociais, que se manifestam na distribuição de renda, de bens e serviços, na discriminação de gênero, de cor, de etnia, de acesso à justiça e aos direitos humanos, assumindo o desenvolvimento econômico como elemento fundamental na redução das desigualdades extremas; a incorporação da educação básica (fundamental e média) como um direito garantido; comprometimento com uma escola pública de qualidade.

Percebemos avanços na proposta, apesar de ficar estabelecido no referido documento que o Estado não deveria ser o único responsável pela educação profissional e tecnológica e, também, por estimular a participação da sociedade civil nos processos educativos. Foi possível verificar, ainda, algumas características presentes em programas lançados anteriormente pelo governo que denotam tendências de políticas características do “Estado Mínimo” e de atendimento a interesses focalizados, em detrimento da adoção de políticas públicas contínuas.

Por fim, apontamos o Projeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica, dentro das ações propostas como política para a educação profissional e tecnológica a partir da década de 1990, que reforça a integração das redes pública e privada de ensino, orienta a colaboração entre as diferentes esferas do poder público e entre a escola e outras agências públicas e privadas, colocando a educação profissional como um dos elementos propulsores do desenvolvimento do país.

Este breve relato histórico permitiu-nos perceber que ao longo da década de 1990 e início desse novo milênio, isto é, desde Collor e Fernando Henrique Cardoso até o primeiro governo Lula, a educação profissional e tecnológica esteve permeando as discussões sobre as políticas públicas brasileiras sempre sob a ótica do capital, onde nos primeiros momentos houve uma drástica redução dos investimentos no setor público, na área social e em especial no setor educacional, contribuindo para a consolidação do projeto neoliberal no país.

No segundo mandato do governo Lula houve um maior investimento na área social e uma atenção especial às políticas educacionais voltadas para a educação profissional. Isso era visto, de acordo com Maués, Gomes e Mendonça (2008, p.115), “como importante

mecanismo capaz de possibilitar ao país o seu ingresso nos mercados globalizados e competitivos, acentuando o ideário da educação profissional como uma das alavancas para o crescimento econômico”.

No entanto, mesmo com um maior aporte de recursos para investimento nas áreas sociais, a lógica do capital continua imperando, agora de forma mais “escamoteada”. Ainda se faz presente a interferência dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais, que impõem regras e metas aos países periféricos e semi-periféricos, como é o caso do Brasil, em troca de apoio e recursos para seus investimentos.

Analisando as reformas e ações mencionadas nesta pesquisa, verifica-se a sua aproximação com os ideais neoliberais, seja pela transferência de responsabilidade do Estado para com as políticas públicas educacionais ou por uma orientação mercadológica da educação, precarização das relações de trabalho, além de outras que denotam a intenção de adaptar o sistema educacional brasileiro aos interesses do capital.

Diante do exposto, não há como não concordar com Kuenzer quando ela confronta as políticas para a educação profissional nos governos FHC e o primeiro governo Lula, apontando alguns elementos de convergência, tais como:

... destruição progressiva das ofertas públicas e o fortalecimento crescente do setor privado, que cada vez recebe mais recursos para realizar funções que são do Estado; a enunciação apenas formal, na maioria dos projetos, da integração da educação profissional à educação básica; o caráter genérico, descomprometido com o efetivo acesso ao conhecimento sobre o trabalho da maioria dos projetos de educação profissional; a ênfase no conhecimento tácito em detrimento do acesso ao conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico, negado em nome de seu pretense caráter racionalista; a pulverização de ações e a duplicação de recursos que respondem a uma proposta populista, em substituição a uma proposta orgânica e consistente, de política de Estado. (KUENZER, 2010, p. 268)

Tomando por base os indicadores de confluência entre os dois governos, acima descritos, a autora finaliza afirmando que ambos retratam uma realidade que muitos preferem não enxergar, devido a estratégias de convencimento voltadas à população que vêm dando os resultados esperados. Assim, afirma que:

(...) é possível indicar a continuidade de propostas precárias de educação profissional para legitimar a inclusão em trabalhos precarizados, de modo que se alimente o consumo predatório da força de trabalho, para o que a redução epistemológica por meio da formação de subjetividades flexíveis, polivalentes e empreendedoras se realiza por intermédio das dimensões pedagógicas dos processos sociais aos quais se articulam políticas e práticas educativas de caráter privado, populistas e fragmentadas, que expressam as estratégias de disciplinamento necessárias ao novo regime de acumulação, para o que a nova epistemologia da prática fornece os fundamentos (KUENZER, 2006, p. 906).

Reforçando a idéia de Kuenzer, citamos Grabowski e Ribeiro (2010) que além de defenderem a unificação da educação profissional e das ações de qualificação profissional, onde estariam envolvidos todos os agentes governamentais e instituições que promovem a educação profissional e tecnológica, definem como imediatista, fragmentária, pulverizada, privada e onerosa à sociedade e aos cofres públicos as políticas voltadas para este setor, com as seguintes justificativas:

Imediatista, porque pensa somente a curto prazo, sem alterar as condições de escolarização da força produtiva; fragmentária, porque temos várias redes, sistemas e programas desarticulados, concorrentes e sobrepostos; pulverizada porque está em todos os espaços e se move conforme a mobilização social e a lógica do

mercado; privada, porque serve mais aos interesses particulares de empresas, grupos ou mesmo categorias, sem pensar no conjunto da população; e onerosa, porque se gasta muito e se resolve pouco, ou seja, a cada ano se reinveste em processos já atingidos em anos anteriores, ou mesmo em projetos cujos resultados têm ficado muito aquém do esperado (GRABOWSKI e RIBEIRO, 2010, p. 280).

## 2 CAPÍTULO II

### A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS IFET'S

Com muito destaque da mídia e grande aceitação da opinião pública, no dia 24 de abril de 2007, o Governo Federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que previa ações em todas as áreas da educação, contemplando a educação profissional com iniciativas que Saviani (2007, p. 1.237) assim descreveu:

a) a ação “educação profissional” se propõe a reorganizar a rede federal de escolas técnicas, integrando-as nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), triplicar o número de vagas pela via de educação a distância nas escolas públicas estaduais e municipais e articular o ensino profissional com o ensino médio regular; b) a ação “novos concursos públicos” foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, prevendo, além de um concurso para admitir 191 especialistas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um concurso destinado a preencher 2.100 vagas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica; c) a ação “cidades-pólo” prevê a abertura de 150 escolas federais, elevando para 350 o número de unidades da rede federal de educação tecnológica, com 200 mil novas matrículas até 2010.

O autor acrescentou, também, que seriam integrados aos IFET's os CEFET's, as Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas de Aplicação das Universidades Federais. A criação dos Institutos Federais foi concretizada através do Decreto nº 6.095, de 24/04/2007, que estabelecia diretrizes para o processo de integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica para fins de constituição dos referidos Institutos.

É importante ressaltar que essas ações não foram precedidas de um amplo e efetivo debate com a sociedade, como também não foi feita apresentação e discussão com as entidades representativas dos servidores que compõem a rede federal de educação e as comunidades escolares. Isto é, a discussão deu-se de forma isolada e sem passar pelo crivo dos maiores interessados, que são aqueles que vivem de fato da e para a educação.

A publicação do Decreto causou uma inquietação muito grande na rede e, a partir de daí, o tema esteve sempre sendo pautado nos eventos promovidos pelas entidades sindicais que orientavam a discussão na base. Com muito menos ou quase nenhum empenho, as gestões das instituições promoviam discussões superficiais acerca do assunto.

As Escolas Agrotécnicas Federais (EAF's), quando tomaram conhecimento do Decreto nº 6.095/07, que apresentou a proposta de criação dos IFET's, foram pegas de surpresa. O principal objetivo de cada uma delas era a transformação em CEFET, visando a ampliação da autonomia e ascensão à categoria de instituição de educação superior. A proposta de agregação a outras instituições para alcançar este mesmo objetivo foi olhada com desconfiança e gerou, de início, reações contrárias na maioria delas (OTRANTO, 2010, p. 92).

Já como reflexo da edição do decreto, em junho de 2007, o Conselho dos Dirigentes das Escolas Agrotécnicas Federais - CONEAF “elaborou uma proposta encaminhada ao Ministro da Educação traduzindo as preocupações e anseios dos seus representantes. O documento rechaça a proposição governamental e sugere um ‘novo desenho’ para a rede federal.” (OTRANTO, 2010, p. 93). Com o título de “Proposta do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais – CONEAF – para o novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, o texto apresenta indicações das mudanças que as Escolas

Agrotécnicas desejavam, mas que diferiam em muitos pontos da proposta governamental.

De acordo com Otranto, que registrou o histórico de criação dos Institutos Federais, o documento do CONEAF (2007):

Destaca as repercussões positivas da interiorização que possibilitariam a ampliação da rede de educação profissional e reafirma a atualidade da identidade das EAFs, numa mensagem clara de que as instituições não queriam mudar de identidade, somente almejavam crescer para atender a um número maior de alunos. O documento também tece críticas à subordinação entre as instituições, considerando que a medida poderia acarretar prejuízo à manutenção de suas identidades.(...)A integração das instituições seria feita a partir de uma progressiva aproximação entre projetos político-pedagógicos, mas em médio prazo e não de imediato, como era a proposta governamental (OTRANTO, 2010, p. 94).

Os diretores ainda se declararam “profundamente preocupados e desconfortáveis com a perspectiva da ‘ifetização’ imediata, sem que fossem discutidos os princípios entendidos como fundamentais à garantia da autonomia e à descentralização administrativa destas” CONEAF (2007). Isto se deu em função da proposta inicial do Decreto que colocava todas as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF’s) subordinadas aos grandes CEFET’s da rede, em que pese as especificidades da sua atuação, idéia que não agradava aos dirigentes das escolas, integrantes do referido Conselho.

Após essas manifestações, o Ministério da Educação, através do Ofício Circular nº 076/2007/GAB/SETEC/MEC, de 19/07/07, apresentou novos parâmetros para o processo de “ifetização”, contemplando regras específicas para as Escolas Agrotécnicas e propondo um cronograma de debates sobre os Institutos e de construção das propostas de IFET’s. No entanto, o que de fato aconteceu foram meras apresentações da proposta em unidades da rede por parte do governo e pouquíssimo empenho por parte das administrações em debater, efetivamente, a nova estrutura no interior das Instituições, contribuindo, também, para a desmobilização das comunidades locais.

Diante do quadro, o governo, no dia 12/12/07, lançou a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007 que tinha por objeto a análise e seleção de propostas para a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, estabelecendo um prazo de 90 dias para que as instituições se inscrevessem voluntariamente, com divulgação do resultado previsto para 31/03/08. Vale ressaltar que a Chamada Pública foi publicada em um momento de intensa desmobilização da comunidade escolar, tendo em vista a proximidade das festas de final de ano bem como o período de recesso escolar que foram inseridos no prazo estabelecido para envio das propostas, o que acabou prejudicando a realização das discussões com todos aqueles que se interessavam pelo processo.

As entidades sindicais, ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), realizaram no mês de março de 2008 um seminário conjunto para debater os Institutos Federais. As discussões no meio sindical não se limitaram a esse evento e foram seguidos de outros, sempre analisando os aspectos positivos e negativos na proposta.

No período de março a junho de 2008, o governo realizou um ciclo de palestras com os gestores para discutir Licenciaturas, Engenharias, Ensino Médio Integrado, PROEJA, Formação Inicial e Continuada, Extensão e Certificação, conteúdo que faz parte da proposta dos Institutos. Neste mesmo período, houve algumas reuniões com os sindicatos para tratar dos Institutos Federais, inclusive com a SETEC acenando com a publicação do projeto de lei para o mês de maio, o que só de fato aconteceu no mês de julho de 2008.

O agora Projeto de Lei 3.775/2008, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia – IFET's”, foi apresentado pelo Poder Executivo à Câmara Federal no dia 23/07/2008 sob o regime de Urgência Constitucional para apreciação no plenário. O Projeto, seguindo os trâmites legais da casa, passou pela Comissão de Educação e Cultura, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Durante sua tramitação na Câmara foram solicitadas por parte de alguns deputados(as) a realização de audiências públicas bem como apresentadas propostas de emendas ao Projeto de Lei. (BRASIL, 2008a)

O PL 3.775/2008, emendado pelas Comissões e pelo Plenário da Casa, foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 05/11/2008 e remetido para análise do Senado no dia 18.11.2008, onde foi aprovado, em 03/12/2008, e devolvido à Câmara com mensagem de envio à sanção presidencial no dia 10/12/2008. O PL foi transformado na Lei Ordinária 11.892/2008 no dia 29/12/2008, sendo publicada no Diário Oficial da União em 30/12/2008.

É importante destacar que ao longo de toda essa movimentação no Congresso Nacional aconteceram diversas investidas por parte das representações sindicais junto aos parlamentares, ao MEC, SETEC, CONEAF e CONCEFET visando à alteração do texto inicial para torná-lo mais adequado à realidade da rede e para garantir princípios defendidos pelos sindicatos no decorrer de suas histórias.

Não se pode deixar de levar em consideração que muitas foram as dificuldades para se encontrar espaço de discussão sobre o assunto dentro do governo, haja vista a obstinação pela implantação da reforma, apoiada pelos interesses de uma parcela significativa de integrantes da rede bem como pela falta de mobilização das comunidades escolares. Este cenário acabava dificultando a realização de ações no sentido de reverter o processo e conseguir efetuar mudanças no projeto.

Soma-se a isso, o processo de desmobilização desencadeado na rede federal de educação por conta do atrelamento político-partidário de muitas lideranças, associado a um estado de consentimento motivado por questões pessoais, profissionais ou por outros interesses que impediam uma reação das comunidades que integravam o meio educacional, incluído nesse o sindical.

Após todo esse processo, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ficou assim constituída: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG.

Vale destacar que os dois CEFET's que compõem a nova engenharia da rede não aderiram à proposta, pois vislumbravam alçar à condição de Universidade Tecnológica. Sobre isso, somente o futuro permitirá dizer se fizeram ou não a melhor opção. Em relação às Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, somente 8 das 32 instituições aderiram aos Institutos Federais. Foram as instituições que ofereceram maior resistência à proposta, como destaca Otranto (2010, p. 100-101)

A relação de confiança com as universidades e desconfiança na política governamental para o setor, aliada à falta de clareza nas ações prevista no decreto, fez com que 24 das 32 EVs optassem por não aderir à proposta do IFET e se mantivessem junto às universidades federais. Somente oito dessas instituições passaram a integrar os novos Institutos.

Os Institutos Federais foram, então, criados a partir da integração e reorganização dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais que atuavam em uma mesma base territorial, compreendida nas dimensões geográficas de um estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões de um mesmo estado, sendo definidos, de

acordo com o Artigo 2º da Lei 11.892/08, como:

(...) instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas... (BRASIL, 2008, p. 1)

O mesmo artigo equipara os Institutos às Universidades Federais, com autonomia para criar e extinguir cursos, além de exercer o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais.

O que a reforma propõe é a ampliação da oferta do ensino profissionalizante com aumento do número de vagas nos diferentes níveis e modalidades de ensino que vão desde a educação média integrada ao ensino técnico à formação superior. Para tanto, o governo pretende, de acordo com o Art 8º da Lei 11.892/08, destinar 50% das vagas ao ensino integrado à educação profissional, 30% para os cursos de engenharias e bacharelados e 20% a licenciaturas em ciências da natureza (física, química, biologia e matemática). Serão incentivadas, ainda, as licenciaturas com conteúdos específicos da educação profissional (mecânica, eletricidade e informática), e, na área de pesquisa e extensão, estimulada a busca de soluções técnicas e tecnológicas (BRASIL, 2008).

Foram criados, inicialmente, 38 Institutos distribuídos ao longo do território nacional da seguinte forma:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre; II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba; III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá; IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira; V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia; **VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antônio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim (grifo nosso)**; VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília; VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu; IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa; X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres; XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras; XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista; XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas; XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena; XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho; XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia; XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação

Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres; XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina; XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá; XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa; XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão; XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina; XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí; XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná; XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis; XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos; XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte; XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão; XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete; XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas; XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste; XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima; XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina; XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio; XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo; XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguaatins (BRASIL, 2008, p. 2).

Considerando que o nosso objeto de estudo é o Instituto Federal Baiano, vale registrar que a Bahia foi contemplada com dois institutos que possuem na sua essência características diferentes. Assim, a partir do CEFET Bahia, criou-se o IFET da Bahia, de cunho essencialmente industrial e que agrega os *campi* já existentes no seu organograma, além de outros criados após a implantação da medida.

Por outro lado, foi criado o IFET Baiano, essencialmente agrícola, fruto da transformação das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia bem como da integração de escolas ligadas à Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, denominadas Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC - EMARC's, instituições mantidas até então pelo Ministério da Agricultura.

Abaixo apresentamos, no mapa do Brasil, a nova configuração da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica instituída a partir de 2008 com a criação dos Institutos Federais. Vale ressaltar que a situação deverá mudar significativamente com a

ampliação do número de unidades educacionais, o que está previsto nas metas estabelecidas pelo PDE<sup>6</sup>.

Com a imagem, podemos constatar uma característica histórica e interessante que retrata a desigualdade de tratamento entre as regiões brasileiras e merece ser registrada: a concentração das unidades educacionais nas regiões nordeste, sudeste e sul do país, situadas mais especificamente numa extensa faixa litorânea do território, em detrimento de um relativo vazio que está posto para as regiões norte e centro-oeste. Essa diferença tende a aumentar ainda mais com a criação de novos *campi* ao longo dos próximos anos, caso a política de expansão da rede seja mantida pelos governos seguintes, apesar do discurso da interiorização da educação profissional, tecnológica e superior.

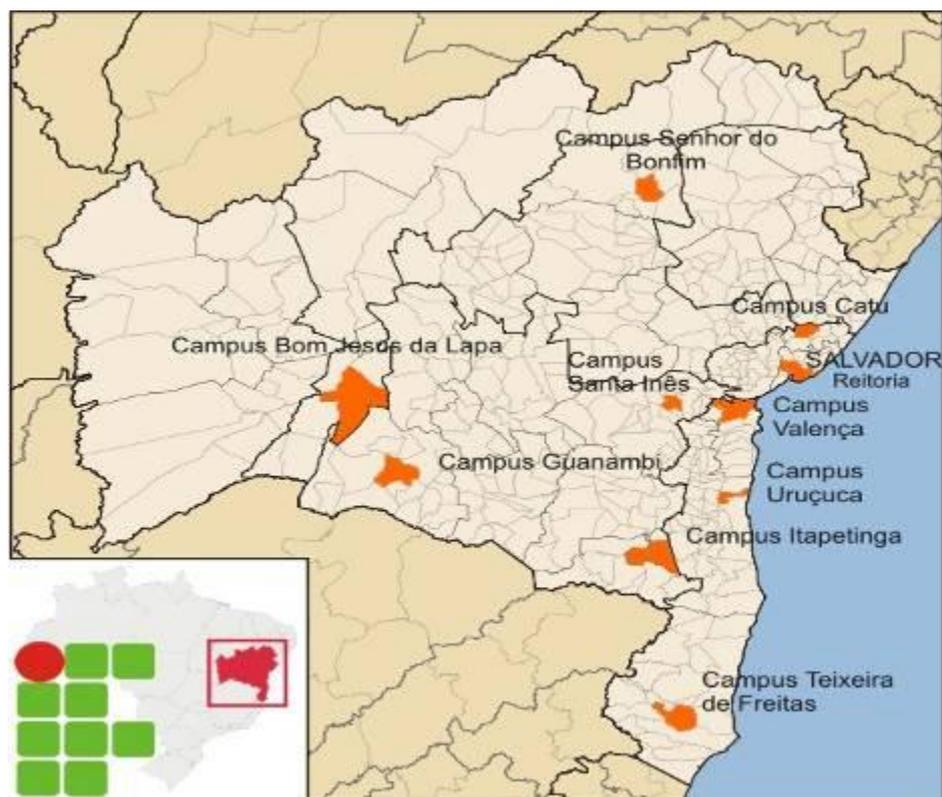


**Figura 01-** Mapa da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica

## 2.1 O Campo da Pesquisa: Caracterização do IFET Baiano

Considerando que o objeto de estudo deste trabalho é o IFET Baiano, foi feita uma caracterização da sua estrutura organizacional enfatizando os principais aspectos da sua constituição com base no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, destacando os *Campi* de Guanambi, Catu, Senhor do Bonfim e Santa Inês. Vale ressaltar que, posteriormente, foram incorporadas a esse Instituto as escolas criadas e mantidas pela CEPLAC, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo estas denominadas EMARC's e localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença. O Instituto conta ainda com o *campus* Bom Jesus da Lapa que se encontra em fase de construção, totalizando nove unidades, distribuídas conforme a figura abaixo.

<sup>6</sup> Para visualização das diretrizes e metas contidas no PDE acesse <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>



**Figura 02** - Localização dos *Campi* do IF Baiano.

De forma similar à análise feita da figura anterior, verifica-se uma concentração de *campi* numa faixa territorial do Estado em detrimento das outras regiões. Destacamos, também, que a administração central do Instituto está localizada na capital, Salvador, dificultando um deslocamento mais ágil em relação aos *campi* que compõem o Instituto, o que foi motivo de muitos questionamentos inicialmente. Vale ressaltar que a lei de criação dos Institutos não indica que a sede da administração central deva estar situada na capital, apenas faculta a sua localização em local distinto da sede de qualquer unidade da sua estrutura organizacional.

Por isso, entendemos que seria muito mais viável a localização da Reitoria em uma cidade que estivesse em um raio menor em relação aos seus *campi*, como, por exemplo, a cidade de Vitória da Conquista, terceira maior cidade do Estado e situada na região sudoeste. Esta ação poderia gerar economias consideráveis do ponto de vista do uso dos recursos públicos, além de reduzir os desgastes provocados pelos constantes deslocamentos do corpo de servidores, especialmente os da Reitoria, que necessitam dar suporte, muitas vezes presencial, às demais unidades.

No entanto, a Reitoria do IF Baiano ficou sediada em Salvador, capital baiana, onde passou a funcionar, inicial e provisoriamente, em uma sala localizada no IF da Bahia, em janeiro de 2009. Posteriormente, foi deslocada para uma sala no Pavilhão de Aulas de Ondina, unidade pertencente à Universidade Federal da Bahia, onde funcionou até a aquisição definitiva das instalações da administração central no bairro do Imbuí, ainda no ano de 2009.

De acordo com o PDI(2009), o IF Baiano tem como missão: “Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita, em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão”.

Vale ressaltar que a elaboração do PDI e do Estatuto do IF Baiano deu-se, também, de forma acelerada, após a constituição de comissões, local e geral, que, respectivamente,

teriam o papel de discutir com as comunidades escolares e proceder a sistematização e a redação final das sugestões propostas pelas bases. O que se viu, no entanto, foi a apresentação de propostas de forma verticalizada, sem o devido acompanhamento e a participação efetiva dos sujeitos envolvidos no processo, fato comum durante toda a implantação do IF Baiano.

Destacamos, especialmente, o Estatuto, que foi apresentado às comunidades a partir de uma proposta enviada pelo Ministério da Educação, com prazos curtos e pré-estabelecidos para discussão e apresentação do documento final, tendo em vista a necessidade de funcionamento de instâncias deliberativas e consultivas do Instituto. Dentre estas, podemos citar o Conselho Superior e o Conselho de Dirigentes, além de outros, que dependiam da aprovação do Estatuto para que pudessem ter legitimidade.

O IF Baiano foi implantado com um contingente de 158 docentes integrantes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei nº 11.784/2008, com perspectiva de contratação de mais 66 professores para o ano de 2009. Deste total, 149 docentes atuavam em regime de dedicação exclusiva, o que representava 94,9%.

O quadro docente encontrado no momento da implantação do IF Baiano era o seguinte:

**Tabela 01** – Quadro docente por titulação dos *Campi* do IF Baiano em 2009

<b>Docentes</b>	<b>Doutores</b>	<b>Mestres</b>	<b>Especialistas</b>	<b>Graduados</b>	<b>Total</b>
Catu	02	14	19	03	<b>38</b>
Guanambi	03	12	15	-	<b>30</b>
Santa Inês	04	24	10	06	<b>44</b>
Senhor do Bonfim	02	27	13	04	<b>46</b>
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>77</b>	<b>57</b>	<b>13</b>	<b>158</b>

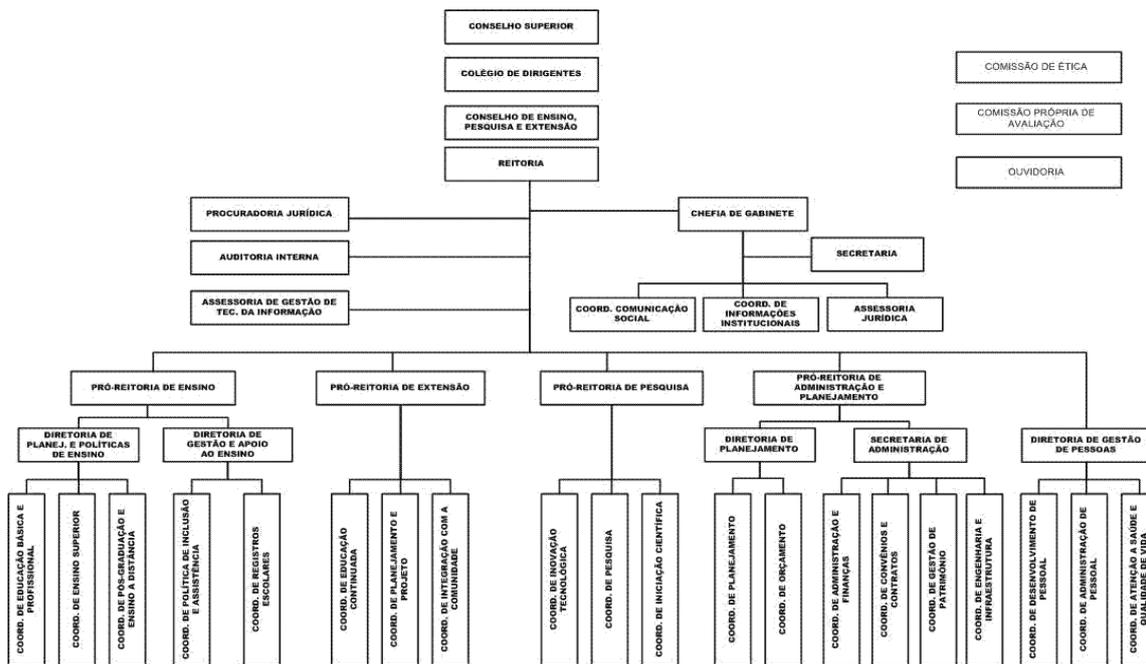
Analisando os dados acima, verifica-se que a quantidade de docentes com doutorado era pequena, aproximadamente 7%, se considerarmos a magnitude da proposta da nova estrutura organizacional no sentido de alavancar a pesquisa e a pós-graduação na instituição. É fato que essa situação deverá mudar significativamente tendo em vista algumas ações articuladas dos gestores que fixaram exigências de titulação mínima em nível de mestrado para muitas disciplinas nos concursos realizados no início de funcionamento do IF Baiano.

Esta ação permitiu duas análises: a primeira, do nivelamento por cima dos profissionais interessados em ingressar na carreira, uma vez que a tendência é de entrada de mestres e doutores, especialmente devido ao fato de ser estabelecida pontuação alta para os detentores destes títulos na hora da avaliação, o que contribui para a entrada de um elevado número de docentes com maior titulação em condições de atuar no nível superior de ensino.

Outra análise que podemos destacar é que a contratação de corpo docente mais qualificado reduz os gastos públicos, uma vez que serão economizados recursos voltados para qualificação dos profissionais recém concursados, além de se poder utilizar mais rapidamente essa mão-de-obra já formada, contribuindo para a consecução das propostas dos Institutos.

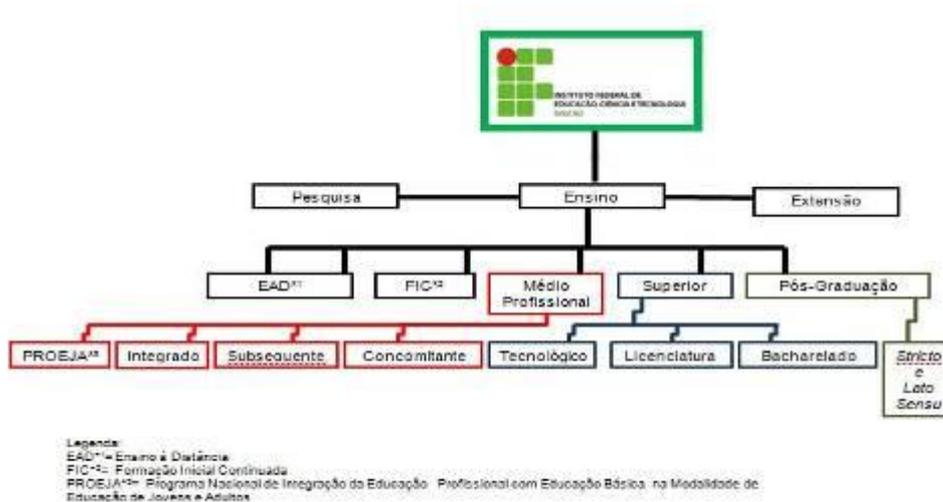
O Instituto iniciou suas atividades com 218 servidores técnico-administrativos, em regime de 40 horas semanais de trabalho, distribuídos entre os três níveis (Superior, Intermediário e Auxiliar) de acordo com o plano de carreira da categoria regido pela Lei 11.091/2005. O documento previu a contratação de mais 36 servidores para o ano de 2009 para atender as unidades inicialmente transformadas em *campus*.

A Gestão Institucional iniciou suas atividades com a seguinte estrutura organizacional:



**Figura 03** - Estrutura Organizacional do IF Baiano

Tanto a estrutura organizacional administrativa quanto a acadêmica do IF Baiano foram planejadas e delineadas de forma a tentar atender à multifuncionalidade conferida aos Institutos Federais.



Legenda:  
 EAD<sup>1</sup> = Ensino a Distância  
 FIC<sup>3</sup> = Formação Inicial Continuada  
 PROEJA<sup>2</sup> = Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**Figura 04** - Organização Acadêmica do IF Baiano

De acordo com o seu PDI, o IF Baiano tem como diretrizes para as políticas de ensino, pesquisa e extensão os seguintes pontos:

ENSINO: Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade, impacto social, relação dialógica com a sociedade, verticalização do ensino, inclusão social, desenvolvimento de competências profissionais, flexibilização curricular e mobilidade. PESQUISA: Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Inter/transdisciplinaridade, desenvolvimento local e regional, iniciação científica, responsabilidade sócio-ambiental, apoio de fomento à pesquisa, inovação tecnológica. EXTENSÃO: Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Inter/transdisciplinaridade, promoção da cidadania e responsabilidade sócio-ambiental, desenvolvimento local e regional, difusão de conhecimentos, capacitação técnica, operativa e instrumental, assessoria técnica e extensão rural, arte e cultura na construção da identidade regional.

O Instituto Federal iniciou oferecendo Cursos Profissionalizantes integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio e Cursos na Modalidade de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA) distribuídos entre as unidades que o compõem. Atualmente, já está oferecendo, e com perspectivas de ampliação ao longo dos próximos anos, cursos superiores de bacharelado, licenciatura e tecnológicos.

## **2.2 Breve Relato do Início da Trajetória do IF Baiano**

Quando o governo promoveu a reconfiguração da rede federal de educação profissional e tecnológica com a criação dos Institutos Federais, partiu do pressuposto de que todos existiriam a partir da transformação dos CEFET's existentes na nova institucionalidade com a transformação e/ou integração das demais instituições a estes. Se assim fosse, o cotidiano dessas instituições não seria afetado significativamente, uma vez que a maior parte das atividades propostas para os Institutos já eram desenvolvidas pelos CEFET's, ou seja, a educação nos seus diversos níveis e modalidades, precisando apenas se adequar a algumas das características e finalidades da nova realidade estabelecida pela Lei 11.892/2008, tendo em vista a incorporação de Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades que possuíam características diferenciadas em relação aos CEFET's e as Escolas Técnicas Federais.

No caso do IF Baiano, considerando a especificidade da sua composição, única dentre todos os Institutos, haja vista que é o único Instituto em que foram integradas instituições de ensino não vinculadas ao Ministério da Educação, as EMARC's, tudo aconteceu de forma primária, isto é, sem que os gestores tivessem o devido conhecimento dos procedimentos rotineiros de funcionamento de uma instituição de ensino superior, desde a organização administrativa, financeira, didático-pedagógica, de recursos humanos, até a sua forma de se relacionar com a sociedade em função das novas atribuições que lhes foram conferidas, diferentemente dos CEFET's que já ofereciam os níveis e modalidades de ensino previstos na lei. A exceção ficaria por conta das ações voltadas para os cursos técnicos profissionalizantes devido a experiência acumulada ao longo do funcionamento das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, que já promoviam uma educação profissionalizante de alto nível.

As dificuldades e os desafios foram ainda maiores devido à falta de experiência dos profissionais responsáveis pelas ações administrativas e pedagógicas voltadas para uma instituição de ensino superior. Consideradas rotineiras e fáceis para quem já tinha *know-how*, como os CEFET's, se tornavam complicadas para aqueles que até então somente haviam lidado com o ensino médio e o técnico. A inexperiência de gestores e servidores vem causando alguns transtornos às comunidades dos *campi*.

No que diz respeito ao seu funcionamento, considerando a sua peculiaridade no momento da criação, alguns fatos merecem destaques para se compreender como se deu o processo de implantação bem como os desafios encontrados naquele momento e a serem enfrentados no futuro.

O IF Baiano iniciou suas atividades, desprovido de uma identidade jurídica, devido a dificuldades ocasionadas por trâmites legais que impediram a administração central de realizar movimentações financeiras, patrimoniais, dentre outras, necessárias ao desenvolvimento das atividades rotineiras inerentes àquela instância. Assim, todas as ações foram desenvolvidas, provisoriamente, pela antiga Escola Agrotécnica Federal de Catu, a mais antiga e mais próxima da Reitoria, que passou a funcionar como unidade pólo da administração central para as movimentações acima mencionadas durante o período em que o Instituto Federal não estava com sua situação regularizada.

A escolha do Reitor, se deu através de um acordo político entre os Diretores Gerais das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, quando ficou estabelecido que um deles seria o indicado, sendo escolhido para a nomeação do dirigente da EAF de Catu. Ainda dentro do acordo, os outros diretores poderiam ocupar as funções de Pró-Reitores ou mesmo indicar servidores da sua confiança para essa finalidade, ocupando as cinco Pró-Reitorias inicialmente propostas para o funcionamento do Instituto. Nossa avaliação é que esta não deveria ter sido a forma de ocupação dos cargos e sim aquela pautada na atenção a valores éticos, morais e de qualificação profissional que atendessem às reais necessidades da instituição.

A composição do quadro de pessoal da Reitoria foi feita, além da forma acima mencionada, através da cessão e/ou remoção de docentes e técnicos provenientes das antigas Escolas Agrotécnicas, visando à implantação do Instituto e não precedida de concurso público para contratação de pessoal destinado especificamente para os cargos inerentes de uma Reitoria. Com isso, inicialmente, houve um desfalque do quadro funcional das unidades até então integradas à nova institucionalidade, o que só foi amenizado após a abertura de concurso para os cargos de docentes e técnico-administrativos nos *campi*, permitindo a recomposição e ampliação de pessoal, mesmo que parcialmente.

Ainda tratando do quadro de pessoal, percebeu-se também uma grande mobilidade entre os aprovados nos concursos realizados, inicialmente através de redistribuições e remoções, muitas vezes sem uma justificativa plausível para quem estava acompanhando o processo. Situações esdrúxulas de movimentação de pessoal aconteciam entre os *campi* com o aval e às vezes com a interferência da administração central.

Na corrida para atendimento à proposta de ampliação do número de vagas e de cursos, algumas unidades passaram a oferecer cursos superiores e técnicos sem as devidas condições de funcionamento, seja pela falta de profissionais bem como por questões infra-estruturais que trouxeram como consequência o desenvolvimento relativamente precário dos cursos. Somou a isso as constantes remoções e redistribuições acontecidas nos momentos iniciais, que desfalcaram especialmente o quadro docente, prejudicando as atividades pedagógicas e comprometendo, desta forma, a qualidade do ensino.

Considerando o universo dos Institutos, se por um lado temos gestores familiarizados com os procedimentos administrativos e com as práticas pedagógicas, pelo fato de exercerem suas atividades profissionais em instituições que já trabalhavam com os níveis e as modalidades de ensino preconizadas na proposta dos Institutos, por outro, temos gestores que ainda carregam enraizados em suas práticas os ensinamentos adquiridos ao longo dos anos de administração e vivência da realidade das antigas Escolas Agrotécnicas Federais.

Este pode ser um grande diferencial para o sucesso ou insucesso dos diferentes Institutos, por entendermos que a visão do gestor já adaptado a um novo modo de fazer educação é mais propensa à assimilação das características e finalidades da nova estrutura

organizativa e pedagógica. Acredita-se que a sua mente pode estar mais aberta às novas concepções propostas para o segmento educacional, que é dinâmico e, por isso, está em constante processo de evolução, ainda que em determinados momentos seja vitimado pelo retrocesso de algumas reformas.

Acreditamos que com o passar do tempo e, conseqüentemente, o acúmulo de experiências, o funcionamento do IF Baiano possa ser equivalente aos dos outros Institutos formados por CEFET's, que já tinham experiência no oferecimento da educação superior. No entanto, isso demandará atitudes por parte dos gestores no sentido de vencer os obstáculos encontrados nesse início, que exigirão superação, principalmente, do “ranço” ainda presente na forma de atuar de muitos profissionais que compõem os quadros de servidores, sejam eles lotados na administração central bem como nos *campi*.

Vale ressaltar que ao longo do primeiro ano de implantação do IF Baiano, até pela própria correlação de forças presente naquele momento entre os dirigentes institucionais e o governo, foi possível perceber que as tomadas de decisões aconteciam de forma verticalizada e ocorriam de forma aligeirada e sem maiores reflexões, tornando a administração central refém das pretensões governamentais. Como se dizia na época, “era tudo para ontem” e sem direito a muito questionamento já que o não atendimento às orientações advindas do poder central poderia ter implicações políticas e administrativas que não interessavam aos dirigentes. Estes logravam vestir a “grife Universidade”, como diriam alguns estudiosos das políticas educacionais, e, com certeza, não gostariam de perder o posto, até porque, naquele momento, todos ocupavam o cargo de Reitor de forma *pró-tempore* e atos de insubordinação poderiam causar prejuízos para suas pretensões.

São pequenos relatos que retratam a forma acelerada, desestruturada e subserviente de como se deu a implantação do IF Baiano, que teve reflexos na implantação dos cursos e no funcionamento da máquina administrativa. Problemas de gestão, as permanentes alterações do seu quadro funcional, associado à falta de estrutura organizacional e infra-estrutural apontados neste estudo devem merecer profundas reflexões e mudanças no decorrer do seu funcionamento.

### **2.2.1 IFET Baiano – *Campus* Guanambi**

O IFET Baiano - *Campus* Guanambi, denominado anteriormente de Escola Agrotécnica Federal Antonio José Teixeira – Guanambi/Ba (EAFAJT-Guanambi/BA), está instalado no município de Guanambi, estado da Bahia, tendo sido criado pela Lei nº 8.670/93 e autorizado pela Lei nº 8.731/93. Ainda na condição de Escola Agrotécnica, tinha como missão: Promover a formação cidadã por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando a inclusão social, a profissionalização tecnológica e sustentável, mantendo uma política de valorização humana, na busca de soluções viáveis para os processos produtivos.

Situado no semi-árido da região sudoeste do estado e distante 800 km da capital baiana, o *Campus* Guanambi possui atualmente uma área de total de 1.670.000m<sup>2</sup>, dos quais 6.666 m<sup>2</sup> são de área construída. Teve suas atividades iniciadas com a implantação do Curso Técnico em Agropecuária no ano de 1995 através da Portaria nº 205/95 do Ministério da Educação. A partir de 2001 foram introduzidos os cursos Pós-Médios de Técnico Agrícola Habilitação em Agricultura e Técnico Agrícola Habilitação em Zootecnia e, em 2005, implantou o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, atendendo às Reformas da Educação Profissional estabelecidas pelo governo.

Atualmente o *Campus* oferece os seguintes cursos: Curso Técnico em Agropecuária

Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico Agrícola Habilitação em Agricultura, Curso Técnico Agrícola Habilitação em Zootecnia, Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Já obedecendo às orientações da nova reforma estabelecida pela Lei 11.892/08, foi aprovada a implantação do Curso Superior de Agronomia à nível de Bacharelado, do Curso de Licenciatura em Química e do Curso de Tecnólogo em Agroindústria, que funcionaram a partir do ano de 2010.

O *Campus* Guanambi (Figura 05) contava no momento da implantação do Instituto com uma comunidade escolar composta por 30 Docentes do quadro permanente, 05 Docentes Substitutos, 56 Servidores Técnico-Administrativos, 48 Funcionários Terceirizados e 570 Alunos. Após pouco mais de 18 meses de sua transformação encontra-se com a seguinte situação: 60 Docentes do quadro permanente, não possui Docentes Substitutos, 73 Servidores Técnico-Administrativos, 62 Funcionários Terceirizados e 1040 Alunos.



**Figura 05** – Vista aérea do *campus* Guanambi

### **2.2.2 IFET Baiano – *Campus* Catu**

O IFET Baiano - *Campus* Catu, denominado anteriormente de Escola Agrotécnica Federal de Catu (EAFCatu), está instalado no município de Catu, estado da Bahia. Foi criado pelo Dec. nº 53.666, de 05/03/1964 e transformado em autarquia federal pela Lei nº 8.731/93.

Situado na região metropolitana de Salvador e distante 78 Km da capital baiana, o *Campus* possui atualmente uma área de total de 2.562.015m<sup>2</sup>, dos quais 17.071,37m<sup>2</sup> são de área construída. Iniciou suas atividades oferecendo os Cursos Técnicos em Agropecuária e em Petróleo, subseqüentes ao Ensino Médio, e, posteriormente, o Curso Técnico em Informática na modalidade PROEJA e o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Estão previstas as implantações, até 2011, do Curso Técnico de Agrimensura subseqüente ao Ensino Médio, do Curso Técnico em Cozinha na modalidade PROEJA, do Curso de Tecnólogo em Análise de Desenvolvimento de Sistema, do Curso de Licenciatura em Química, Licenciatura em Ciências Agrícolas e do Curso de Educação à Distância para Formação de Professores.

O *Campus* Catu (Figura 06) contava inicialmente com uma comunidade escolar composta por 38 Docentes do quadro permanente, 06 Docentes Substitutos, 75 Servidores Técnico-Administrativos, 46 Funcionários Terceirizados e 539 Alunos. Em meados do ano de 2010, a comunidade passou para 66 Docentes do quadro permanente, 08 Docentes Substitutos, 81 Servidores Técnico-Administrativos, 67 Funcionários Terceirizados e 700 Alunos.



**Figura 06** – Vista geral do *Campus* Catu

### **2.2.3 IFET Baiano – *Campus* Senhor do Bonfim**

O IFET Baiano - *Campus* Senhor do Bonfim, denominado anteriormente de Escola Agrotécnica de Senhor do Bonfim (EAFSB), está instalado no município de Senhor do Bonfim, estado da Bahia. A antiga Escola foi criada pela Lei nº 8.670/93 e autorizada pela Lei nº 8.731/93.

Situado no polígono da seca, mais precisamente no Piemonte da Chapada Diamantina e distante 374 km da capital baiana, o *Campus* possui uma área de total de 1.800.000 m<sup>2</sup>, dos quais 8.103 m<sup>2</sup> são de área construída. Teve suas atividades iniciadas com a implantação do Curso Técnico em Agropecuária no ano de 1995, através da Portaria nº 205/95 do Ministério da Educação. A partir de 2001 foram introduzidos os cursos Pós-Médios de Técnico Agrícola habilitação em Agricultura e Técnico Agrícola habilitação em Zootecnia e, em 2005, implantou o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, atendendo às Reformas da Educação Profissional estabelecidas pelo governo.

Até meados de 2010 o *Campus* oferecia os seguintes cursos: Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agropecuária e Curso Técnico em Alimentos subsequentes ao Ensino Médio, Curso Técnico em Processamentos de Alimentos integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Já obedecendo às orientações da nova reforma estabelecida pela Lei 11.892/08, foi aprovada a implantação do Curso Técnico em Agrimensura subsequente ao Ensino Médio, Curso Técnico em Panificação na modalidade PROEJA, do Curso de Licenciatura em Química, Ciências Agrícola e de Informática, do Curso de Tecnólogo em Saneamento Ambiental, que deverão funcionar entre os anos de 2010 e 2012.

O *Campus* Senhor do Bonfim (Figura 07) contava com uma comunidade escolar

composta por 46 Docentes do quadro permanente, 05 Docentes Substitutos, 41 Servidores Técnico-Administrativos, 48 Funcionários Terceirizados e 554 Alunos. Após a transformação para *campus*, a comunidade ficou composta por 49 Docentes do quadro permanente, 04 Docentes Substitutos, 49 Servidores Técnico-Administrativos, 48 Funcionários Terceirizados e 563 Alunos.



**Figura 07** – Vista aérea do *Campus* Senhor do Bonfim

#### **2.2.4 IFET Baiano – *Campus* Santa Inês**

O IFET Baiano - *Campus* Santa Inês, denominado anteriormente de Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês (EAFSI) está instalada na zona rural do município de Santa Inês, estado da Bahia. A Escola foi criada pela Lei nº 8.670/93 e autorizada pela Lei nº 8.731/93.

Situado na região centro sul do estado, microrregião entre o litoral sul e a Chapada Diamantina, no Vale do Jiquiriçá, com clima semi-árido e distante 302 km da capital baiana, o *Campus* possui uma área de total de 1.660.000m<sup>2</sup>, dos quais 16.850 m<sup>2</sup> são de área construída. Teve suas atividades iniciadas com a implantação do Curso Técnico em Agropecuária no ano de 1995, através da Portaria nº 205/95 do Ministério da Educação. A partir de 2001 foram introduzidos os cursos Pós-Médios de Técnico Agrícola habilitação em Agricultura e Técnico Agrícola habilitação em Zootecnia e, em 2005, implantou o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, atendendo às Reformas da Educação Profissional estabelecidas pelo governo.

Atualmente o *Campus* oferece os seguintes cursos: Curso Técnico em Agropecuária e Curso Técnico em Zootecnia Integrados ao Ensino Médio, Curso Técnico em Zootecnia subsequente ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Já obedecendo às orientações da nova reforma estabelecida pela Lei 11.892/08, foi aprovada a implantação dos Cursos Técnicos de Informática subsequente ao Ensino Médio, Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio, Cursos Superiores de Zootecnia, Engenharia Agrícola e Medicina Veterinária, Cursos de Licenciatura em Geografia e Biologia e Curso de Tecnólogo em Tecnologia da Informação e Comunicação, que deverão funcionar a partir do ano de 2010.

No momento da implantação o *Campus* Santa Inês (Figura 08) contava com uma comunidade escolar composta por 43 Docentes do quadro permanente, 04 Docentes

Substitutos, 46 Servidores Técnico-Administrativos, 46 Funcionários Terceirizados e 361 Alunos. Após a transformação, tem a seguinte situação: 56 Docentes do quadro permanente, 02 Docentes Substitutos, 46 Servidores Técnico-Administrativos, 57 Funcionários Terceirizados e 665 Alunos.



**Figura 08** – Vista aérea do *Campus* Santa Inês

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Lakatos e Marconi (2009), em se tratando de análise textual, alguns procedimentos devem ser executados com vista a se efetuar uma análise fiel da mensagem transmitida pelos sujeitos. Dentre os procedimentos citados pelo autor, destacamos alguns que consideramos mais importantes, tais como:

[...] localizar os acontecimentos ou idéias, comparando-as entre si e procurando semelhanças e diferenças existentes; agrupá-los pelo menos por uma semelhança importante e organizá-los em ordem hierárquica de importância; interpretar as idéias e/ou fenômenos, tentando descobrir conclusões a que o autor chegou e depreender possíveis ilações (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 24).

Tomando como referência esses procedimentos metodológicos, partimos para a tabulação dos dados obtidos, sistematizando as justificativas provenientes das questões abertas, separadamente por *campus*, identificando aquelas relacionadas ao mesmo tema, visando verificar a incidência de aspectos relevantes abordados pelos servidores e pelas administrações no momento de seus comentários. Isso facilitou as associações e reflexões durante a discussão, que foram feitas sem perder de vista os objetivos e as questões de estudo da pesquisa.

Vale ressaltar que foram encontrados alguns obstáculos na análise dos instrumentos de pesquisa relacionados à dificuldade de leitura das respostas de alguns questionários, incoerência de algumas respostas em relação ao que fora questionado, não atendimento à proposta das questões abertas, isto é, questões sem a devida justificativa apesar da orientação, o que requereu ainda mais atenção.

Definimos que a análise das questões comuns nos dois questionários, dar-se-ia da seguinte forma:

1. Analisar de forma macro os resultados obtidos da tabulação dos instrumentos aplicados aos servidores, bem como às administrações;
2. Fazer um estudo comparativo dos resultados obtidos, de forma geral, entre os dois públicos;
3. Realizar o mesmo procedimento do item 2, porém, dirigido aos sujeitos pesquisados por *campus*;
4. Por fim, verificar as diferenças e semelhanças de opiniões do grupo amostral, no nível geral e por *campus*.

Adotando estes procedimentos, procuramos fazer o maior número possível de relações e associações no sentido de identificar as impressões dos servidores e do corpo administrativo referentes ao processo de implantação dos Institutos Federais e, em especial, do Instituto Federal Baiano. Desta forma, tentamos apreender qual foi o entendimento da proposta dos Institutos por parte dos dois públicos pesquisados.

Para essa análise, contamos com a seguinte situação:

- a) Em relação às administrações, o questionário foi aplicado nos 4 *campi* com 100% de devolução;
- b) Em relação aos servidores, tivemos o seguinte quadro:

**Tabela 02** – Devolução de questionários pelos servidores

	Servidores Dez/2008	Servidores aptos	(%)	Questionários entregues	Questionários devolvidos	(%)
Catu	118	90	76,27	22	16	72,72
Guanambi	87	70	80,46	17	16	94,11
Santa Inês	65	45	69,23	12	11	91,67
Senhor do Bonfim	72	52	65,28	14	13	92,85
Total	342	257	75,15	65	56	86,15

O quadro demonstra que houve uma participação significativa dos grupos amostrais, isto é, administrações e servidores. Sabemos que o elevado percentual de questionários não devolvidos se constitui um dos problemas para a utilização desse instrumento, mas, felizmente, não enfrentamos essa situação.

Iniciamos a análise dos questionários abordando as questões igualmente apresentadas nos dois instrumentos de pesquisa. De acordo com a metodologia adotada para esta primeira etapa, fizemos uma análise global das respostas obtidas das questões comuns aos dois públicos, confrontando as respostas dos gestores e servidores nos *campi*, enfatizando aquelas situações de maior destaque.

Na sequência discutimos também as questões dirigidas especificamente a cada público. Nas análises das questões apresentamos algumas declarações utilizadas como justificativas para as respostas dos questionários visando contribuir para o processo de discussão.

### 3.1 Questões Dirigidas aos Servidores e Gestores

Destacamos que a mesma pergunta foi feita aos servidores gestores e aos servidores não gestores (doravante somente chamados de gestores e servidores). Nesta primeira questão, o fato dos gestores e servidores poderem marcar mais de uma opção de resposta faz com que os resultados percentuais ultrapassem 100%. Por isso, ela será tratada com números absolutos.

#### Questão 01 - Como transcorreu o processo de implantação do Instituto Federal em sua Instituição? (pode marcar mais de uma alternativa)

**Tabela 03** – Forma de implantação do IF Baiano na visão dos servidores.

	De forma acelerada	Sem problemas	Com resistência	Sem resistência	Não responderam
Catu	10	03	05	03	
Guanambi	12	03	01	05	
S. Inês	07	01	03	04	01
S. Bonfim	06	03	06	05	
Total	35	10	15	17	01

**Tabela 04** – Forma de implantação do IF Baiano na visão dos gestores

	De forma acelerada	Sem problemas	Com resistência	Sem resistência
Catu	X			
Guanambi	X			X
S. Inês	X		X	
S. Bonfim	X	X		

O resultado deste questionamento feito aos dois universos pesquisados foi importante para demonstrar a realidade que permeou os debates acerca da implantação dos Institutos Federais, de forma geral, bem como, individualmente, no Instituto Federal Baiano.

Havia uma significativa inquietação por parte das comunidades escolares, sindicais e científicas que pleiteavam mais tempo para discutir a proposta que alterava a engenharia da rede de educação profissional. No entanto, essa participação sofreu as restrições impostas pelo tempo de discussão das propostas e pela metodologia restritiva adotada pela SETEC/MEC.

A forma acelerada como se deu a reforma, presente unanimemente no diagnóstico dos gestores e na maioria absoluta dos servidores, demonstrou que a prática foi na direção contrária aos discursos governamentais. O MEC, através de uma propaganda massificante, procurava passar à sociedade a visão de uma postura democrática, deixando entender que a reforma pretendida estava sendo discutida com as partes interessadas. No entanto, o que se viu, em alguns momentos, foram megaeventos patrocinados pelos cofres públicos para tentar justificar o discurso de que a sociedade estava sendo munida das informações necessárias à compreensão da proposta.

No IF Baiano - *Campus* Guanambi, por exemplo, foi realizada uma audiência pública com a participação de diversos segmentos da sociedade local (representantes dos poderes executivo e legislativo municipal, polícia militar, igreja, maçonaria, comércio, sindicato, grêmio, pais, etc) e representantes do governo federal, onde o debate foi restrito a participações limitadas em função do tempo, não oportunizando aos participantes uma intervenção ampliada que permitisse maiores esclarecimentos.

No discurso governamental, endossado pela direção da instituição à época, o evento se configurou em um debate com a sociedade, quando na verdade não passou de uma mera apresentação e propaganda da reforma que estava em curso, sem dirimir a maioria das dúvidas que pairavam sobre os membros da sociedade local como também sobre todos aqueles considerados integrantes da comunidade escolar.

O mesmo se deu junto aos sindicatos, que tinham dificuldades em dialogar com os setores do governo responsáveis pela implantação da reforma. Quando conseguia um canal de interlocução era limitado em participação nos eventos e número de participantes.

Outro elemento a se destacar neste primeiro ponto é o nível de resistência oferecido à proposta de implantação dos Institutos que, no cômputo geral, apresenta um relativo equilíbrio nas respostas das alternativas “com resistência” e “sem resistência”. Apesar de parecer uma contradição, o não entendimento ao conteúdo apresentado pelo governo associado a desmobilização das comunidades escolares e sindicais, pode justificar a situação, seja pelas poucas discussões efetivamente realizadas nas instituições ou mesmo pelo desinteresse dos envolvidos em delas participar ativamente.

O contexto sócio-político pode ter contribuído para gerar um estado de aparente consentimento, pois, como afirma Souza(2002), a baixa resistência por parte das comunidades escolares assim como das sindicais pode ser atribuída ao estado de conformação que as mesmas se submeteram, especialmente nos dois mandatos do presidente Lula da Silva.

Não se pode ignorar quando 17 servidores apontam que o processo de implantação tenha acontecido sem problemas. A análise feita a partir das respostas dos gestores também permite o levantamento de algumas questões. Será que os gestores, em sua maioria,

desejavam ver suas comunidades escolares esclarecidas quanto ao processo de implantação dos Institutos Federais? Será que a forma acelerada de discussão não tinha exatamente o propósito de deixar os sujeitos interessados alheios ao que realmente estava por trás da reforma? Será que a forma acelerada como deu essa reforma não estava atrelada às comemorações do ano de centenário da educação profissional no Brasil que se realizariam no decorrer do ano de 2009?

No que diz respeito a esse último questionamento, ainda podemos indagar se a implantação dos Institutos não foi pensada em se constituir um marco histórico para o governo da época, assim como foi a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, por Nilo Peçanha. Até hoje o governante é lembrado nos textos que tratam das políticas públicas para a educação profissional, deixando marcado o seu nome na história da educação do país. O mesmo pode acontecer com o presidente Lula que, no futuro, tende a ser lembrado pela criação dos Institutos Federais.

Para ilustrar, em dezembro de 2010, integrando uma lista de cem pessoas homenageadas, o presidente Lula foi condecorado com a medalha Nilo Peçanha, que tem o objetivo de reconhecer aqueles que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica do país.

Em uma análise sob o viés político-econômico da nova institucionalidade, seja pela sua finalidade bem como pelo seu atrelamento às políticas internacionais de fortalecimento e reestruturação do capital, ainda é possível perceber a presença das diretrizes traçadas por organismos internacionais para as políticas públicas brasileiras, neste caso o educacional. O cumprimento de metas e diretrizes delineadas para o segmento é fator primordial para o repasse de recursos e outros apoios, o que fora encontrado em outros momentos da história do país, como, por exemplo, com o PROEP.

Partindo para uma análise mais individualizada dos *campi*, notamos a mesma percepção dos grupos amostrais quanto à forma de implantação, ou seja, há consenso de que a mesma se deu de forma acelerada e a mesma análise anterior pode ser feita para tratar da resistência e problemas existentes no momento da implantação, seja pelos servidores como pelos gestores.

Os resultados das três questões seguintes são complementares e contribuirão, significativamente, para o entendimento desta situação, pois serão apresentados novos elementos que permitirão ratificar o que foi constatado até o momento.

Vale ressaltar que o diagnóstico apresentado quanto à forma de implantação dos Institutos se assemelha àquele verificado pelas entidades representativas dos servidores em seus fóruns sobre a nova estrutura organizativa, o que era motivo de grande preocupação. Um seminário<sup>7</sup> realizado conjuntamente no ano de 2008 pelas entidades sindicais ANDES e SINASEFE já apontava para a necessidade de abertura de espaço para debater a questão nas bases e na sociedade como um todo, questionava a real necessidade da criação dos Institutos Federais e o modelo de expansão adotado para a educação profissional.

**Questão 02: No momento da mudança você se sentiu devidamente esclarecido sobre o conteúdo da Lei 11.892/2008? (em caso negativo, esclareça)**

---

<sup>7</sup> Disponível em : [http://www.sinasefe.org.br/BOLETIM\\_392\\_140308.pdf](http://www.sinasefe.org.br/BOLETIM_392_140308.pdf). Acessado em: 08.08.2010.

**Tabela 05** – Nível de esclarecimento dos servidores sobre a lei 11.892/2008.

	Sim	Não	Não responderam
Catu	04	10	02
Guanambi	04	12	-
S. Inês	04	05	02
S. Bonfim	00	13	-
Total	12	40	04
%	21,43	71,43	7,14

**Tabela 06** – Nível de esclarecimento dos gestores sobre a lei 11.892/2008.

	Sim	Não
Catu	X	
Guanambi		X
S. Inês		X
S. Bonfim		X
%	25	75

Partindo do pressuposto que para haver um real esclarecimento a respeito de um determinado assunto ou acontecimento faz-se necessário um efetivo envolvimento dos sujeitos no processo, seja participando diretamente das ações ou sendo alimentado de informações através de documentos ou eventos que lhe possibilite o conhecimento do conteúdo daquilo que está sendo implantado, podemos chegar à conclusão que, pela forma como se deu o processo de implantação dos Institutos, isto é, acelerada e com pouca discussão, como veremos mais adiante, os grupos mostrais ficaram prejudicados.

No caso da implantação dos Institutos, verificou-se a disponibilização dos documentos balizadores da reforma pela internet, que, atualmente, se constitui em uma ferramenta de fácil acesso e, por isso, poderia possibilitar o contato com as mudanças propostas. No entanto, não basta ter acesso a documentos, é importante, também, conseguir apreender aquilo que está posto, o que, às vezes, em função da complexidade da proposta ou mesmo pelo que ela internaliza nos aspectos políticos, econômicos e sociais, dificulta a compreensão, ensejando, portanto, mais espaço para discussão e aprofundamento das questões expressas nos instrumentos legais que balizam a mesma.

Por isso, ao perguntar ao servidor se ele estava devidamente esclarecido sobre a reforma, buscamos verificar exatamente se lhes foram possibilitadas as oportunidades de acesso não só a documentos, mas, também, às elucidações sobre tudo aquilo que fugia ao seu entendimento.

Ao analisarmos as tabelas relativas às respostas obtidas das administrações, constatamos algo, no mínimo, interessante: 75% dos gestores afirmaram que não se sentiram esclarecidos sobre o conteúdo da lei 11.892/2008. Esse dado nos leva a uma reflexão acerca do conhecimento do assunto por parte dos gestores e a uma pergunta: Se os próprios gestores não tinham se apropriado do conteúdo da proposta, como poderiam prestar esclarecimentos à sua comunidade sobre características, finalidades, princípios e outras questões relativas aos Institutos Federais?

No entanto, vale ressaltar que, das quatro instituições pesquisadas, duas, Catu e Guanambi, não possuíam os atuais diretores gerais efetivados no cargo no momento da

implantação dos Institutos, sendo que o gestor de Catu manifestou-se por estar esclarecido, sob a justificativa de “ter participado a ponto de lhe possibilitar conhecer com clareza a idéia do projeto”.

Esse quadro referente aos gestores se reflete no corpo de servidores dos *campi*, o que pode ser comprovado pelas respostas obtidas do questionário aplicado e, especialmente, quando se analisam as declarações fornecidas pelo grupo amostral.

Assim, muitos dos depoimentos aconteceram na seguinte linha: faltaram explicações, as informações eram insuficientes, as informações eram confusas e contraditórias, o processo foi acelerado, imposição da implantação dos Institutos pelo governo, resistência dos gestores em promover o debate, dentre outras tantas, das quais selecionamos aquelas que foram as mais frequentes.

[...] Não houve restrição pela direção em informar, mas não foi suficiente para se sentir devidamente esclarecido.[...] Não houve uma discussão profunda sobre os Institutos, existiam informações contraditórias e confusas. [...] Houve um clima propositadamente composto pelo viés da insegurança e medo do que poderia ocorrer no futuro. [...] Não houve esclarecimento quanto ao conteúdo da lei, já que era clara a resistência do diretor do departamento de ensino e demais coordenadores em aceitar a mudança. [...] Na reunião de apresentação da proposta a única opinião externada foi de elencar desvantagens e perdas para todos. [...]devido à falta de reuniões, debates, sugestões por parte da comunidade, ficamos sem saber o que de fato iria acontecer com nossa instituição, o que permanece até hoje. [...] Quando fomos informados já era hora de fazer a escolha entre EAF e IFET, sem maiores esclarecimentos de acordo com a conjuntura do país. [...] O processo foi muito acelerado e parece que existia uma vontade muito grande dos dirigentes em implantar as reformas. [...] seria necessário, em algum momento, a presença de uma pessoa que conhecesse a lei para prestar esclarecimentos. [...] foi imposta a aceitação dos IF's com a ameaça de que continuando como escola independente estaríamos excluídos dos recursos do governo. [...] foi simplesmente imposta. Como a implantação ocorreu de forma muito acelerada, muitas questões ficaram por ser esclarecidas.

Percebemos que um elevado percentual dos pesquisados, 71,43% dos servidores e 75% dos gestores, não se sentiu devidamente esclarecido sobre as características, objetivos e finalidades dos Institutos Federais, evidenciando que o discurso não estava condizente com a prática. Isso reforça a análise da questão anterior, uma vez que um público não esclarecido não se sentirá motivado em participar das discussões sobre a reforma proposta.

### **Questão 03 - Quantas reuniões ocorreram durante o processo de implantação do Instituto em sua instituição?**

**Tabela 07** – Número de reuniões informadas pelos servidores durante a implantação do IF.

	Entre uma e três	Entre quatro e seis	Mais de seis	Nenhuma	Não responderam
Catu	09	05	02		-
Guanambi	14	01	01		-
S. Inês	07	02	-		02
S. Bonfim	13	-	-		-
Total	43	08	03		02
%	76,79	14,29	5,34		3,57

**Tabela 08** – Número de reuniões informadas pelos gestores durante a implantação do IF.

	Entre uma e três	Entre quatro e seis	Mais de seis	Nenhuma
Catu		X		
Guanambi		X		
S. Inês		X		
S. Bonfim	X			
(%)	25	75		

Nas respostas à questão 03, constatamos uma contradição nas opiniões dos universos pesquisados. Os percentuais obtidos entre servidores e gestores divergem no que diz respeito à quantidade de reuniões realizadas, exceto no *Campus* Senhor do Bonfim, onde os grupos amostrais convergiram em suas respostas, com destaque para a unanimidade obtida entre os servidores.

De qualquer maneira, considerando o curto período entre a publicação do decreto e a da lei, aproximadamente 18 meses, em se tratando de uma reforma educacional da importância e dimensão que estava sendo proposta, podemos deduzir que as discussões nas antigas Escolas Agrotécnicas Federais foram insuficientes para permitir que as comunidades escolares tivessem acesso aos esclarecimentos necessários que lhes permitissem interferir ativamente no processo de implantação dos Institutos. A menção a mais de seis reuniões, apontada por alguns servidores, no entanto, não foi confirmada por nenhum dos gestores.

Vale lembrar ainda, que o período destinado pelo governo para que houvesse a opção de adesão ou não à proposta de criação dos Institutos Federais ocorreu em uma época considerada “morta” para efeito de mobilização das comunidades escolares, isto é, entre dezembro e março, onde ocorrem, por exemplo, encerramento de ano letivo, festas de final de ano e recesso escolar. Com isso, as discussões ficaram prejudicadas, pois havia uma dispersão entre os servidores e alunos, especialmente, bem como entre os sindicatos, que neste período têm dificuldade de mobilizar suas bases, reduzindo, significativamente, qualquer poder de reação.

Não obstante, é perfeitamente compreensível a escolha do período pelo governo se considerarmos os aspectos levantados no parágrafo anterior, pois só colaboraria para que tudo transcorresse na mais perfeita tranqüilidade, passando a imagem de um processo pautado em “princípios democráticos e sem conflitos”, onde foi oportunizada a “participação” das comunidades internas e externas.

Analisando os *campi* individualmente, vale destacar os resultados obtidos do *Campus* Catu, uma vez que destoa dos demais, haja vista que a maioria dos pesquisados (09) apontou a opção “entre uma e três” como resposta, mas um número significativo (05) assinalou a opção “entre quatro e seis” e (02) “mais de seis”, que não foi confirmada pelo gestor. Assim, considerando os números, verifica-se que há divergências de entendimento a respeito da quantidade de reuniões para discutir a implantação do Instituto Federal, mas esse é um dado que, na nossa avaliação, não tem o poder de comprometer as conclusões anteriores.

**Questão 04 - Houve participação da comunidade escolar no processo de discussão sobre a proposta de criação dos Institutos?**

**Tabela 09** – Participação da comunidade escolar na discussão sobre os IF's – pelos servidores

	Sim	Não	Não responderam
Catu	13	03	
Guanambi	12	04	
S. Inês	05	04	02
S. Bonfim	07	06	
Total	37	17	02
%	66,07	30,36	3,57

**Tabela 10** – Participação da comunidade escolar na discussão sobre os IF's – pelos gestores

	Sim	Não
Catu	X	
Guanambi	X	
S. Inês	X	
S. Bonfim	X	
%	100	

**Questão 05 - No caso da resposta anterior ser afirmativa, marque com um X quem participou.**

**Tabela 11** – Participantes da discussão – visão dos servidores

	Diretor	Equipe Pedagógica	Prof.	Tec. Adm.	Estudantes	Pais/ Resp.	Outros. Quais	Não responderam
Catu	12	12	13	13	12	01	01	2
Guanambi	11	06	12	12	07		03	4
S. Inês	06	06	06	06	01			5
S. Bonfim	07	07	07	06	01			6
Total	36	31	38	37	21	01	04	17
%	34,28	55,35	67,86	66,07	37,5	1,78	7,14	30,35

**Tabela 12** – Participantes da discussão – visão dos gestores

	Diretor	Eq. Pedagógica	Professores	Técnico Adm.	Estudantes	Pais/ Resp.	Outros. Quais
Catu	X	X	X	X	X		
Guanambi	X	X	X	X			
S. Inês	X	X	X	X	X	X	
S. Bonfim	X	X	X	X	X		
%	100	100	100	100	75	25	-

Como as questões 04 e 05 são complementares, fizemos a análise conjunta das mesmas. Ressalta-se que a análise percentual da questão 05 fica prejudicada em função dos grupos amostrais poderem indicar mais de uma opção.

Assim sendo, o entendimento geral dos grupos amostrais foi de que houve participação das comunidades escolares no processo de discussão sobre a implantação dos Institutos. No entanto, entre os servidores, percebemos certa discrepância de opinião quando relacionamos as respostas obtidas dos *Campi* de Catu e Guanambi em relação aos de Santa Inês e Senhor do Bonfim, pois, verificamos que nos dois primeiros a diferença numérica entre

as duas opções é relativamente grande se comparada aos dois últimos, que apresentaram um empate técnico em seus resultados em relação às respostas “sim” e “não”.

Analisando a resposta dos gestores, apesar de assinalar que houve participação da comunidade escolar, o *Campus* Guanambi não aponta os estudantes como participantes do processo, o que denota uma incoerência com a resposta da questão 04. A totalidade dos demais gestores registrou a participação de diretor, equipe pedagógica, professores, técnico-administrativos e estudantes.

De forma geral, entre os servidores, verificamos também a mesma percepção quanto aos participantes na visão dos gestores. Porém, quando se trata de outros participantes, somente o *Campus* Guanambi informou a participação de sindicato, pais e comunidade externa. De fato, conforme relato anterior, na audiência pública promovida pela instituição houve a presença de diversas representações, porém, sem debate efetivo que pudesse ser considerado suficientemente elucidativo para as dúvidas existentes sobre a implantação dos Institutos e o futuro da educação profissional e tecnológica.

É relevante mencionar que os estudantes não participaram com a mesma intensidade dos debates que os docentes e técnicos, mesmo nas poucas reuniões realizadas. O motivo presumível pende para o desinteresse ou até mesmo para a falta de incentivo à categoria por parte das direções gerais dos *campi* que, como foi mencionado, não tinham interesse em promover um amplo debate, mas, sim, apenas cumprir as determinações provenientes do poder central.

**Questão 06 - Você considera que sua instituição está preparada, tanto no aspecto da infra-estrutura como no de pessoal e de gestão, para assimilar a mudança proposta pelo governo?**

**Tabela 13** – Condições da instituição de assimilar a proposta do governo – pelos servidores

	Sim	Não	Não responderam
Catu	02	14	
Guanambi	03	12	01
S. Inês	01	10	
S. Bonfim	01	12	
Total	07	48	
%	12,5	85,7	1,8

**Tabela 14** – Condições da instituição de assimilar a proposta do governo – pelos gestores

	Sim	Não
Catu		X
Guanambi		X
S. Inês		X
S. Bonfim		X
%		100

Os números traduzem o sentimento dos grupos amostrais sobre o processo de implantação do Instituto Baiano. Naquele momento, as próprias EAF's já desenvolviam suas ações educacionais com dificuldades, lembrando que tratavam somente do ensino profissionalizante de nível médio, o chamado ensino técnico.

Alguns comentários e justificativas dos servidores apontando o despreparo das instituições para assumirem a nova proposta dos Institutos Federais merecem ser transcritas, para que possa compreender melhor o sentimento dos entrevistados. Foram apontadas, por

exemplo, a carência de recursos humanos, instalações e suporte para os novos cursos, falta de infra-estrutura, equipamentos e materiais. Outros destacaram que os gestores não estão preparados, que há indicações por amizade e que a estrutura atual não atende às necessidades dos antigos cursos. Há críticas, ainda, ao corpo docente que está disperso, carecendo de trabalho em equipe e à direção que está “perdida” por falta de planejamento e por ainda se comportar como se fosse EAF. Mencionaram também a falta de estrutura da Reitoria para dar suporte aos *campi*.

Os comentários dos gestores vão na mesma linha, exceto quanto se trata do despreparo da própria administração, pois estes não apontam esse elemento como entrave para o sucesso da reforma, o que é bastante compreensível.

No campo da gestão, a partir das respostas dos entrevistados, pudemos constatar que os desafios para as administrações que estão iniciando suas gestões na era dos Institutos serão enormes. O corpo de servidores está consciente de que os problemas a serem enfrentados não são somente estruturais, físicos, mas passa também pela necessidade de mudança de postura dos gestores diante da nova realidade. Não se pode administrar o IF Baiano ainda como se fosse uma escola-fazenda da época dos coronéis ou mesmo como uma Escola Agrotécnica, pois as novas atribuições a ele conferidas devem ser acompanhadas de uma mudança de visão de como fazer uma educação não só voltada para cursos técnicos e apenas para um público específico, mas, sim, para um universo maior e mais exigente.

Além disso, faz-se necessária uma reformulação geral das práticas pedagógicas, administrativas e de uso dos recursos financeiros e humanos. Os investimentos em áreas que até então não eram priorizadas deverão ser revistos, como, por exemplo, a pesquisa e a extensão, que nas universidades recebem um tratamento especial, em que pese as dificuldades encontradas à sua consecução.

Não se pode esquecer ainda das antigas EMARC's, que possuem uma situação ainda mais diferenciada se comparada às antigas EAF's. Estas escolas, anteriormente ligadas à CEPLAC e atualmente incorporadas ao Instituto, têm uma realidade financeira, estrutural e de pessoal ainda mais específica, uma vez que era ligada ao Ministério da Agricultura e foram criadas para atender um público ainda mais específico, com o objetivo de atender a região cacauera da Bahia.

Com relação aos aspectos infra-estruturais, veremos mais à frente que, após 18 meses de implantação, pouquíssimos avanços aconteceram no tocante à ampliação das dependências voltadas ao setor pedagógico, o que inviabiliza o desenvolvimento adequado do ensino, da pesquisa e da extensão, que se constituem o tripé da educação.

Outro ponto que é necessário destacar e que se constitui um limitador para o sucesso do Instituto Federal Baiano é o quadro de pessoal, seja ele no aspecto quantitativo como qualitativo. No momento da implantação, os docentes que compunham a comunidade das EAF's, apesar de formação superior e muitos em processo de qualificação em nível de mestrado e doutorado, tinham suas práticas voltadas apenas para cursos de nível médio profissionalizante, até então os únicos oferecidos pelas instituições, e pouquíssimos desenvolviam a pesquisa, haja vista que não era uma prática comum nestas instituições.

Com o advento dos Institutos, a situação mudou, pois, a partir de então, esses profissionais passaram a ser aproveitados também para ministrar aulas nos outros níveis de ensino, o que provocou certa agitação nos momentos iniciais, até mesmo pela recusa de muitos profissionais em executar estas atividades alegando diferenciação no plano de cargos e salários dos docentes dos Institutos e dos que atuam no ensino superior das universidades federais.

As duas questões seguintes, 07 e 15, aplicadas, individual e respectivamente, aos servidores e aos gestores, serão tratadas conjuntamente por possuírem enunciados e sentidos muito próximos.

**Questão 07 - De forma geral, você acredita que a qualidade da educação promovida pela rede federal de educação profissional, científica e tecnológica terá um avanço com o advento dos Institutos Federais? Justifique sua resposta.**

**Tabela 15** – Avanço da qualidade da educação com a criação dos Institutos – visão dos servidores

	Sim	Não	Não tenho elementos para responder	Não responderam
Catu	11	04	01	
Guanambi	11	02	02	01
S. Inês	08	01	02	
S. Bonfim	09	02	02	
Total	39	09	07	01
%	69,64	16,07	12,5	1,79

**Questão 15 - Você acredita que a qualidade da educação promovida pela rede federal de educação básica, profissional e tecnológica melhorará com o advento dos Institutos Federais? Justifique sua resposta.**

**Tabela 16** - Avanço da qualidade da educação com a criação dos Institutos – visão dos gestores

	Sim	Não
Catu	X	
Guanambi		X
S. Inês	X	
S. Bonfim	X	
%	75	25

Apresentaremos inicialmente alguns comentários proferidos pelos servidores a respeito da questão e, em seguida, discutiremos alguns pontos que mereceram maior atenção por se tratar de posicionamentos que, em um momento, demonstram o crédito depositado na nova institucionalidade e, em outro, mostra o ceticismo das comunidades envolvidas quanto ao futuro da educação profissional e tecnológica com a criação dos Institutos.

[...] Com a abertura de novos cursos e realização da pesquisa e extensão iremos promover uma melhoria significativa na qualidade do ensino. [...] a ampliação dos cursos, criação de novas vagas e contratação de servidores e implantação de cursos superiores, atendendo ao anseio da comunidade. [...] A possibilidade de oferecer ensino técnico e superior, interiorizando a educação destes níveis certamente irá melhorar, porém sem aceleração como está acontecendo. [...] com incentivos no tocante a financiamentos diversos que permitam aquisição de material, investimento em formação continuada de professores e técnicos, construção de laboratórios e salas que constituam a infra-estrutura adequada a um instituto. [...] Desde que o apoio prometido seja cumprido e a direção do *campus* execute, no entanto, vale ressaltar que a estrutura do IF (física, pessoal e gestão) deve ser priorizada para que de fato ocorra um avanço na educação promovida. [...] É uma força a mais para a educação profissional, mas é necessário menos propaganda e mais investimentos, pois vislumbramos mudanças na orientação política da gestão, contudo, os elementos avaliação interna e, principalmente, externa terá um papel fundamental. [...] Não podemos esquecer que profissionais da educação subversivos(sic.) são

marcantes na busca de qualidade na educação. [...] Temos que pensar positivamente e nos empenhar para que isso se concretize, sendo necessário que haja um comprometimento de todos os profissionais envolvidos na busca da educação de qualidade. [...] Quando se considera que os IF's terão que ofertar novos cursos, capacitar professores e funcionários, adequar infra-estrutura e investir em mais pesquisa e extensão, certamente isso pode impulsionar a qualidade da educação. [...] É lógico que o crescimento e a melhoria em termos de qualidade vai acontecer, mas, para isso, os anos iniciais serão de dificuldades e de busca por se fazer dos Institutos uma instituição conceituada no Brasil.

Constatamos que alguns servidores acreditam que a abertura de novos cursos e a promessa de estímulo à pesquisa e à extensão transformará os Institutos Federais em um centro de excelência na educação, como tanto preconizou o governo durante a divulgação da reforma. No entanto, vale registrar que para que isso de fato aconteça, muitos outros elementos deverão estar presentes, a começar pela melhoria de condições de funcionamento da nova estrutura em um nível que atenda às expectativas depositadas na nova instituição, o que exigirá maiores investimentos.

Analisando a situação com os olhos de um país em desenvolvimento e considerando que o futuro desse país está diretamente relacionado ao desenvolvimento da tecnologia, e que esta se encontra intrinsecamente ligada ao desenvolvimento educacional em todos os seus níveis e modalidades, percebemos que somos um país que investe muito pouco em educação se comparado aos países desenvolvidos. De acordo com dados do governo, o Brasil investe em educação aproximadamente 4% do seu Produto Interno Bruto – PIB, o que é considerado pouco para as entidades representativas dos trabalhadores em educação que pleiteiam a ampliação deste percentual para 10%.

Outra preocupação constante nas declarações dos servidores é a forma acelerada como se deu e como está transcorrendo a implementação do IF Baiano, onde se percebe a priorização do atendimento às solicitações advindas das mais diversas esferas do poder público em detrimento da qualidade dos serviços prestados. Busca-se ofertar a educação profissional nos diferentes níveis e modalidades de ensino sem a devida preocupação com a qualidade dessa oferta.

Reforça essa idéia a reflexão de Kuenzer sobre as políticas de educação profissional quando a autora diz:

...por força das condições materiais que regem o capitalismo e de políticas públicas “professadas”, mas não materializadas, na direção da democratização, tem aumentado a inclusão nas diversas modalidades de educação disponibilizada para os que vivem do trabalho, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, o que apenas favorece inclusão subordinada ao longo das cadeias produtivas. (KUENZER, 2010, p. 253)

O ceticismo identificado no início da discussão desta questão fica evidente quando vemos que parte do grupo amostral não acredita nos profissionais que estão à frente das administrações dos atuais *campi*, fato também relatado em outros questionamentos. O coronelismo, marcante nas administrações das antigas Escolas Agrotécnicas e ainda presente nesses momentos iniciais, sempre foi considerado um atraso para as EAF's e, por isso, muitos preferem “pagar para ver”. No entanto, há um movimento de renovação cada vez mais crescente dentro do IF Baiano que poderá reduzir o ranço cultivado ao longo dos tempos nas antigas instituições que lhe deram origem.

Este movimento vem crescendo cada vez mais por conta da pluralidade do corpo de servidores que vêm ingressando e da necessidade de mudanças impostas pela atual conjuntura na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, o que exigirá uma mudança

de atitude por parte daqueles que insistem em manter as velhas práticas pedagógicas e de gestão.

O servidor também percebe que para haver sucesso nessa nova empreitada educacional é necessário que haja um comprometimento de todos. Em contrapartida, é, no mínimo, salutar um reconhecimento a esse empenho, não só por parte da administração central como também pelo governo, através da valorização dos profissionais que são peças fundamentais para o sucesso da reforma e que, também, se constituem o sustentáculo da nova institucionalidade. Isto pode se dar através da melhoria das condições de trabalho, plano de carreira, garantia de benefícios conquistados arduamente, dentre outros, não se esquecendo dos estudantes, que são o público alvo de toda e qualquer instituição de ensino.

Apesar de preponderar o sim na pesquisa realizada, não poderíamos deixar de mencionar alguns comentários materializados por alguns servidores no sentido contrário, tecendo algumas ponderações. A saber:

[...] A qualidade da educação não está condicionada à criação dos IF's, mas sim com a maneira com que os IF's (seus atores) encararão essa missão. [...] Acredito que a qualidade da educação permanece a mesma de quando era EAF, dependendo do empenho de seus profissionais e não da mudança de um nome. [...] porque criou-se os Institutos, mas o modelo de gestão continua. [...] Nosso *campus* é administrado como se fosse uma fazenda particular na época dos coronéis. [...] devido à carga muito grande de responsabilidade delegada aos IF's corre o risco de não atender a essas demandas com tanta excelência como atendia apenas a educação profissional.

Fica evidente a necessidade de mudança do modelo de gestão empregado nos Institutos, em especial no IF Baiano, nosso campo de pesquisa, tendo em vista a sua constituição, diferenciada em relação aos demais, como já foi esclarecido anteriormente. Acreditamos que nesse primeiro momento haverá uma resistência por parte dos atuais gestores no sentido de não permitir que a citada renovação aconteça de uma forma muito acelerada, uma vez que esta significaria a perda de poder e, conseqüentemente, de espaço na rede federal de educação profissional e tecnológica, de onde muitos se locupletaram ao longo desses anos, formando verdadeiros feudos.

Outro elemento apontado pelos pesquisados foi a multifuncionalidade conferida à nova estrutura organizacional. As comunidades ainda não estão confiantes quanto à potencialidade do IF Baiano frente às novas responsabilidades, pois, se já era difícil manter a qualidade do ensino na época das Escolas Agrotécnicas, quanto mais agora que foram ampliadas as atribuições, número de vagas e de cursos nos seus mais variados níveis e modalidades.

Os grupos amostrais estão em consonância com esta questão, pois, os gestores, também, entendem que a educação promovida pela rede federal de educação profissional, científica e tecnológica melhorará com os Institutos. Constitui-se exceção o *campus* Guanambi, que encara com muito ceticismo a nova realidade da educação nesta rede, pelo menos nesse início de funcionamento, alegando que dependerá de empenho da administração e apoio dos servidores, vislumbrando essa melhora a longo prazo.

Os outros gestores que acreditam na melhoria da educação utilizam argumentos que vão, desde a interiorização da educação através dos Institutos, oportunizando o acesso aos cursos de nível superior a alunos de regiões distantes dos grandes centros, até a adoção de uma política de estado e não de governo para a nova realidade da educação profissional e tecnológica, com a manutenção do apoio financeiro, administrativo e gerencial e o cumprimento dos compromissos assumidos.

O que os gestores apontam para a consecução da proposta do governo poderia ser considerado fácil, pois bastaria cumprir o que fora preconizado nos discursos governamentais

ao longo de todo o processo de divulgação e implantação dos Institutos. Porém, sabemos que, tratando-se de políticas governamentais, nem sempre o discurso é condizente com a prática, pois as diretrizes estabelecidas podem sofrer interferências internas e externas e estas modificarem o que estava materializado em instrumentos legais, a exemplo da Lei 11.892/2008.

As próximas questões são comuns aos dois públicos, porém, foram apresentadas com numeração diferente nos instrumentos de pesquisa. Para identificação das questões utilizaremos dois números, sendo o primeiro número relacionado aos servidores e o outro aos gestores.

**Questão 13 e 14 - De que forma deu-se a escolha dos cursos superiores oferecidos por sua instituição?**

**Tabela 17** – Forma de escolha dos cursos superiores – visão dos servidores

	Com a participação da comunidade escolar	Administrativamente	Através de estudo de viabilidade na região	Outro. (explicite)	Não responderam
Catu	06	06	07	02	
Guanambi	03	05	04	06	
S. Inês	02	06	03	01	01
S. Bonfim	01	07	03	05	
Total	12	24	17	14	01

**Tabela 18** - Forma de escolha dos cursos superiores – visão dos gestores

	Com a participação da comunidade escolar (servidores e alunos)	Administrativamente	Através de estudo de viabilidade na região	Outro. (explicite)
Catu	X		X	
Guanambi	X		X	
S. Inês	X		X	
S. Bonfim		X	X	
Total	03	01	04	

A análise desta questão em termos percentuais fica prejudicada tendo em vista que os servidores puderam optar por mais de uma resposta, mas, numericamente, o seu resultado é bastante significativo. A maioria dos servidores apontou a opção pela via administrativa como aquela que definiu a escolha dos cursos superiores no IF Baiano.

Considerando que vivemos numa democracia e que a participação popular, no caso em estudo de uma comunidade escolar, enseja respeito aos anseios de uma coletividade, era de se esperar que o resultado apontasse para a escolha através da consulta aos servidores e alunos.

Um número significativo de servidores (17) apontou que houve estudo de viabilidade para escolha dos cursos. Outros, no entanto, denunciaram que após escolhido administrativamente, a comunidade foi chamada somente para legitimar a escolha. Essa foi a tônica dos comentários proferidos pelos servidores que justificaram suas respostas referente ao tema da questão.

No caso dos gestores, verificamos que 03 deles optaram pela escolha com a

participação da comunidade utilizando também o estudo de viabilidade como instrumento complementar.

Somente o gestor de Senhor do Bonfim admitiu que a escolha foi feita administrativamente, mas acrescentou que foi a partir de estudo de viabilidade na região.

**Questões 14 e 16 - Mesmo considerando, de acordo com a Lei 11.892/2008, a obrigatoriedade da oferta mínima de 50% das vagas oferecidas pelos Institutos para o ensino profissionalizante integrado, você acha que o ensino agrícola poderá perder espaço na rede, uma vez que este dividirá a atenção com a oferta de cursos superiores, a pesquisa e a extensão? Justifique sua resposta.**

**Tabela 19** – Perda de espaço do ensino agrícola com a reforma – visão dos servidores

	Sim	Não	Não responderam
Catu	11	05	
Guanambi	07	09	
S. Inês	06	05	
S. Bonfim	06	07	
Total	30	26	
%	53,57	46,43	

**Tabela 20** – Perda de espaço do ensino agrícola com a reforma – visão dos gestores

	Sim	Não
Catu	X	
Guanambi		X
S. Inês		X
S. Bonfim		X
%	25	75

Uma das maiores inquietações das comunidades escolares nos momentos que antecederam a implantação dos Institutos estava relacionada ao futuro dos cursos técnicos profissionalizantes, também constatada na pesquisa realizada por Otranto(2010). No caso específico do IF Baiano, que é composto por instituições que, historicamente, desenvolviam suas atividades voltadas para o ensino agrícola, seja ele integrado ou subsequente (pós-médio), criou-se muitas expectativas quanto à atenção a ser dispensada a esses cursos com a nova estrutura organizacional, mesmo tendo a lei de criação estabelecido um percentual significativo, 50%, para a oferta de vagas a eles destinadas.

O fato de o governo ter fixado um percentual de vagas não significa que isto permanecerá, haja vista que a legislação poderá ser alterada para se adequar a novos contextos políticos, econômicos e sociais, fugindo ao controle daqueles que efetivamente estão inseridos no processo.

Ciavatta já manifestou sua preocupação quando disse:

Face ao movimento de “diferenciação para cima” das antigas escolas técnicas, pergunta-se se os CEFET’s e demais escolas, que se transformaram em Institutos Federais ou em Universidades Tecnológicas, vão manter os atuais cursos de ensino médio técnico que são, sabidamente, os melhores cursos de educação pública oferecidos no país. Devem prestar contas se, em seus projetos, consideram que o país ainda não deu sua cota de contribuição educativa aos trabalhadores que, em condições adversas, produzem a riqueza nacional – sem falar na superexploração do trabalho que aumenta a riqueza do Primeiro Mundo. O ensino médio

obrigatório gratuito é a grande dívida nacional para com os jovens que ainda são o objeto de políticas compensatórias, bem intencionadas, mas insuficientes para elevar todo o nível da população. (CIAVATTA, 2010, p. 171)

Em termos gerais, analisando os números das tabelas acima, verificamos que há certa divergência de opinião entre os universos pesquisados, pois, enquanto a maioria dos gestores entende que não haverá perda de espaço dos cursos profissionalizantes com a nova realidade, os servidores apontam o contrário. A pergunta foi voltada para o técnico agrícola, em virtude das escolas de origem serem agrotécnicas.

Entre gestores e servidores, somente o *campus* de Santa Inês apresenta resultado diferenciado em suas opiniões. O gestor do *campus* Catu argumentou que o ensino agrícola perderá espaço caso a transição para o novo modelo não seja bem articulada. Sob essa ótica e considerando a forma como se deu a implantação e como está transcorrendo a implementação da nova institucionalidade, especificamente no IF Baiano, há muito que se preocupar, pois as atenções poderão se voltar para os cursos superiores, uma vez que este representa status e aumenta o conceito da instituição perante a sociedade.

Aqueles gestores que discordaram, apresentaram os argumentos abaixo, onde podemos inferir que estão bastante otimistas quanto à permanência da oferta deste nível e modalidade de ensino: *“cada um tem seu público; a multidisciplinaridade na educação agrícola possibilita a oferta de diversos cursos; porque ele tem e continuará tendo sempre o seu lugar de destaque num país que tem a agropecuária como ponto forte da sua economia.”*

Dentre os servidores, a maioria, 53,57%, acredita que haverá perda de espaço do ensino agrícola, tecendo os seguintes comentários como justificativa:

Inevitavelmente, uma vez que muitos outros cursos passarão a ser ofertados, inclusive de nível técnico/médio já está acontecendo essa redução, pois os novos cursos são fora da área e os superiores também. [...] Sim, pois, na sua grande maioria, os alunos chegam interessados no ensino médio, pois o técnico não é visto com bons olhos devido à falta de estrutura no tocante a aulas práticas, laboratórios, etc. [...] A nossa realidade de agrotécnica deixou evidente que os alunos nos procuravam visando o ensino médio e aprovação no vestibular.[...] O ensino profissional não é levado a sério nem pelos docentes nem pelos discentes. [...] Acredito que ficará bastante restrita a oferta desses cursos, pois aumentará a procura por outros cursos que não são do ensino agrícola.

Outros chegaram a mencionar que a entrada de novos profissionais com grau de titulação maior, sem preparo para a educação profissional e com a cabeça voltada para os cursos superiores, pela própria formação que têm, pode cada vez mais reduzir a oferta da educação técnica agrícola.

Sabemos que as antigas EAF's tinham o papel de formar técnicos para atuar profissionalmente e não preparar para o vestibular. No entanto, atualmente, esta continua sendo a principal meta da maioria dos alunos que ingressam nos cursos técnicos de nível médio. Diante da qualidade do quadro docente da rede federal se comparado aos da rede pública estadual, parcela significativa da população passou a ver nessas instituições a possibilidade de ter um ensino gratuito e de qualidade que pudesse contribuir para o acesso ao ensino superior, provocando um desvirtuamento do seu papel, o que continua também acontecendo na era dos Institutos.

O fato já vem causando alguns problemas a partir do momento em que os alunos priorizam a formação geral em detrimento da formação técnica, inclusive não buscando a sua inserção no mundo do trabalho, provocando uma relativa escassez de mão-de-obra qualificada para o setor agropecuário e agroindustrial.

Outra preocupação com a perda de espaço do ensino agrícola profissionalizante é a

oferta de cursos em outras áreas. Apesar de concordar com um dos gestores quando ele diz que o ensino agrícola continuará tendo o seu lugar pelo fato do Brasil ser um país que tem a agropecuária como ponto forte de sua economia, preocupa-nos essa nova tendência de criação de cursos voltados para outras áreas da atividade profissional, pois nem sempre atendem às necessidades das comunidades circunvizinhas ao *campus*.

Pode parecer contraditório, mas a alta qualificação dos profissionais docentes que estão ingressando nos Institutos, oriundos de todo os cantos do país, tem gerado alguns problemas, pois, por desconhecerem as realidades locais, nivelam o ensino por cima, não considerando o papel que estas instituições desenvolveram ao longo dos anos junto às comunidades rurais.

Além disso, muitos ingressaram com o intuito de ministrarem suas aulas somente nos cursos superiores e, também, voltados para a pesquisa, uma vez que têm mais destaque no meio acadêmico e proporcionam mais dividendos e reconhecimento profissional.

O somatório desses elementos pode contribuir para uma relativa redução do ensino profissionalizante em prol de uma atenção especial aos outros níveis e modalidades de ensino, podendo provocar uma queda substancial na qualidade do ensino técnico oferecido pelos Institutos, em especial no IF Baiano, nosso campo de pesquisa.

**Questões 15 e 17 - Em sua opinião, quais são os desafios que sua instituição precisará enfrentar para que a implementação do Instituto Federal Baiano seja consolidada com sucesso?**

Iniciando pelos comentários proferidos pelos gestores, que economizaram na exposição dos seus pontos de vista, percebemos que estes giraram em torno de melhoria da infra-estrutura, envolvimento da comunidade, melhor administração dos recursos humanos, além da manutenção ou mesmo elevação da qualidade do ensino.

Como veremos em seguida, os servidores também emitiram suas opiniões na mesma linha, porém, sendo mais contundentes em suas declarações. Para alguns deles, os IF's precisam "*Se reconhecer, se firmar e agir como instituição de nível superior, com forte ênfase na pesquisa e extensão, deixando de lado os hábitos dos tempos de EAF's*". Para outros, é necessário enfrentar a resistência da comunidade acadêmica e repensar o processo seletivo para professores. Há ainda aqueles que defendem como ponto principal que todos assumam compromissos de responsabilidade e de trabalho, principalmente o corpo docente e diretivo, com operacionalização real da proposta de macro integração entre ensino-pesquisa-extensão. A ampliação da infra-estrutura construída de salas de aula, laboratórios, biblioteca, acervos, espaço de estudo para docentes e discentes, oferta de formação continuada para docentes e técnicos e implantação de projetos que tragam a comunidade para dentro do IF, também não foram esquecidas.

Dentre as principais dificuldades apontadas constaram: a localização geográfica das antigas Escolas Agrotécnicas e EMARC's, o fato de não contarem com pessoal qualificado para efetivar essa implementação, a falta experiência para atuar nos dois níveis de ensino, médio e superior, a redução da autonomia das unidades e a necessidade de normatização urgente do Instituto para padronizar ações.

Um dos maiores desafios do IF Baiano nesses primeiros anos de funcionamento a fim de consolidar sua nova identidade é a libertação da forma de atuar das antigas Escolas Agrotécnicas Federais. O coronelismo nessas unidades educacionais sempre foi uma de suas marcas registradas, deixou muitas seqüelas e causou muitos retrocessos na forma de administrar e conduzir os processos educacionais.

Em síntese, as contribuições apontaram para a necessidade dos gestores reverem seus métodos e se conscientizarem da magnitude da proposta, que na atual conjuntura requer uma

visão mais ampla de se promover a educação, considerando a multifuncionalidade conferida aos Institutos.

Outro ponto sempre presente foi a infra-estrutura deficiente das unidades para comportar as propostas de criação de novos cursos, em todos os níveis e modalidades, com a consequente ampliação do número de vagas. Isto enseja uma adequação urgente às novas necessidades e, para tanto, deve existir investimento na ampliação das estruturas físicas (salas, laboratórios, biblioteca, espaço para acomodação de docentes e discentes, etc) bem como na contratação de pessoal. O que os *campi* oferecem atualmente está longe de ser o ideal e pode ter sérias conseqüências para a qualidade do ensino.

De acordo com os servidores, a consolidação da marca IF Baiano, pela peculiaridade de sua composição e a história de suas unidades, também se constitui em um grande desafio. Este está diretamente relacionado à desvinculação da forma de atuar das antigas EAF's, administrativa e pedagogicamente, bem como da estruturação de quatro outras unidades que não estavam vinculadas ao Ministério da Educação à época da criação dos Institutos e que possuíam diferenciações significativas quanto à infra-estrutura, pessoal, orçamento, dentre outras.

Associado a isto e considerando a dimensão do Estado da Bahia, a localização geográfica das unidades em relação à Reitoria dificulta uma assistência mais eficiente desta, onerando os cofres públicos e gerando, também, prejuízos de ordem pedagógica e administrativa.

São apresentados também pelos servidores em suas declarações: a burocratização das ações e a centralização do poder pela Reitoria. Podemos traduzir isto como perda de autonomia, preocupação também apresentada pelos participantes da pesquisa de Otranto(2010), sendo este um dos assuntos mais discutidos durante o processo de implantação dos Institutos, mas negado veementemente pelos defensores da idéia, em especial, os integrantes do governo.

Percebe-se, nitidamente, as ações mencionadas acima, no momento em que a Reitoria toma determinadas decisões sem uma devida e efetiva consulta aos *campi*. Os prazos estabelecidos são geralmente muito exíguos, dificultando as discussões nas comunidades escolares.

Vale ressaltar que os servidores que ocupam funções gerenciais na Reitoria, sejam elas de cunho administrativo ou pedagógico, são conhecedores das peculiaridades de cada *campus* e, por assim ser, deveriam ponderar na hora de verticalizar as decisões e propô-las em prazos exíguos, sem um planejamento que considere as realidades locais, o que só traz prejuízos para a qualidade das ações.

Somos conhecedores das dificuldades enfrentadas neste momento inicial de implantação do IF Baiano, mas é inconcebível a continuidade de procedimentos desta natureza. A resistência não deve ser somente da comunidade escolar, mas também dos gestores junto ao governo que, também, devem atuar buscando a oferta de uma educação pública de qualidade.

**Questões 16 e 18 - Ao atribuir tantas responsabilidades às instituições que histórica e culturalmente desempenhavam um outro papel, você acredita que o governo está priorizando a quantidade de cursos ofertados e de alunos matriculados em detrimento da qualidade da educação?**

**Tabela 21** – Priorização da quantidade de cursos e alunos em detrimento da qualidade da educação – visão dos servidores

	Sim	Não	Não responderam
Catu	13	03	-

Guanambi	04	09	03
S. Inês	09	01	01
S. Bonfim	08	05	-
Total	34	18	04
%	60,72	32,14	7,14

**Tabela 22** - Priorização da quantidade de cursos e alunos em detrimento da qualidade da educação – visão dos gestores

	Sim	Não
Catu		X
Guanambi		X
S. Inês	X	
S. Bonfim		X
%	25	75

Não poderíamos esperar outra resposta dos gestores que não fosse a apresentada no resultado do questionamento, diferentemente da percepção dos servidores, onde a sua maioria optou por apontar uma característica histórica das políticas públicas do Estado brasileiro, que reforça a idéia de atendimento às diretrizes de organismos internacionais e das forças burguesas nacionais, tão discutidas pelos teóricos utilizados como referência neste trabalho.

No entanto, cabe-nos apresentar algumas das declarações dos grupos amostrais para verificarmos o nível de entendimento dos mesmos acerca do tema abordado. Abaixo relacionamos as manifestações dos gestores que entendem que o governo não prioriza quantidade em detrimento de qualidade. Segundo os gestores, “caso sejam mantidos os atuais investimentos na contratação de servidores, o objetivo do governo não é este”. No entanto, reconhecem que, “em parte, isto pode inevitavelmente se tornar uma verdade, pois vai depender da atual gestão do IF Baiano (Reitor e Diretores Gerais)”.

Temos o entendimento que no Brasil não existe política de Estado, mas sim política de governo, principalmente para o campo educacional, sendo este tema bem retratado na reflexão de Grabowski e Ribeiro (2010, p. 279):

A ausência de uma política de Estado, seja para a educação básica, seja para a educação profissional, é um dado histórico real. Portanto, construir, com toda a sociedade, uma proposta de política pública de educação profissional e tecnológica, embasada numa concepção de mundo, homem e sociedade como sujeitos e não como objetos do mercado capitalista e voltada para um projeto de nação soberana e independente é desafio que não pode ser postergado. Para tanto, faz-se necessário sustentar uma proposta de educação profissional como uma política pública, integrada no Sistema Nacional de Educação e articulação com a educação básica e superior.

Analisando a questão, o que acontece são paliativos para forjar estatísticas, muitas vezes superestimadas, visando gerar uma boa imagem junto às comunidades nacional e internacional. Os resultados podem ser observados a partir da análise do nível dos profissionais que são formados pelas instituições de ensino brasileiras nos últimos tempos, bem como pelo nível dos alunos que ingressam no ensino básico e superior, diferentemente de países que, de fato, investem em educação, conscientes de que os resultados surgirão à longo prazo e não de forma imediatista como acontece em nosso país.

Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam que não é possível haver educação profissional de qualidade sem o suporte de educação básica de qualidade, afirmação com a qual concordamos.

O único gestor que foi contrário à opinião dos demais gestores apresentou como argumento a seguinte declaração: *esta proposta deveria ser planejada num período de tempo maior, que possibilitasse a estruturação com maior eficiência, sem a queda da qualidade do ensino*. Depreendem-se daí duas constatações já verificadas anteriormente pelos grupos amostrais: a primeira que tudo aconteceu aceleradamente e, por conseguinte, sem planejamento, comprometendo o desenvolvimento das atividades, sejam elas administrativas e educacionais. A segunda, como consequência da primeira, que tudo isso poderá comprometer a qualidade do ensino oferecido por instituições que ao longo do tempo foram referência em suas regiões.

Corroboram para essa análise constatações provenientes dos servidores, que em sua maioria, 60,72%, entenderam que haverá uma priorização da quantidade em relação à qualidade. Abaixo transcrevemos parte de algumas respostas daqueles que acreditam haver maior preocupação com a quantidade do que com a qualidade:

Os resultados se apresentam na qualidade dos alunos que recebemos no ensino médio que é muito ruim e agora também no ensino superior.[...] Não há dúvida que a criação dos IF's formou uma vitrine para o governo federal, pois a partir do momento que o governo atribuiu tantas responsabilidades às instituições que não conseguiram exercer o seu papel ao longo de décadas, não tem o mínimo interesse de dar educação de boa qualidade, muito menos formar cidadãos críticos. [...] O objetivo é criar uma instituição para causar impacto na sociedade, entre as pessoas menos esclarecidas, assim como tem sido a adoção de políticas de acesso aos cursos superiores através do PROUNI que beneficia grupos particulares (faculdades e universidades – clientelismo. [...] A migração para os Institutos com obrigatoriedade de inclusão de novos cursos deveria ser feita de forma mais planejada, obedecendo a critérios mais sustentáveis e que correspondessem às demandas sociais, pois dificilmente será possível manter a qualidade que a antiga estrutura mantinha com uma diversidade tão grande de cursos e modalidades de ensino.

Os comentários dos servidores contribuíram para ratificar as ponderações feitas anteriormente sobre as declarações dos gestores, acrescentando um elemento já abordado neste trabalho e muito discutido nas comunidades educacionais, científicas e sindicais, que é o acesso ao ensino superior através do ENEM, PROUNI e FIES.

No caso do IF Baiano, foi a adoção do ENEM como política de acesso ao ensino superior através do Sistema de Seleção Unificado - SISU<sup>8</sup>, muito criticada pelas comunidades escolares. Havia uma grande pressão por parte do governo para que se adotasse o exame na sua totalidade. No caso do IF Baiano foi de 100%, contrariando parte das comunidades escolares que tinha o entendimento de que o processo deveria ser gradativo, oportunizando, também, o acesso aos alunos que não tivessem participado do ENEM.

Outro destaque dos comentários acima é a transformação dos Institutos em uma vitrine para o governo. Tivemos a mesma percepção nesta pesquisa quando associamos a reforma ao ano do centenário da educação profissional, haja vista que algo grandioso deveria ser feito para marcar não só a gestão bem como concretizar algumas ações que não foram possíveis efetuar por outras vias.

Discordamos quando um dos servidores coloca que as escolas, no caso as EAF's, não cumpriram o seu papel ao longo da histórica. Ainda que houvesse muitas dificuldades para o seu funcionamento, a grande maioria promovia uma educação de qualidade voltada para uma parcela carente do seu entorno. A crescente procura por alunos que visam a preparação para o vestibular, justamente pela qualidade do ensino promovido por estas instituições, contribuiu

---

<sup>8</sup> Para compreensão deste processo de seleção acesse: <http://www.sisu.gov.br> .

para uma relativa descaracterização do seu papel em suas áreas de atuação, fato este criticado pelo grupo amostral em questões anteriores.

Contrariando a maioria dos servidores, um percentual considerável, 32,72%, optou por acreditar que o governo não está priorizando quantidade em detrimento da qualidade ao instituir a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Poucos fizeram comentários sobre a sua opção e esses adotaram a linha do otimismo, mas, em alguns casos, um pouco céticos, conforme destacado a seguir:

[...] Depende de como encararemos a nova missão, mas é um risco. [...] A quantidade de cursos ainda é insuficiente, a quantidade de alunos ainda é pequena e a qualidade não dependerá desses fatores. [...] Ainda não estamos verificando na prática tais modificações, acho que o governo investiu altos valores nas Escolas Agrotécnicas e espero que continue investindo nos IF's. [...] A qualidade depende da gerência do negócio.

### 3.2 Questões Dirigidas aos Servidores

**Questão 08 - No caso específico do IF Baiano, considerando as características históricas das unidades que o compõem e a multifuncionalidade a ele atribuída, você acredita que a qualidade da educação aumentará com a nova estrutura organizacional? Justifique.**

**Tabela 23** – Aumento da qualidade da educação com os Institutos

	Sim	Não	Não tenho elementos para responder	Não responderam
Catu	09	03	04	
Guanambi	06	06	03	01
S. Inês	06	02	02	01
S. Bonfim	07	02	03	01
Total	28	13	12	03
%	50,0	23,21	21,43	5,36

As considerações feitas pelo grupo amostral giram, em sua maioria, 50 %, em torno dos mesmos pontos apresentados na questão anterior. No entanto, são acrescentados novos elementos que reforçam o temor das comunidades escolares quanto ao sucesso da nova realidade educacional para a rede federal de educação profissional e tecnológica com a criação dos Institutos.

Assim, apresentamos alguns comentários proferidos pelos servidores que se manifestaram por acreditar que a qualidade da educação no IF Baiano aumentará com a chegada dos Institutos Federais:

[...] Sim, mas é necessário estabelecer novo modelo de estrutura organizacional dos *campi*. [...] Por ser idealista e esperançosa, creio na mudança, todavia, historicamente, vimos um ranço autoritário sem planejamento estratégico para sanar problemas, quer seja do quadro funcional ou de infra-estrutura. [...] lembrando que a qualidade da educação não depende apenas da estrutura organizacional, mas de outros fatores como: infra-estrutura, qualificação do pessoal e, principalmente, gestores capazes e idôneos; não posso acreditar diferente (a qualidade vai aumentar). [...] Os novos professores e técnicos que compõem esse sistema trazem consigo visões e mentalidades que enriquecem o grupo antigo, que já estava cansado. [...] No momento essas escolas estão atreladas, na maioria, a pessoas despreparadas para por em prática projeto desta natureza, a melhoria deverá acontecer, mas não

rapidamente. [...]O caminho trilhado pelos IF's é diferente das universidades. Isso torna a caracterização mais difícil e sendo assim a qualidade é peça para o futuro.

Os comentários são comuns em relação à necessidade de mudanças na área de gestão e de infra-estrutura. Somam-se a estes, o entendimento de que a manutenção e/ou incremento de investimento nos Institutos Federais por parte do governo federal será de fundamental importância para o sucesso da nova institucionalidade.

Outro ponto que merece atenção nas abordagens feitas pelos servidores pesquisados foi a descrença em uma mudança a curto e médio prazos. Deduzimos que esta percepção deve-se à realidade vivenciada atualmente pelos servidores dos *campi* que têm de conviver com o velho, antigos servidores ainda envolvidos nos vícios das gestões e embebidos nas pretensões pessoais, e com o novo, de mente mais aberta e liberta das amarras dos grupos que se perpetuam nestas instituições, mas que sofrem permanentemente tentativas de aliciamento, nas suas mais diversas formas, muitas vezes sucumbindo, tornando-se mais um membro daquelas “equipes” que não têm interesse em deixar o poder.

Dentre as outras opções oferecidas como respostas à questão, destacamos alguns comentários contundentes de alguns servidores demonstrando a preocupação destes quanto ao futuro do IF Baiano. Dentre eles:

[...] No caso do nosso *campus*, se não houver mudança na atitude de alguns diretores não haverá mudanças significativas devido à falta de compromisso com educação da atual gestão. [...] Como está tudo no início e o que observamos é uma completa falta de dimensão dos atuais gestores (macro e micro) fica difícil saber se a proposta governamental será efetivada. [...] atribuiu-se uma responsabilidade muito grande aos Institutos, tendo que atender aos diversos níveis de ensino.[...] a cúpula dirigente está enraizada na mais perversa ignorância e isto é um problema sério. [...] Algumas unidades poderão mudar essa trajetória, mas é complicado.

Verifica-se com isso, que há certa incredulidade de parte das comunidades escolares por conta de situações ocorridas no âmbito das antigas Escolas Agrotécnicas Federais. Estas já deveriam estar sendo tratadas com mais atenção e somente agora despertaram no poder central a necessidade de rever seus métodos de gerir a coisa pública.

Como disse um dos servidores “Algumas unidades poderão mudar essa trajetória, mas é complicado”. Isto mostra o tamanho de um dos desafios a serem enfrentados pelos dirigentes nos níveis macro e micro para promoverem, respectivamente, o processo de consolidação da nova configuração da rede e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, especialmente do IF Baiano, foco da nossa pesquisa.

**Questão 09 - Você acredita que sua instituição continuará gozando de autonomia conforme foi preconizado durante o processo de implantação dos Institutos?**

**Tabela 24** – Autonomia das instituições que compõem o IF Baiano

	Sim	Não	Parcialmente	Não respondeu
Catu	03	09	04	
Guanambi	02	09	05	
S. Inês		05	05	01
S. Bonfim	02	05	06	
Total	07	28	20	01
%	12,5	50,0	35,71	1,79

A autonomia das instituições integradas e/ou transformada em Instituto foi muito debatida no processo inicial de discussão da implantação dos Institutos. Havia divergências quanto à manutenção ou perda desta condição até então gozada plenamente pelos CEFET's, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Se por um lado o governo promovia um discurso pela manutenção da autonomia didático-pedagógica e administrativa, por outro, as comunidades escolares, principalmente aquelas mais envolvidas no assunto, desconfiavam de tanta benevolência governamental.

Após quase dois anos da criação dos Institutos, podemos verificar que o discurso dos ferrenhos defensores da idéia da reforma para a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica não condiz com a realidade. Assim, e como não poderia deixar de ser, 50% foram incrédulos quanto à manutenção da autonomia por parte das antigas EAF's com o advento dos Institutos, sendo que um número expressivo, 35,71%, optou por acreditar que a autonomia seria exercida parcialmente.

Pereira (2010) defendeu que a autonomia dos *campi* deveria ser preservada para que as instituições tivessem condições de poder definir suas políticas no sentido de atender as demandas locais e regionais dentro da proposta dos Institutos. No entanto, a realidade que está posta é outra e se acentua cada vez mais no sentido contrário, isto é, a quase que total perda da autonomia pelas unidades que compõem a nova institucionalidade.

Destacamos algumas declarações feitas pelos servidores que discordaram da idéia de manutenção da autonomia.

[...] A perda da autonomia já é bastante evidente. Nada pode ser realizado sem passar pela Reitoria, o que temos observado é uma ingerência muito forte da Reitoria nos *campi*. [...] Acho que desaprendemos tudo que historicamente sabíamos, pois a Reitoria será a fonte receptora de todos os recursos destinados às unidades. [...] Um determinado *campus* será agraciado ou não com o almejado recurso financeiro, dependerá de sua estratégia política. [...] a própria lei previa abrir mão da autonomia. [...] Vejo que a Reitoria está criando novos mecanismos de observação e controle. Tenta padronizar metodologias diferentes nas instituições e isso, via de regra, beneficia alguns *campi* e prejudica outros. [...] Ainda há excesso de centralização e burocracia desnecessárias e muitas decisões são tomadas sem consultar os *campi* e sem considerar suas particularidades. [...] A autonomia que existia em cada instituição (EAF, CEFET, etc) agora se concentra apenas na Reitoria, que está a “mercê” do MEC, a autonomia francamente acabou com a implantação dos Institutos. [...] Tudo é via Reitoria e a capacidade administrativa deixa a desejar.

De acordo com os depoimentos, verificamos que o entendimento deste grupo representativo de servidores é de que a autonomia gozada pelas antigas estruturas é coisa do passado. A necessidade de se ter o aval da Reitoria para a maioria das ações, principalmente aquelas relacionadas a aspectos orçamentários e didático-pedagógicos, torna as unidades refém da vontade dos gestores da administração central.

A capacidade de negociação direta pelas direções gerais das escolas da rede junto à SETEC e ao MEC foi transferida à Reitoria, que detém o poder de barganha perante esses

órgãos governamentais. A figura do Reitor passou a ser o foco da atenção da nova estrutura, uma vez que este é o interlocutor das necessidades dos *campi* frente ao governo.

Nesse sentido, uma boa relação entre *campus*, isto é, seus gestores, e a Reitoria poderá ser sinônimo de maiores dividendos na hora de se pleitear benefícios para sua unidade, sobressaindo aquele *campus* que tiver melhor estratégia. Obviamente, qualquer manifestação de contrariedade em relação às ações da administração central, ainda que sejam procedentes, poderá se constituir em empecilhos no momento de se obter apoio aos projetos apresentados àquela instância.

Os servidores apontaram também a ingerência da Reitoria junto aos *campi* como um dos fatores que reforça a idéia da perda da autonomia das antigas unidades educacionais. Essa centralização do poder decisório na Reitoria também proporciona uma transferência de responsabilidade dos *campi* para esta instância em determinadas ações que dificulta a solução de problemas considerados elementares e que poderiam ser resolvidos com mais celeridade se não tivesse que passar pelo crivo da administração central.

Com isso, diversos setores dos *campi* se eximem de muitas responsabilidades, antes prerrogativas suas, sob o pretexto de estarem limitados ao aval ou mesmo iniciativa da Reitoria. Esta situação torna moroso o desenvolvimento das atividades, prejudicando, muitas vezes, a prestação dos serviços às comunidades escolares.

Outro problema enfrentado pelos *campi* e que denota a perda de autonomia apontada pela maioria os servidores é a padronização das ações administrativas e pedagógicas sem considerar as particularidades de cada unidade. É compreensível a necessidade de uma padronização, principalmente pelo fato dos Institutos se constituírem em uma estrutura única. No entanto, não se podem propor atividades e/ou procedimentos sem considerar as especificidades de cada *campus*, uma vez que a situação local e regional deve ser levada em consideração.

Merece destaque alguns comentários proferidos pelos servidores que apontaram a perda parcial da autonomia das antigas Escolas Agrotécnicas, considerando que os mesmos tiveram um percentual significativo no cômputo geral:

[...]Não houve uma discussão madura e democrática e temos gestores autoritários e sem o hábito de planejar. [...]O processo de autonomia garantido à antigas EAF's está em parte retirado e isso tem incomodado.[...] É um "jogo de empurra" à Reitoria por não cumprir prazos e metas. Estamos vivendo momentos de indefinição quanto a isto e percebo que a autonomia de antes foi parcialmente perdida ou transferida para o Reitor.

As declarações desse grupo de servidores, apesar de optarem pela resposta parcialmente, corroboram com as análises feitas acima que entenderam que a perda da autonomia já tinha se materializado no âmbito do IF Baiano.

**Questão 10 - Como está transcorrendo, na prática, a aplicação da Lei 11.892/2008 no seu Campus?**

**Tabela 25** – Aplicação da Lei de criação dos IF's nos *Campi*

	De forma acelerada	Sem problemas	Com dificuldades	Com a participação da comunidade escolar	Sem a participação da comunidade escolar	Não responderam
Catu	05	02	10	03	05	-
Guanambi	08	03	07	01	01	01
S. Inês	01	02	06	-	03	02
S. Bonfim	01	-	08	-	08	-
Total	15	07	31	04	17	03

Para analisarmos esta problemática, vamos nos reportar às questões 1, 3 e 4 aplicadas no início do questionário e que tiveram como resultado expressivo nas respostas obtidas o seguinte entendimento: o processo de implantação dos Institutos deu-se de forma acelerada, sem resistência, com a participação da comunidade escolar em reuniões que não excederam a três.

No cenário atual, verificamos que alguns pontos mudaram em relação ao início do processo. Com isso, podemos sintetizar da seguinte maneira o atual momento vivenciado pelo IF Baiano, segundo os servidores: o processo de implantação continua acontecendo de forma acelerada, com dificuldades e sem a participação da comunidade escolar.

Isso pode significar a necessidade de mudanças na condução do processo de consolidação da nova institucionalidade. Reportando-nos a passagens anteriores deste trabalho, veremos que foi constatado que o governo nivelou o funcionamento dos Institutos à forma de atuação dos grandes CEFET's da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, não atentando para as especificidades de Institutos originados a partir da transformação de Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas, principalmente no tocante à competência administrativa, pedagógica e, em especial, de gestão.

Não se pode comparar o funcionamento de uma dessas antigas unidades educacionais com o de um Instituto, diante da magnitude de sua proposta. Com exceção da educação profissionalizante de nível médio, integrado e subsequente, o IF Baiano não se encontrava preparado para a nova realidade. Para se colocar em prática o que está preconizado nos objetivos e finalidade conferidos à nova organização educacional, é necessário tempo e capacidade daqueles que estão na ponta do processo, uma vez que serão eles que ditarão as diretrizes para o funcionamento da instituição.

Se isso não acontecer de forma planejada, organizada e imbuída de um comprometimento geral de todos, sejam eles gestores e comunidades escolares, fatalmente veremos as ações sendo desenvolvidas de forma atropelada, contrariando os anseios daqueles que defendem uma gestão participativa, alicerçada em princípios éticos, morais e profissionais, que resultem na promoção de uma educação pública de qualidade.

**Questão 11 - Você acredita que a nova estrutura organizacional dos Institutos Federais poderá compensar, como afirma o governo, a dívida social com cidadãos historicamente excluídos do direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade? Justifique sua resposta.**

**Tabela 26** – Compensação da dívida social com cidadãos excluídos do direito à educação

	Sim	Não	Não responderam
Catu	12	04	
Guanambi	06	09	01
S. Inês	06	05	
S. Bonfim	05	07	01
Total	29	25	02
%	51,79	44,64	3,57

A exclusão do povo brasileiro ao acesso a uma educação pública de qualidade é histórico. A nossa educação sempre foi elitista, onde as camadas pobres da população foram relegadas a um segundo plano. A criação dos Institutos, na ótica governamental, contribuiria significativamente para compensar a dívida social acumulada ao longo dos tempos.

Para ilustrar as percepções acima, apresentaremos em seguida algumas declarações daqueles servidores que acreditam na compensação dessa dívida, ressaltando que totalizou 51,79% do grupo amostral.

[...] Poderá compensar, no sentido de oportunizar ou de aumentar as chances de acesso (mais instituições, menos concorrência; redução das distâncias – interiorização...), mas não necessariamente a qualidade. [...] A criação de cursos superiores dará oportunidade aos cidadãos excluídos de se qualificar, melhorando assim sua vida, apesar de crer que o governo federal não proporcionou um debate com a sociedade como um todo e não observou os ranços internalizados nas EAF's. [...] Creio que haverá uma oferta maior para a inserção de alunos no quadro da rede federal tanto na educação técnica, como também de tecnólogos e licenciaturas, além do número maior de empregabilidade de servidores na rede, contudo, percebo um processo lento e gradual, uma longa caminhada que passa por alterações radicais nas políticas de gestão desde um simples departamento até a reitoria. [...] Não diria compensar, mas vai amenizar o acesso à educação pública de qualidade, se estes institutos estiverem compromissados com os cidadãos das classes excluídas. [...] Teoricamente o governo está facilitando o ingresso às universidades, como exemplo: o PROUNI, sistema de cotas, ENEM;

Um dos pesquisados que concorda com o assunto em questão enfatiza que apesar de poder compensar não significará a melhoria da qualidade da educação, apesar da pesquisa apontar um conflito de opiniões entre os servidores quando confrontamos os resultados das questões 7 e 16, onde, na primeira, a maioria entende que haverá um avanço na qualidade da educação e, na segunda, a, também, maioria acredita que o governo está priorizando a quantidade em detrimento da qualidade

Quanto à questão da empregabilidade, principalmente relacionada aos cursos técnicos integrados, já foi relatado anteriormente que muitos jovens ingressam somente visando uma melhor preparação para os vestibulares haja vista que o ensino básico federal é superior àquele oferecido pela rede estadual, contrariando o propósito da formação pretendida pela rede de educação profissional e tecnológica.

A amenização citada por um dos servidores acontecerá, obviamente em um grau inferior ao desejado, mas isso ainda encontrará um entrave sempre presente nas relações de poder e institucionais: a priorização das políticas de governo em relação às necessárias políticas de estado. Com isso, a continuidade de um projeto fica comprometida prejudicando os menos favorecidos e restabelecendo a famigerada dívida social abordada na questão.

Quando o servidor afirma que o governo facilita o ingresso ao ensino superior instituindo o PROUNI, ENEM, sistema de cotas ou qualquer outra forma de ingresso

diferente da tradicional, isto é, vestibular, é necessário se fazer uma análise mais cuidadosa para perceber o que, de fato, está por trás da proposta. Por exemplo, sobre o PROUNI, FIES questiona-se que o mesmo está associado à mercantilização da educação através do financiamento governamental a instituições particulares de ensino, transferindo assim a responsabilidade do estado para a iniciativa privada, lembrando que essa transferência não está diretamente associada à oferta de uma educação de qualidade, haja vista que muitas instituições privadas de ensino estão com dificuldades de aprovação e reconhecimento de seus cursos.

Dentre aqueles que não acreditam no resgate dessa dívida social, 44,64%, destacamos algumas declarações:

[...]Esta desigualdade persistirá, uma vez que os processos seletivos do Instituto são excludentes, e o pior, os índices de reprovação e desistência são altos, fazendo com que os muito excluídos, a população com renda baixíssima não tenha acesso.[...] Não por culpa do Instituto, mas porque esse é um trabalho de base. [...] Não adianta criar curso se a realidade dessa população nas cidades onde os IF's estão instalados não oferece perspectiva...[...] Infelizmente, a proposta dos IF's não vai sanar esse triste problema. A tentativa é válida, mas historicamente sabemos que educação pública, gratuita e de qualidade é algo almejado, idealizado, mas, em sua essência, é quase impossível de acontecer. A meu ver os IF's são um remédio paliativo.

Quando o servidor afirma que o processo seletivo do IF Baiano é excludente, temos que concordar, haja vista que o mesmo optou pelo ingresso via 100% ENEM já na sua primeira seleção. O mais sensato seria que o processo se desse de forma progressiva, estabelecendo-se percentuais para ingresso que permitisse a toda a população pleitear uma vaga na rede federal de ensino superior, independentemente de ter ou não realizado o exame. Como disse um dos servidores, a caminhada é longa e requererá muito compromisso de todos os envolvidos no processo para que a idéia prospere e, desta forma, possa colher frutos que contribuam para o desenvolvimento do país. O ENEM pode, ainda, mudar o perfil dos alunos que tradicionalmente procuravam as Escolas Agrotécnicas, que eram provenientes do entorno dessas escolas. Agora, com o ENEM, eles podem vir de todas as partes do país e contribuir menos para o desenvolvimento local e regional, uma vez que tendem a retornar às suas origens.

Para estimular ainda mais os estudantes a fazer o ENEM, o governo está promovendo a certificação do ensino médio através desse exame condicionado à obtenção de notas mínimas em redação e nas áreas de conhecimentos gerais e específicos. Assim, alunos da 1ª à 3ª série estão obtendo o certificado de conclusão do ensino médio, habilitando-se a concorrer a uma vaga no ensino superior sem mesmo ter visto os conteúdos mínimos que lhes possibilitem um bom desempenho nesse nível de ensino. Sem dúvida, a consequência será a formação de alunos despreparados para a atuação profissional além da elevação da desistência e reprovação nas instituições de ensino superior.

Com a proposta de expansão da rede o governo está criando unidades por todo o país, contando com 354 unidades e 400 mil vagas até no ano de 2010, com previsão de construção de mais escolas. No entanto, muitas vezes os interesses políticos prevalecem sobre os interesses sociais e coletivos. Nesse sentido, vemos unidades educacionais sendo criadas de forma deslocada das necessidades dos arranjos produtivos locais ou até mesmo oferecendo cursos que destoam das realidades locais e regionais.

Ao falar em remédio paliativo, o servidor só reforça a idéia de que a criação dos Institutos não resolverá o problema do déficit educacional instituído no país ao longo de gerações e muito menos poder ser considerado centro de excelência, em especial o IF Baiano, se as ações forem fomentadas da forma como está ocorrendo atualmente.

Assim, vê-se a necessidade do estabelecimento de uma política de Estado para a educação, neste caso a educação básica, profissional e tecnológica, e não políticas de governo de caráter assistencialista e reparadoras de injustiças cometidas ao longo da história aos desprovidos da sorte. A inexistência desta prática faz com que a educação fique vulnerável à vontade dessa ou daquela equipe de governo em detrimento da implementação de ações concretas e continuadas que assegurem a oferta de uma educação de qualidade nas instituições públicas e possibilite que esta se constitua, de fato, em um elemento propulsor para o progresso do país. Nesse sentido, não se pode deixar de concordar com Ciavatta (2008, p. 163) quando afirma que:

“Os programas de governo engendram soluções pontuais, focalizadas nos grupos mais desfavorecidos. Mas programas de assistencialistas são contingências decorrentes da injustiça social e da extrema desigualdade social em que vivemos. Eles não podem substituir as políticas públicas, as políticas de Estado, que tenham sustentação em legislação específica, tenham base orçamentária e garantia de continuidade.”

**Questão 12 – Você acha que a implantação dos Institutos resolverá o problema do déficit educacional na área da educação profissional e tecnológica no Brasil e, em especial, na Bahia com o IF Baiano? (Justifique)**

**Tabela 27 – O IF Baiano como solução para o déficit educacional na Bahia**

	Sim	Não	Não responderam
Catu	09	07	
Guanambi	05	09	02
S. Inês	04	06	01
S. Bonfim	04	09	
Total	22	31	03
%	39,28	55,36	5,36

Ao analisarmos os resultados das questões 11 e 12 verificamos uma discrepância nos números, apontando para certa credibilidade dos Institutos de forma macro, mas desacreditando na nova estrutura quando se trata de IF Baiano. Na questão anterior muitos dos argumentos para justificar as respostas giraram em torno do aumento do número de cursos, de vagas, ampliação do quadro de pessoal e investimento por parte de governo, além da interiorização do nível superior.

Contraopondo-se a essa percepção, a maioria do mesmo grupo amostral entende que no caso do IF Baiano a implantação do Instituto não resolverá o déficit educacional, utilizando-se dos seguintes argumentos:

[...] É um passo, mas o déficit educacional é grande. [...] Trata-se apenas de uma gota d'água na dívida no oceano da dívida social, pois o quantitativo de vagas ofertadas ainda é muito reduzido considerando o déficit educacional e o potencial dos Institutos. [...] A demanda é grande, mas o acesso para que o aluno faça parte do contexto ainda é difícil. [...] A oferta de cursos nem sempre passa pela necessidade da comunidade, mas do interesse da gestão que muitas vezes visa outros objetivos que não os da educação. [...] O IF Baiano não está preparado para atender essa demanda e sua estruturação será lenta e longa. [...] De repente pode aumentar o número de alunos matriculados, porém, a qualidade do ensino pode ficar comprometida devido à rapidez com que tudo foi feito, inclusive sem discussões. [...] No caso de educação de jovens e adultos é muito difícil: quantidade de recursos e o número de vagas são insuficientes e ainda não há políticas que assegurem a

permanência.

Percebe-se, diante dos comentários, que os servidores ainda estão céticos quanto a essa questão, por entender que algumas diretrizes traçadas pelos Institutos estão aquém do esperado para quem deseja solucionar um problema histórico no nosso país. Além disso, o tempo também é considerado fator primordial para se verificar o resultado da nova estruturação da rede e, quando se trata de educação, o desenrolar do processo é lento e, por isso, requer muita paciência e continuidade nas ações, o que nem sempre acontece em se tratando desse segmento tão importante para humanidade.

Um dos argumentos mais utilizados pelo grupo amostral foi a oferta de cursos que não condiziam com a realidade local e regional onde está instalada a unidade educacional. Como foi dito anteriormente, verificamos que muitos dos cursos oferecidos neste primeiro momento de implantação dos Institutos se deram em função da formação do quadro docente do *campus*, o que, sem dúvida, prejudica os jovens beneficiados com essa expansão da rede, uma vez que, por falta de escolha, opta-se por oferecer cursos que não atendem às necessidades sociais e aos anseios dos alunos, culminando com repetência e evasão, motivadas pelo desestímulo movido pela constatação d falta de identidade com o curso e de poucas perspectivas profissionais.

Vale ressaltar que boa parte dos servidores que fizeram comentários relativos à resposta sim, tendiam pelo aumento de número de cursos e de vagas, além de apostarem que no futuro a reforma iria atender aos anseios dos seus mentores.

**Questão 17 - Você achou necessária a criação dos Institutos Federais? Justifique sua resposta.**

**Tabela 28** – Necessidade de criação dos Institutos Federais

	Sim	Não	Não responderam
Catu	13	03	-
Guanambi	04	09	03
S. Inês	09	01	01
S. Bonfim	08	05	-
Total	34	18	04
%	60,71	32,14	7,14

Mesmo que em outros momentos boa parte dos servidores se mostrara cética em relação à nova institucionalidade, ao serem questionados sobre a real necessidade de criação dos IF's 60,71% desse grupo amostral entendeu que esta era uma ação necessária.

Dentre as justificativas mais comuns apresentadas em relação tema da questão destacamos as que se seguem:

[...] Necessidade de estruturação das IFES (Instituições Federais de Educação Superior) e de uma política que norteasse a sistemática educacional das antigas EAF's. [...] De início não achei importante, mas agora sim com a oferta de novos cursos de nível médio e superior e ampliação do quadro de professores. [...] Sim, se o governo pensou nos Institutos como meio de proporcionar aos cidadãos qualificação, cursos voltados para as necessidades de cada região onde o *campus* atua, caso contrário é jogar dinheiro fora. [...] Por outro lado, os “feudos” que eram as EAF's, em que diretores reinavam se acabaram. [...] A longo prazo, acredito que esses IF's s fortalecerão desde que as políticas macro tenham essa preocupação. [...] As escolas recebiam altos investimentos, o retorno era pequeno, situação que precisava mudar. [...] Preocupa-me a manutenção da qualidade, a longo prazo. [...] A

criação é válida, o que é questionável é a forma de implantação.

Percebem-se algumas preocupações e certo alívio dos servidores quando se referem à criação dos Institutos, tais como: o fim, no entendimento de alguns dos entrevistados, dos feudos constituídos por gestores que se perpetuavam no poder ao longo da história das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, foco da nossa pesquisa; a criação de outros cursos, onde seria possibilitada a expansão do número de vagas ofertadas à população; a preocupação com a manutenção dos investimentos para a continuidade do oferecimento de um ensino de qualidade e, por fim, a contrariedade quanto à forma de criação, sempre presente nos depoimentos ao longo do trabalho.

Não se pode deixar de registrar o percentual obtido pelos servidores que não achou necessária a criação do IF's, 32,14%. Utilizaram como argumentos:

[...] A estrutura precária dos *campi* e do despreparo do corpo docente para lidar com o curso superior. [...] Foi uma decisão para fazer história pessoal. [...] Acho que o governo pretendeu apenas deixar sua marca com a criação, porque as agrotécnicas, se bem administradas, poderiam cumprir muito bem o seu papel. [...] Acredito que os cursos superiores deveriam ser implantados sem a necessidade de criação dos IFs.

Nesta questão as respostas contrárias à criação dos Institutos não foram acompanhadas das devidas justificativas, pois algumas fugiam do tema. Destacamos a que aponta o marketing governamental como um dos principais motivos que levou o governo a mudar a engenharia da rede com a criação dos Institutos. Vale lembrar que 2009 foi o ano de comemoração do centenário da rede federal de educação profissional.

No entanto, vale ressaltar que esta questão permeou muitos debates durante a implantação dos Institutos e no IF Baiano não foi diferente. Como já havia um crescente processo de “cefetização” na rede federal de educação profissional e tecnológica, soava de forma estranha a intenção do governo em instituir uma nova rede e criar uma nova instituição a partir da transformação e/ou integração de CEFET's, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e Escolas Vinculadas às Universidades Federais.

Analisando o que oferecia os CEFET's em sua estrutura organizacional e o que os Institutos se propõem a oferecer, não há como deixar de levantar o seguinte questionamento: Se os CEFET's já oferecem praticamente tudo o que será ofertado pelos Institutos, por que proceder a reforma da rede? Estudiosos utilizados como referência neste trabalho também fazem o mesmo questionamento, corroborando com mais essa inquietação que acirrou os debates a respeito da criação dos Institutos e que ainda continua presente no meio institucional.

Era notória a tendência de cefetização por parte das Escolas Técnicas e Agrotécnicas, onde muitas delas já se preparavam para caminhar nessa direção, assim como dos CEFET's seguirem na direção das Universidades Tecnológicas, indo, neste último caso, de encontro aos propósitos governamentais. Ressalta-se que a do Paraná foi a primeira e, possivelmente, a última, ainda que dois outros grandes CEFET's da rede que não aderiram à proposta tenham a mesma intenção.

Sobre essas situações utilizamos as constatações de Otranto (2010, p. 103) em sua pesquisa sobre os Institutos que muito bem esclarece algumas das reais intenções governamentais a respeito da reforma.

Tomando por base reflexões anteriormente apresentadas, pode-se inferir o porquê do MEC não ter incentivado, ou melhor, ter impedido a transformação de outros CEFET's em universidades tecnológicas. A proposta delas é de atuar de forma similar às das universidades federais, e isso não é prioridade na política de educação profissional técnica e tecnológica da atualidade. A forma como está

estruturado o IFET prevê otimização dos custos e total controle da nova instituição, o que pode acarretar uma fiscalização e um direcionamento mais eficaz na subordinação da educação por ela ministrada aos interesses do mercado, que deve ser fiscalizado desde já pelos docentes, discentes e técnicos dos Institutos Federais.

Pode-se extrair do texto acima alguns elementos apontados pelos entrevistados da presente pesquisa a respeito dessa nova reforma educacional, como: a pressão exercida pelo governo para adesão aos Institutos Federais; a priorização do ensino tecnológico a partir da nova institucionalidade e não das universidades tecnológicas; o crescente controle nos investimentos e a fiscalização que é exercida e que está bastante presente no cotidiano dos *campi* que integram o IF Baiano.

Não obstante essa situação, outro fator bastante presente nos comentários proferidos pelos grupos amostrais ao longo do trabalho foi com relação à questão da infra-estrutura apresentada pelas escolas agrotécnicas no momento da implantação dos Institutos, pois não comportavam a proposta de criação de novos cursos com o conseqüente aumento do número de alunos.

### 3.3 Questões Dirigidas aos Gestores

Analisamos conjuntamente as questões 07 e 08 dirigidas aos gestores, por serem complementares, considerando que um estudo comparativo pode facilitar a verificação da evolução das antigas Escolas Agrotécnicas, desde a criação dos Institutos até o momento da presente pesquisa.

**Questão 07 - No momento da implantação dos Institutos Federais o *Campus* contava com quantos(as):**

**Tabela 29** – Situação dos *campi* no momento da implantação do IF Baiano (jan/2009)

	Cursos	Salas de aula	Laboratórios	Tec. Adm	Docentes	Substitutos	Terceirizados	Alunos
Catu	04	16	03	70	40	08	30	630
Guanambi	05	18	06	56	30	06	55	590
S. Inês	02	12	05	32	38	02	52	318
S. Bonfim	03	15	07	36	36	19	47	552
Total	14	61	21	194	144	35	184	2090

**Questão 08 - Atualmente o *Campus* conta com quantos(as):**

**Tabela 30** – Situação dos *campi* no momento da pesquisa (jun/2010)

	Cursos	Salas de aula	Laboratórios	Tec. Adm	Docentes	Substitutos	Terceirizados	Alunos
Catu	07	16	03	81	66	08	67	700
Guanambi	08	29	06	73	60	00	62	1160
S. Inês	07	12	06	46	56	02	57	665
S. Bonfim	05	15	07	49	49	04	48	563
Total	27	72	22	249	231	14	234	3088

**Tabela 31** – Evolução da situação dos *campi* em 18 meses de funcionamento do IF Baiano

	Cursos	Salas de aula	Laboratórios	Tec. Adm.	Docentes	Substitutos	Terceirizados	Alunos
Jan/2009	14	61	21	194	144	35	184	2090
Jun/2010	27	72	22	249	231	14	234	3088
Variação	+13	+11	+01	+55	+87	-21	+50	+998
%	92,8	18	4,8	28,3	60,4	-40	27,2	47,8

Os números apresentados acima referentes à estrutura-física das antigas EAF's, após 18 meses de funcionamento, ratificam as constatações dos grupos amostrais trabalhados sobre esse ponto de discussão. Um dos elementos mais presentes durante os comentários de algumas questões foi a falta de infra-estrutura das instituições para comportar a mudança proposta pelo governo para a rede, em especial, o IF Baiano.

É, no mínimo, uma tarefa altamente desafiadora uma instituição ampliar significativamente o número de cursos e de vagas sem contar com uma infra-estrutura que supra as necessidades de funcionamento adequado. Esta atitude poderá ter como reflexo o comprometimento da qualidade do ensino oferecido pelo IF Baiano, o que poderá ser observado até mesmo a curto prazo.

De forma geral, ainda que se utilizasse a justificativa de funcionamento das escolas também no período noturno, o número de salas construídas é muito pequeno em relação às reais necessidades de uma instituição de ensino que deseja ser referência na oferta da educação profissional e tecnológica no país. Para agravar ainda mais a situação, a evolução do número de salas deveu-se somente ao *campus* Guanambi, sendo que a quantidade de laboratórios praticamente permaneceu a mesma no âmbito geral, ainda que houvesse a criação de cursos superiores que requerem laboratórios específicos para atuação prática dos alunos, a exemplo de química e agronomia.

Depreende-se dos números apresentados acima outra constatação dos pesquisados: a de que a reforma se deu de forma muito acelerada. Para atendimento às pretensões governamentais, houve uma corrida para a implantação dos cursos superiores que aconteceu, como já relatado anteriormente, em conformidade com a formação do quadro docente presente nos momentos que antecederam o funcionamento do IF Baiano. Não resta dúvida que os arranjos produtivos locais não foram prioritários na hora da escolha.

Outro elemento a se destacar é a relação entre o número de cursos criados e a ampliação do quadro docente, pois a segunda não acompanhou a primeira. Como consequência, na prática está sendo verificado a ampliação da carga de trabalho de muitos docentes, haja vista que estes estão sendo aproveitados nos outros níveis e modalidades de ensino oferecido pelo IF Baiano.

Isto tem gerado insatisfação para aqueles docentes que se sentem prejudicados com a situação em detrimento de outros que se encontram mais confortáveis. Este quadro poderá comprometer um dos propósitos da proposta dos Institutos que é o desenvolvimento da pesquisa e da extensão enquanto instituição equiparada às universidades. Diante disso, pergunta-se: como poderá um professor desenvolver pesquisa e extensão se está com uma sobrecarga de trabalho em sala de aula que consome boa parte do seu tempo?

Um dos pontos positivos de toda a movimentação inicial do IF Baiano foi a redução do número de docentes substitutos nos *campi*. Esta força de trabalho está sendo gradativamente substituída por profissionais efetivos, o que contempla uma das permanentes reivindicações do movimento sindical ao longo dos tempos. Em contrapartida, a terceirização aumentou, sem dúvida provocada pela contratação de profissionais de área de serviços gerais

contrariando, também, outra bandeira histórica das entidades representativas dos trabalhadores, que é o fim da terceirização.

O quadro de técnico-administrativos apesar de ter sido ampliado, também não acompanhou as necessidades das instituições se considerarmos o incremento de cursos, alunos e a ampliação das finalidades da nova estrutura, que enseja força de trabalho para dar suporte ao desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas.

Espera-se, no entanto, investimentos governamentais que supram estas carências, reforçando, não só a infraestrutura como também o quadro de profissionais para que, no mínimo, se mantenha a qualidade do ensino prestado por estas instituições.

**Questão 09 - Com relação à questão financeira, administrativa, patrimonial e didático-pedagógica, o *Campus* manteve a sua autonomia, conforme estabelecido em Lei? Justifique sua resposta.**

**Tabela 32** – Manutenção da autonomia do *Campus*

	Sim	Não
Catu	X	
Guanambi		X
S. Inês		X
S. Bonfim	X	
%	50	50

É importante notar a divisão apresentada no resultado dessa questão. Metade dos gestores assinalou que a autonomia se manteve e a outra metade optou por apontar a perda de autonomia. Vale uma reflexão a respeito do tema.

Atualmente todas as ações passam pelo crivo da administração central, haja vista que os recursos são recebidos e distribuídos por ela de acordo com o planejamento orçamentário de cada unidade. No entanto, ocorrem muitas vezes remanejamentos de recursos dos *campi* por interesse geral da Reitoria, para atender possíveis demandas julgadas como prioritárias, configurando a quebra da autonomia dos *campi*, que era um dos pontos forte das antigas estruturas.

O setor de recursos humanos encontra-se centralizado na Reitoria, ficando os *campi* limitados operacionalmente a núcleos que apenas acatam as diretrizes delineadas pela administração central, tornando morosas algumas ações que eram desenvolvidas sem a burocracia que se faz presente neste momento.

Quanto ao setor pedagógico, as determinações provenientes do Ministério da Educação são repassadas para serem executadas pelas unidades responsáveis pelo cumprimento das diretrizes traçadas para os Institutos. No caso do IF Baiano, foram impostos prazos exíguos para operacionalização em muitas situações. Ainda existe muita dificuldade para a discussão de temas de interesse geral, que afetam substancialmente os *campi* como um todo. Em outros momentos, as decisões são tomadas de forma verticalizada sob o pretexto de cumprimento de metas e determinações do Ministério da Educação.

Diante do exposto, é estranho que metade dos gestores ainda afirme que a autonomia fora mantida. Talvez isso tenha acontecido em razão da tentativa de defesa intransigente da proposta ministerial, sem uma análise mais crítica, a respeito do tema, pois, atualmente, a reitoria tem o poder de priorizar ou dificultar o funcionamento de um determinado *campus* sob os mais variados argumentos, dependendo para isso das relações políticas, profissionais e pessoais estabelecidas entre eles.

**Questão 10 - Com relação ao quadro de pessoal docente e técnico-administrativo do Campus, no que diz respeito ao quantitativo, ele atende de forma suficiente para fazer funcionar a instituição nos moldes do que estabelecido na proposta?**

**Questão 11 - Em caso negativo, especifique quais são as maiores carências.**

**Tabela 33** – Quantitativo de pessoal x funcionamento do IF Baiano

	Sim	Não
Catu		X
Guanambi		X
S. Inês		X
S. Bonfim		X
%		100

Este pode ser considerado um dos problemas mais sérios da administração pública brasileira. Costumeiramente, vemos os agentes do poder público implantando reformas ou qualquer outra ação que afeta diretamente a população sem se preocupar em oferecer o suporte humano necessário à consecução da proposta. No caso dos Institutos Federais, e em especial no IF Baiano, não foi diferente.

Como já relatado anteriormente, no início de funcionamento do IF Baiano os *campi* tiveram que se valer do quadro docente que já possuíam para implantação dos cursos superiores. Somente depois foram abertos concursos para contratação de docentes e técnico-administrativos para reforçar o quadro de pessoal.

A própria reitoria iniciou seu funcionamento sem pessoal efetivamente contratado para aquela unidade, sendo necessária a remoção e/ou cessão dos *campi* para que pudesse funcionar minimamente. Até a realização desta pesquisa não foi realizado nenhum concurso específico para a reitoria visando ao preenchimento dos cargos necessários ao seu pleno funcionamento.

Para agravar ainda mais a situação relacionada mais especificamente ao quadro docente, ocorreu, movido por articulações entre os dirigentes do IF Baiano, um grande número de redistribuições e remoções de servidores que desagradou muitos dos envolvidos no processo. O motivo alegado foi a necessidade do profissional para funcionamento dos cursos em outras unidades do Instituto. Esta atitude acabou prejudicando alguns *campi* e causou muita insatisfação.

Portanto, a necessidade de contratação de novos servidores bem como a capacitação dos já existentes, foram os argumentos utilizados pelos gestores para justificar a unanimidade da resposta à questão 10 no que diz respeito ao quantitativo do quadro de pessoal docente e técnico.

Outro elemento a considerar também sobre esse ponto é a real necessidade de contratação versus disponibilidade orçamentária governamental. Apesar de ter ocorrido muita contratação com a expansão da rede, ainda há um déficit significativo de pessoal na área da educação, pois o que acontece, na maioria das vezes, é a reposição do quadro docente e técnico, motivado por aposentadorias, exonerações e outras formas de desligamento dos profissionais. O discurso de austeridade com os gastos públicos proferido pela presidente Dilma Rousseff no início do seu mandato torna a situação ainda mais preocupante.

**Questão 12 - Considera que a qualificação atual do corpo docente e técnico-**

**administrativo atende às necessidades do *Campus* e aos novos desafios propostos pela Lei 11.892/2008?**

**Questão 13 - Em caso negativo, especifique qual(is) o(s) tipo(s) de formação mais necessária(s) atualmente.**

**Tabela 34 – Qualificação do quadro de pessoal x funcionamento do IF Baiano**

	Sim	Não
Catu	X	
Guanambi	X	
S. Inês		X
S. Bonfim	X	
%	75	25

Se em número o quadro de pessoal é insuficiente, parece que em qualidade ele atende às necessidades dos *campi* e aos novos desafios impostos ao IF Baiano. É fato que o governo federal tem estimulado a qualificação dos servidores com a oferta de Minter e Dinter e até mesmo provocando uma corrida pela qualificação não institucionalizada em função da oferta de gratificações contidas nos planos de carreiras das categorias que compõem o quadro de servidores dos Institutos. Deve-se observar, porém, que nem sempre a qualificação do profissional traz dividendos para as instituições, haja vista que um grande número de docentes e técnicos é estimulado a se qualificar somente por questões financeiras, através do recebimento das gratificações relacionadas à titulação.

Somente o gestor do *campus* de Santa Inês não considerou a qualificação do quadro de pessoal suficiente para atender aos novos desafios do IF Baiano, alegando a necessidade de formação gerencial na área acadêmica. Este é um ponto importante a se destacar, pois, aqueles que vivenciam a realidade do IF Baiano, presenciam, cotidianamente, reclamações acerca da qualificação do quadro de dirigentes dos *campi*, causando dificuldades de operacionalização das ações administrativas e pedagógicas.

**Questão 19 - A Instituição que deu origem a este *Campus* corre o risco de perder sua identidade historicamente construída? Por quê?**

**Tabela 35 – Perda da identidade das antigas EAF's**

	Sim	Não
Catu		X
Guanambi	X	
S. Inês		X
S. Bonfim	X	
%	50	50

Mais uma vez, temos o caso de divisão meio a meio na resposta a uma questão encaminhada aos gestores, demonstrando a própria divisão do grupo. Para analisar essa questão, vamos fazer uma breve incursão histórica para entender a identidade histórica dessas instituições que se transformaram de Escolas Agrotécnicas em *campi* do IF Baiano.

As antigas Escolas Agrotécnicas Federais foram criadas para atender às necessidades regionais através da formação dos jovens oriundos da zona rural, com objetivo de promover o desenvolvimento regional de uma parcela significativa da população. Com isso, tinha-se mão-de-obra qualificada e barata que seria utilizada pelos produtores rurais locais e das regiões circunvizinhas contribuindo para um melhor aproveitamento dos seus recursos naturais.

Estas escolas desempenhavam com bastante qualidade o seu papel nos diversos estados onde estavam situadas, sempre formando técnicos, em sua maioria, capacitados a trabalhar nos diversos pólos agropecuários distribuídos pelo país, contribuindo para o desenvolvimento das atividades agrícolas através da aplicação do conhecimento adquirido ao longo de sua permanência na instituição.

No entanto, ao longo do tempo, mudanças significativas na educação profissional foram introduzidas pelos sucessivos governos que remontam desde as Escolas de Aprendizagem e Artífices, Liceus Industriais, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, CEFET's, Universidade Tecnológica até a mais recente criação de um ente jurídico que muda substancialmente a engenharia da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica denominado Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET.

As mudanças promovidas sempre foram acompanhadas de avanços ou retrocessos para a educação profissional, revelando uma política governamental descontínua para esta modalidade de ensino que esteve e continua atrelada aos mais variados interesses internos e externos.

Quando se pergunta sobre a manutenção ou não da identidade de uma instituição de ensino criada para atender a uma finalidade e a um público específico, que gozava da autonomia de escolher seus próprios caminhos, não há como manter a idéia de que ela permanecerá a mesma e com a mesma filosofia construída ao longo do seu funcionamento, pois novos desafios lhes foram impostos com a reforma ampliando o leque de suas atribuições. Esta mesma preocupação foi apresentada pelo universo pesquisado por Otranto (2010).

Atualmente as antigas Escolas Agrotécnicas Federais estão inseridas em um contexto que as obrigam a dividir a atenção com os diversos níveis e modalidades de ensino constante na lei de criação dos Institutos, estabelecendo uma multifuncionalidade até então não vivenciada por elas. Mesmo que a lei tenha se preocupado em exigir a oferta de 50% das vagas para o ensino profissionalizante de nível médio, percebemos, nitidamente, um movimento claro de supervalorização da oferta do ensino superior.

O perfil de alunos que estão ingressando também está mudando acentuadamente, uma vez que estes buscam um ensino médio de qualidade visando seu melhor preparo para ingresso no ensino superior, fazendo estas escolas perderem consideravelmente o seu objetivo final, contribuindo, desta forma, para a sua perda de identidade no que diz respeito à formação de profissionais para as mais diversas áreas de atuação no mundo do trabalho. A seleção via ENEM tem contribuído sobremaneira para a mudança nesse perfil.

A diversificação de cursos técnicos oferecidos, muitas vezes sem um devido estudo de viabilidade que contribua para o real atendimento às necessidades locais e regionais, também tem promovido um desvirtuamento do papel destas escolas e, conseqüentemente, contribuído para a perda de sua identidade.

Os argumentos utilizados pelos gestores que entenderam que as EAF's não sofreriam uma perda de identidade com a nova realidade educacional da rede deram-se fundamentados no discurso de que as escolas já tinham uma presença na história local e estavam consolidadas como instituições de ensino agrícola.

Discordamos desse entendimento, e, apesar do discurso de manutenção do ensino técnico profissionalizante, percebemos atualmente outra realidade, onde a atenção, antes destinada exclusivamente ao ensino agrícola de nível médio, está compartilhada com outros níveis e modalidades de ensino. Isso exigirá, sem dúvidas, preparo dos gestores e empenho das comunidades escolares para a manutenção de toda a imagem de uma instituição promotora de ensino de qualidade construída ao longo de sua história.

Entendemos que a participação dos membros de uma comunidade escolar é fundamental para o desenvolvimento de qualquer instituição em todos os seus aspectos, mas

isto só não basta. Existem outros fatores que devem ser observados nesse sentido, uma vez que a multifuncionalidade e a pluralidade existentes a partir de então forçará a instituição a tomar decisões e rumos diferentes daqueles vivenciados até aquele momento.

Assim, com base no que está estabelecido pela lei de criação dos Institutos Federais e no que estamos vivenciando cotidianamente no IF Baiano, não há como negar que já está ocorrendo uma relativa perda de identidade das antigas Escolas Agrotécnicas Federais frente à nova realidade da educação profissional federal.

As questões abaixo foram apresentadas aos dois públicos e está sendo discutida no final deste capítulo por entendermos que deveria contemplar os grupos amostrais sobre temas não abrangidos no instrumento de pesquisa. Desta forma, faremos a discussão conjunta das respostas obtidas do universo pesquisado.

**Questão 18 - Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa que não foi contemplada neste questionário?**

**Questão 20 - Em caso afirmativo, aproveite o espaço abaixo.**

No que diz respeito às respostas dos gestores, bastante econômicas, tivemos apenas duas declarações que transcrevemos abaixo, não havendo manifestação de Santa Inês e Guanambi:

[...]Vejo a mudança com muita tranquilidade e acredito que o ensino profissionalizante permitirá maiores oportunidades neste século. [...] Há necessidade de um incremento orçamentário e financeiro em todos os *campi* para alcançar os objetivos sem perder a qualidade.

A reforma pode até ser vista com tranquilidade por alguns, mas a realidade do IF Baiano demonstra que não está sendo tão tranquila assim, como foi possível apreender das respostas obtidas das questões anteriores. É indiscutível que há a necessidade de aporte de recursos orçamentários para que se consiga promover uma educação verdadeiramente de qualidade. No entanto, os discursos governamentais vão sempre na linha do “arrocho”, fazendo com que as ações nas unidades sejam desenvolvidas com muito “malabarismo e jogo de cintura” para que os serviços sejam prestados com o mínimo de qualidade.

No grupo de servidores, foram mencionados assuntos já discutidos anteriormente e apresentado apenas um elemento não abordado no questionário e que mereceu destaque: a constituição do Conselho Superior do IF Baiano. Este, atualmente, não possui representação de todos os *campi*, além de ter como representante da classe trabalhadora um cidadão não pertencente à área da educação, mas dos comerciários e que, portanto, não acompanha o desenrolar das atividades administrativas e educacionais inerentes ao IF Baiano, o que tem provocado questionamentos e gerado insatisfação no meio institucional.

## 4 CONCLUSÕES

Verificamos no recorte histórico utilizado para o embasamento teórico deste trabalho que sucessivas reformas educacionais foram implementadas pelos governos tendo como elemento balizador os ajustes necessários ao atendimento às exigências impostas por organismos internacionais e pela burguesia do país. Estas ações tinham como objetivo contribuir para a reestruturação do capital, agora com uma nova roupagem, a neoliberal, fortalecendo suas políticas exploratórias e mantendo a hegemonia deste modo de produção.

O estabelecimento de metas a serem alcançadas, orientadas por diretrizes que não se preocupam com a qualidade do ensino a ser oferecido, mas, sim, com a obtenção de índices que passem a idéia de crescimento, tem sido a forma encontrada pelo governo para dar satisfação às sociedades nacional e internacional. Divulgam que estão envidando esforços na busca da erradicação do analfabetismo, da melhoria das condições de vida do povo através da elevação do nível de escolaridade, e, conseqüentemente, da inserção daquele cidadão no mundo do trabalho, tudo isso corroborando com o discurso de que o país encontra-se em vias de desenvolvimento.

Estas ações são orientadas por uma política descontínua para a educação e estão presentes nos sucessivos programas de governos que procuram resolver questões pontuais ao invés de adotar uma política de estado voltada para esse segmento tão fundamental ao desenvolvimento de um país.

Assim, como abordamos ao longo da exposição referente às reformas educacionais realizadas a partir da década de 1990, nem tudo é realmente o que parece. As reformas são feitas para atender não somente as necessidades da população ou visando o desenvolvimento do país, mas possuem todo um contorno político e econômico que envolve interesses internos e externos que muitas vezes fogem, em um primeiro momento, ao nosso entendimento, mas que com o passar dos tempos se tornam visíveis, externando as reais intenções governamentais bem como dos agentes financiadores envolvidos nestas reformas.

Para a redação da presente pesquisa, estudamos como se deu a reorganização da rede federal de educação básica, profissional e tecnológica com a criação dos Institutos Federais, procurando identificar alguns dos maiores desafios a serem enfrentados neste momento inicial de sua implantação. Para isso, além da revisão bibliográfica que fundamentou as análises, buscamos investigar em um determinado grupo amostral, como está acontecendo, na prática, a implantação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O campo da pesquisa foi o IF Baiano, composto pelos *campi* de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Foram muitos os posicionamentos dos sujeitos da investigação apontando, em alguns momentos, deficiências da estrutura organizacional e, em outros, acreditando na sua potencialidade, mesmos cientes das enormes dificuldades a serem encontradas.

Um dos pontos mais evidenciados pela pesquisa foi que a criação dos IF's se deu de forma acelerada e verticalizada, sem que houvesse participação efetiva das comunidades escolares e debates suficientes que pudessem prestar os devidos esclarecimentos aos interessados na reforma. Esta, também, foi uma característica marcante das outras reformas implementadas no recorte histórico escolhido para fundamentar o estudo.

O envolvimento efetivo das comunidades com a reforma foi comprovadamente baixo e isso pode justificar, em parte, não terem atentado para a falta de infra-estrutura e a necessidade de um contingente maior de professores, técnicos e gestores, em número suficiente para atender à demanda imposta pelo oferecimento de novos cursos. No entanto, prevaleceu o conformismo em vez da participação ativa.

Soma-se a isso, o posicionamento subserviente da Reitoria em relação aos propósitos governamentais, que nem sempre são os melhores para o setor educacional, haja vista que, como relatamos anteriormente, estão ligados a interesses que às vezes nos fogem ao

conhecimento.

Tudo está diretamente vinculado às relações de poder que são estabelecidas entre os atores do processo, isto é, Reitorias e o poder central, de forma macro, bem como entre *Campi* e Reitoria, de forma micro, configurando um verdadeiro jogo de interesses, muitas vezes associado a vaidades, ambições e poder.

A esse respeito, mencionamos o documento intitulado Termo de Acordo de Metas e Compromisso<sup>9</sup> celebrado entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, válido inicialmente por 4 anos, 2013, com possibilidade de ajustes futuros a médio prazo, 2016, tendo a sua culminância no ano do bicentenário da Independência do Brasil, 2022. Para o cumprimento das metas estabelecidas, que na concepção governamental visam qualificar a gestão e melhorar a infra-estrutura das unidades, serão desenvolvidas ações, onde o incremento de repasse de recursos federais às instituições estará condicionado ao seu cumprimento integral.

Para tanto, foram estabelecidas no documento 19 metas e compromissos e dentre estas destacamos: aumento da relação professor e aluno, elevando para 20 o número de alunos atendido por um professor; elevação dos índices de eficiência e eficácia das instituições, priorizando a permanência e a conclusão; oferta de ensino à distância. Outros pontos reforçam o que já estava estabelecido na lei de criação dos Institutos e merece atenção a proposta de ações assistencialistas relativas à forma de acesso ao ensino técnico e superior, através da adoção de ações afirmativas e a utilização do ENEM para ingresso na graduação.

Como se pode perceber, mais uma vez impera para o segmento educacional os aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos. O importante são os números, alunos em sala de aula e não a oferta de uma educação de qualidade, o que poderá ter como consequência um inchaço da rede atrelada à perda da qualidade do ensino tradicionalmente oferecido.

Verificamos, também, ao longo dos depoimentos dos universos pesquisados, que um dos maiores desafios estava relacionado ao modelo de gestão empregado no IF Baiano neste início de funcionamento. Se por um lado, de forma geral para os Institutos, temos gestores familiarizados com os procedimentos administrativos e com as práticas pedagógicas pelo fato de já lidarem com os níveis e as modalidades de ensino preconizadas pelos Institutos, por outro, a exemplo do IF Baiano, temos gestores que ainda carregam enraizados em suas práticas os ensinamentos adquiridos ao longo dos anos de administração e vivência da realidade das Ex-Escolas Agrotécnicas Federais.

Assim, serão necessárias políticas institucionais no âmbito do IF Baiano que priorizem a qualidade em detrimento da quantidade; da competência em detrimento das relações de amizade e de indicações através de acordos políticos, além de outros aspectos que priorize o coletivo em detrimento do pessoal.

Este pode se constituir em um grande diferencial para o sucesso desse ou daquele Instituto, por entendermos que o horizonte de um gestor já adaptado a um novo modo de fazer educação é mais amplo, uma vez que sua mente está mais aberta às constantes mudanças que acontecem na dinâmica dos processos educacionais, diferentemente daqueles gestores que se encontram atrelados aos ranços característicos das administrações das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, fato ainda presente no atual momento por conta do continuísmo nas administrações que mantêm as mesmas práticas administrativas e pedagógicas do passado, ainda que o momento exija mudanças atitudinais.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.portal.ifba.edu.br/noticias/reitora-assina-acordo-de-metas-em-brasilia.html>.

Acessado em: 20.05.2010

Esperamos que, com a nova realidade, as comunidades escolares se conscientizem da necessidade de inovar, empreender, de mudar, já que esta é uma característica salutar e contribuirá para o processo democrático bem como para a construção dessa nova identidade conferida à educação profissional e tecnológica. Permitirá, também, que novos servidores, com visões diferenciadas em relação ao que está posto, tenham a oportunidade de colocar em prática as suas idéias, contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem nessas instituições e para a promoção de uma educação pautada em princípios éticos e morais que elevem o IF Baiano ao patamar de excelência desejado pelos idealizadores da proposta.

No entanto, isso requererá tempo e dependerá do grau de conscientização de todos aqueles que participam e usufruem da mudança, pois, necessitarão vencer o estado de conformação dos anos anteriores, marca registrada das políticas neoliberais, para avançar na consolidação da nova estrutura.

Sabemos que muitas vezes, mudam-se os nomes, as pessoas, as estruturas físicas, mas as idéias e todos que estão por trás delas continuam os mesmos, camuflados de salvadores da pátria e defensores dos desprovidos da sorte.

A necessidade de implementação de uma organização administrativa inovadora forçará, pelos menos a princípio, uma mudança de atitude por parte daqueles que continuam ou mesmo que venham a gerir os destinos das antigas Escolas Agrotécnicas Federais e demais unidades educacionais que integram a estrutura organizativa do Instituto Federal Baiano. Ressalta-se que este desafio fica ainda maior quando voltamos os olhos para as EMARC's, instituições que se encontravam aquém do patamar de qualidade de ensino profissional alcançado pelas antigas Escolas Agrotécnicas Federais e que necessitam de um olhar ainda mais especial.

Quando um representante do governo coloca que a conjuntura exige de nós sensibilidade política, criatividade e coragem para superar o velho e criar o novo, perguntamo-nos o que é o velho e o que é o novo? Se olharmos para o IF Baiano, verificaremos que, de fato, muito se mudou em relação aos objetivos e finalidades das unidades educacionais que compunham o Instituto. No entanto, se analisarmos outros Institutos Federais, encabeçados pelos grandes CEFET's da rede, perceberemos que pouco se mudou em relação ao que oferecia e ao seu modo de fazer a educação.

Portanto, são realidades muito diferentes e que requerem análises particulares, diferentemente daquelas feitas pelos mentores do projeto, que nivelaram por cima as condições para criação de um Instituto Federal, pautando-se nos grandes CEFET's da rede.

O avanço ou retrocesso da educação promovida pelo IF Baiano, considerando as características históricas que permearam as ações desenvolvidas nas escolas estudadas e a complexidade que a proposta da reforma representa para o IF Baiano, são situações que serão verificadas no decorrer dos próximos anos, onde estará em prova a potencialidade da instituição, seja nos aspectos humanos, infra-estruturais, administrativos e pedagógicos.

Por conta disso, a perda da identidade das antigas EAF's já se configura em uma realidade diante da nova situação, seja pelo perfil e objetivo do público que a procura bem como pela multifuncionalidade a ela conferida, o que provocará um desvirtuamento do seu papel no decorrer dos anos em relação ao que exercia.

O funcionamento em alto nível do IF Baiano se constitui em outro grande desafio para os gestores que comandarão o seu destino nos próximos anos. Levando em consideração que a consolidação de um projeto educacional, principalmente de grande porte como este conferido à rede federal de educação profissional e tecnológica, é lenta e requer perseverança dos seus atores, manutenção e/ou aporte de recursos financeiros visando oferecer as condições necessárias de promoção de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é fundamental a presença de uma política governamental contínua voltada para essa área que tenha como

resultado o sucesso da reforma.

Abordada exaustivamente nas explicações do universo pesquisado, a questão infra-estrutural se constitui em outro obstáculo a ser superado pelos gestores do Instituto Federal Baiano. Ainda há muito que fazer e é inconcebível que se busque uma educação pública de qualidade sem o oferecimento das condições mínimas de operacionalização necessária ao bom funcionamento de uma instituição de ensino nos moldes que almeja a população brasileira e, também, da forma propagada pelo governo.

Sabemos que essa é uma questão que está atrelada às políticas a serem adotadas pelos sucessivos governantes, que, de acordo com o momento histórico vivenciado, poderão dar ou não continuidade às ações planejadas para a nova estrutura organizacional.

Atualmente, após a mudança de governo em 2010, verificou-se um significativo contingenciamento de recursos públicos, atingindo, também, o setor educacional, na busca de ajustes dos gastos públicos sob pretextos de ordem econômica e social. Estes, sem dúvida, terão reflexos na qualidade do ensino oferecido por estas instituições, em que pese o empenho de muitos profissionais que, mesmo na adversidade, lutam pela prestação de serviços de qualidade.

Nesse sentido, o comprometimento das comunidades escolares, muito citado pelos gestores, também se constituirá em um elemento valioso para o sucesso da nova institucionalidade. No entanto, são muitos os fatores necessários para que se chegue a tal atitude por parte das categorias que compõem essas comunidades, a começar pela valorização e respeito a esses profissionais que, na sua grande maioria, dedicam parte de suas vidas desenvolvendo suas atividades com empenho e dedicação, procurando prestar bons serviços aos públicos que se utilizam da estrutura.

Citamos a melhoria das condições de trabalho e estudo como outro desafio que contribuirá para motivar as comunidades escolares do IF Baiano. Na verdade, esta é uma questão que deveria ser básica para os governantes e gestores da rede, no entanto, não é o que se verifica na prática. Muitas vezes os profissionais da educação são obrigados a trabalhar em condições adversas para não deixar de cumprir o seu papel de educador, o que reflete o descaso do poder público no que diz respeito aos direitos e valorização desses cidadãos.

É importante frisar que há muito que fazer para termos uma educação pública que supra as necessidades da população brasileira, qualitativa e quantitativamente. Não há como contestar que houve avanços a nível de investimentos educacionais, porém, interesses escusos capitaneados por forças internacionais e a burguesia nacional, interessadas em explorar o capital humano do país em benefício da manutenção ou aumento de suas bases de sustentação, poderão mudar a qualquer momento as políticas públicas direcionadas à educação profissional e tecnológica, comprometendo o atual projeto que se encontra em curso e que ainda está em fase inicial de consolidação.

Esse entendimento é ratificado pelo universo pesquisado, em sua maioria, quando entendeu a priorização das estatísticas em detrimento da qualidade da educação como um dos elementos norteadores da reforma. O reflexo será constatado em um futuro breve e estará associado à qualidade dos profissionais que estarão ingressando no mundo do trabalho.

Verificamos, também, que apesar de existirem muitos depoimentos demonstrando preocupação com o futuro do ensino técnico após o advento dos Institutos Federais bem como com a situação infra-estrutural, de pessoal e de gestão apresentada nos momentos iniciais de funcionamento do IF Baiano, a maioria dos servidores entendeu como necessária a criação do novo ente jurídico.

Outra constatação visível no âmbito do IF Baiano é em relação ao ensino superior que se tornou a “menina dos olhos” dos gestores. Com isso, boa parte dos esforços é direcionada à estruturação desse nível de ensino, provocando uma redefinição do papel e da estrutura das unidades que o compõem, gerando novas formas de produzir e pensar.

Na ótica governamental, a adoção de uma política amparada na descentralização permitirá levar aos lugares mais distantes do país uma educação de qualidade voltada ao desenvolvimento e a produção de novas tecnologias. No entanto, devemos ter em mente que quantidade nem sempre é sinônimo de qualidade, ou seja, não adianta sair transformando/integrando escolas pelos quatro cantos do território nacional sem que lhes sejam oferecidas condições de funcionamento que permitam colocar em prática um projeto educacional realmente de qualidade.

Por isso, querer acabar com os males educacionais acumulados ao longo da história da educação brasileira em um período muito curto através de propostas não discutidas efetivamente com todos os interessados, é, no mínimo, preocupante e pode provocar ainda mais uma precarização dos processos educativos.

Às vezes, ações dessa natureza partem de realidades de instituições já consolidadas no âmbito educacional nacional ou até mesmo internacional, porém, muito distante do contexto vivenciado pela maioria das instituições públicas de ensino brasileiras, nesse caso as federais, em que pese serem melhores estruturadas em relação às esferas estaduais e municipais.

Não há dúvida que haverá uma ressignificação do ensino agrícola no país, em virtude da ampliação dos horizontes traçados para os Institutos, que poderá mudar substancialmente o futuro da educação profissional, apesar de artigos contidos na lei de criação da nova institucionalidade pregar a manutenção da oferta de vagas voltadas para essa área da educação brasileira.

Os propósitos imediatistas das constantes reformas promovidas pelo estado brasileiro têm provocado o surgimento de inúmeras propostas “salvadoras” para a educação brasileira, sob as mais diversas justificativas, e a criação dos Institutos, caso não seja dada a devida atenção por parte do governo e suas comunidades escolares, poderá se constituir em mais uma ação dessa natureza.

O arrefecimento da resistência, presente nas declarações dos servidores, motivado pelos mais diversos fatores políticos, sociais e econômicos, é um dos elementos que contribui para a consolidação das políticas neoliberais e, conseqüentemente, da manutenção do sistema explorador e opressivo que o globo está submetido. Este estado permite que as mudanças propostas aconteçam passando um ar de tranquilidade e satisfação, convencendo a sociedade de que tudo está sendo feito respeitando os princípios democráticos, quando, na prática, não é o que percebemos.

Constatou-se, também, que a evolução infra-estrutural do IF Baiano praticamente inexistiu nos primeiros dois anos de sua criação, se considerarmos as reais necessidades diante da expansão do número de curso e de vagas oferecidas, o que denota falta de investimento na nova institucionalidade nos momentos iniciais do seu funcionamento. Isto poderá trazer conseqüências para a qualidade dos novos profissionais que estarão sendo inseridos no mundo do trabalho.

A superação do déficit educacional e o atendimento aos arranjos produtivos locais são pontos que esbarram na retórica do discurso, na falta de visão de alguns gestores e da falta de implementação de uma política que permita colocar em prática esses discursos. Como vimos, em alguns *campi* a escolha dos cursos não se deu observando os Arranjos Produtivos Locais, mas, sim, o que tinha de capital humano disponível.

Percebeu-se com a pesquisa que a autonomia usufruída pelas antigas Escolas Agrotécnicas Federais agora é coisa do passado. O que resta são propostas orçamentárias elaboradas pelos *campi* que podem ser contingenciadas de acordo com conveniência da administração central. No que diz respeito às propostas pedagógicas, hoje se encontram em fase de adequação à nova realidade tendo as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão como instância orientadora. Tem-se encontrado algumas dificuldades na execução das ações, especialmente aquelas relacionadas à padronização dos procedimentos, seja pelas

peculiaridades regionais ou mesmo por questões infra-estruturais e de pessoal.

Se em qualificação o corpo de servidores atende a contento as necessidades do Instituto, em quantidade, a pesquisa demonstrou que deixa a desejar. A realização de concursos para contratação de técnicos e docentes, presente no plano de expansão da rede, não foi suficiente para suprir as demandas originadas da criação de novos cursos e o aumento do número de alunos. Esse é um problema que não pode ser relevado, pois atinge diretamente a qualidade dos serviços prestados, seja no âmbito administrativo como no pedagógico.

O somatório de tantos obstáculos estruturais e atitudinais das mais diversas ordens identificados nesta pesquisa relacionada à implantação do IF Baiano e ao seu funcionamento inicial, aliado às políticas governamentais direcionadas ao ensino profissional e tecnológico na atual conjuntura política e econômica do país poderá fazer com que a educação oferecida por estas instituições tenha avanços ou retrocessos.

O fator determinante para o avanço ou retrocesso do processo educacional no IF Baiano será a sua forma de condução, isto é, o que estará sendo estabelecido como prioridade para que, de fato, ele aconteça. Até o momento, verificamos que há muito que mudar para se alcançar um padrão de excelência desejado por todos que sonham com uma educação pública de qualidade.

Com o exposto, respondemos as duas questões norteadoras desta pesquisa que buscou investigar a forma como se deu a implantação dos Institutos Federais, em especial o IF Baiano, e identificar os principais desafios a serem enfrentados com vista ao seu pleno funcionamento.

Certamente, há muito que fazer em uma instituição originada a partir da transformação de unidades educacionais que não tinham como foco do seu fazer educacional níveis e modalidades de ensino que não pertenciam a sua realidade e que de forma muito rápida passou a integrar suas finalidades.

Os desafios postos são imensos e exigirá de todos (governo e comunidade escolar, incluídos, neste último, gestores, servidores e alunos) esforços e muito empenho para que a educação profissional e tecnológica atinja um nível que permita uma formação verdadeiramente qualificada dos seus alunos para enfrentar o mundo do trabalho.

Como podemos perceber, ainda restaram inquietações acerca da forma como se deu a implantação dos Institutos, em especial o IF Baiano, e como está transcorrendo a implementação de ações voltada ao seu funcionamento. Certamente, em um futuro breve elas poderão ser compreendidas e respondidas, mas exigirão esforços e muita investigação.

## 5 REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)*. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000.

BRANDÃO, Marisa. **Revista Retta**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Vol. 1, n. 1, Seropédica: EDUR, 2010, p. 61-87.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p.1-3.

\_\_\_\_\_. **Relatório**. Câmara dos Deputados, 2008a. Disponível em: [http://www2.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=405479](http://www2.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=405479). Acessado em 27.04.2009

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Seção 1, p.7.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90**. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba-PR, 23 a 25/10/2002. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR30\\_0918.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR30_0918.pdf). Acessado em 03.08.2009.

CASTRO, Marcus Faro de; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. *Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 1990*. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba n. 18, p. 109-129, jun. 2002.

CIAVATTA, Maria. *Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)*. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 159-174.

CONSELHO DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS – CONEAF. **Proposta do CONEAF para o novo desenho da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Sertão, RS, 06/06/2007.

FERRETTI, Celso João. *A reforma do ensino técnico da década de 1990: entre a proposta e a prática*. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, vol. 17, nº 1, jan/abr.2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. *A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso*. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes, v. 26, n. 92, p. 39-62, out. 2005.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. *Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil*. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**.

Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 271-284.

GUIMARÃES, Maurício dos Santos; SILVA, Maria Cristina Madeira da. *As políticas de educação tecnológica para o Brasil do século XXI: reflexões e considerações do Sinsasefe*. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 244-250.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - IFET Baiano: **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2009 (mimeo).

KLUGE, Luís Fernando. **Formação de profissionais para o mercado de trabalho: uma análise crítica da formação dos alunos do curso técnico em agropecuária do colégio agrícola de Camboriú**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. *A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão*. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas: Cedes, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006.

\_\_\_\_\_. *As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária*. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p.253-270.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Atlas 2009.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; GOMES, Elenilce Gomes; MENDONÇA, Fernanda Lopes. *Políticas para a Educação Profissional Média nos anos 1997-2007*. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, vol. 17, nº 1, jan/abr.2008.

MONLEVADE, João A.; SILVA, Maria Abádia da. **Quem manda na educação?** Brasília, DF: Editora Idea, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo**. In: 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu-MG. Programas e resumos, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

OTRANTO, Celia Regina. **O neoliberalismo como proposta hegemônica**. Seropédica,RJ: UFRRJ/CPDA, Série Textos, n. 10, setembro/1999, p. 11-18.

\_\_\_\_\_. *A Globalização e a Educação Superior Brasileira*. In: SOUZA, D. B. & FERREIRA, R. (orgs.). **Bacharel ou Professor: o processo de reestruturação dos cursos de formação de professores no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, p. 41-53.

\_\_\_\_\_. *Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs*. **Revista Retta**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Vol. 1, n. 1, Seropédica: EDUR, 2010, p. 89-110.

PAMPLONA, Ronaldo Mendes. **As relações entre o Estado e a escola: um estudo sobre o desenvolvimento da educação profissional de nível médio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

PEREIRA, Paulo César. *O Concefet frente ao atual momento da educação profissional e tecnológica*. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 271-284.

Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007. Brasília : MTE, SPPE, 2003. 56 p.  
Disponível em:

[http://www.trabalho.al.gov.br/configuracao/arquivos/manuais/Pnq\\_2003\\_07.pdf](http://www.trabalho.al.gov.br/configuracao/arquivos/manuais/Pnq_2003_07.pdf). Acessado em 20/08/2010.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

\_\_\_\_\_. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1.231-1.255, out. 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3 ed. **Revista Atual** – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001, 121p.

SOARES, Ana Maria Dantas. **Política educacional e configuração dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?** Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

## **6 ANEXOS**

## Anexo A



**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

### **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3º A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

## CAPÍTULO II

### DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### Seção I

##### Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de

Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica

Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1º As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2º A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *campus* da nova instituição.

§ 3º A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5º A relação dos *campi* que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

## Seção II

### Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos

docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

### Seção III

#### Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

#### Seção IV

##### Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1

(um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

§ 2º A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos *campi* que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos *campi* que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2º O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13. Os *campi* serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo *campus*, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do *campus* os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto

Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1º Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em *campus* de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo *campus*.

§ 2º Nos *campi* em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 3º O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do *Campus*, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1º Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2º A mudança de lotação de servidores entre diferentes *campi* de um mesmo Instituto

Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19. Os arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

.....” (NR)

“Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I - 38 (trinta e oito) cargos de direção - CD-1;

.....

IV - 508 (quinhentos e oito) cargos de direção - CD-4;

.....

VI - 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas - FG-2.

.....” (NR)

“Art. 4º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

.....” (NR)

“Art. 5º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

.....” (NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

*Paulo Bernardo Silva*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2008

#### ANEXO I

Localidades onde serão constituídas as Reitorias dos novos Institutos Federais

<b>Instituição</b>	<b>Sede da Reitoria</b>
Instituto Federal do Acre	Rio Branco
Instituto Federal de Alagoas	Maceió
Instituto Federal do Amapá	Macapá
Instituto Federal do Amazonas	Manaus
Instituto Federal da Bahia	Salvador
Instituto Federal Baiano	Salvador
Instituto Federal de Brasília	Brasília
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória
Instituto Federal de Goiás	Goiânia
Instituto Federal Goiano	Goiânia
Instituto Federal do Maranhão	São Luís
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Instituto Federal do Pará	Belém
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa
Instituto Federal de Pernambuco	Recife
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina
Instituto Federal do Piauí	Teresina

Instituto Federal do Paraná	Curitiba
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pelotas
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis
Instituto Federal Catarinense	Blumenau
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju
Instituto Federal do Tocantins	Palmas

## ANEXO II

Escolas Técnicas Vinculadas que passam a integrar os Institutos Federais

<b>Escola Técnica Vinculada</b>	<b>Instituto Federal</b>
Colégio Técnico Universitário – UFJF	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Colégio Agrícola Nilo Peçanha – UFF	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - UFF	Instituto Federal Fluminense
Escola Técnica – UFPR	Instituto Federal do Paraná
Escola Técnica – UFRGS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati – FURG	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC	Instituto Federal Catarinense
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes – UFSC	Instituto Federal Catarinense

## ANEXO III

Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

<b>Escola Técnica Vinculada</b>	<b>Universidade Federal</b>
Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - UFRR	Universidade Federal de Roraima
Colégio Universitário da UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Escola Técnica de Artes da UFAL	Universidade Federal de Alagoas
Colégio Técnico da UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Escola Técnica de Saúde da UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV	Universidade Federal de Viçosa
Escola de Música da UFP	Universidade Federal do Pará
Escola de Teatro e Dança da UFP	Universidade Federal do Pará
Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Escola Técnica de Saúde da UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG	Universidade Federal de <i>Campina</i> Grande
Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRP	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Colégio Agrícola de Floriano da UFPI	Universidade Federal do Piauí

Colégio Agrícola de Teresina da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Bom Jesus da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Técnico da UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Escola Agrícola de Jundiá da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Escola de Enfermagem de Natal da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Escola de Música da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen da UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria

## Anexo B



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**Mestrando: Márcio Luis Bastos da Silva**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Regina Otranto**

### ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma das etapas da metodologia adotada no projeto de pesquisa do Mestrado em Educação Agrícola do Programa de Pós-Graduação em Ensino Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro intitulado “Os Novos Desafios da Educação Profissional e Tecnológica na Bahia com a Implantação do IFET Baiano”. Tem por objetivo investigar as reais condições dos *Campi* de Catu, Senhor do Bonfim, Santa Inês e Guanambi, no momento da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano bem como investigar as principais dificuldades enfrentadas na implementação das propostas contidas na Lei 11.892/2008.

Visando um melhor entendimento da proposta, seguem abaixo algumas orientações preliminares no sentido de facilitar o preenchimento deste instrumento de pesquisa:

1. O questionário é composto de 20 questões abertas e fechadas;
2. A população investigada será correspondente a 25% do quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos) ativos e efetivos deste *Campus*, escolhidos aleatoriamente, e que já faziam parte do quadro no momento da publicação da Lei 11.892/2008, isto é, 30.12.2008, bem como a atual administração da Instituição;
3. O preenchimento deste questionário contribuirá para a melhor compreensão das dificuldades enfrentadas atualmente pelo *Campus*, favorecendo a busca de alternativas de solução.
4. O envelope contendo o questionário respondido deverá ser devolvido lacrado até o dia **20 de maio de 2010**;
5. Solicita-se que as respostas correspondam rigorosamente à realidade, para que possamos fazer um diagnóstico mais preciso da situação do *Campus*;
6. Ao justificar a sua resposta, o(a) gestor(a) deverá utilizar o espaço destinado na questão para tal finalidade, podendo fazer uso de folhas adicionais, caso o número de linhas não seja suficiente, bastando para isso identificar a questão.

**Contato: Endereço: Rua Dr. José Humberto Nunes, 112 – Bom Jesus, CEP: 46.430-000 - Guanambi/BA**

**Tel: (77) 3493-2100, Ramal 226 (trabalho); (77) 8812-8436 (celular)**

**E-mail: [marciogbi@yahoo.com.br](mailto:marciogbi@yahoo.com.br)**

## QUESTIONÁRIO

1. Como transcorreu o processo de implantação do Instituto Federal em sua instituição?  
(pode marcar mais de uma alternativa)

De forma acelerada

Sem problemas

Com resistência

Sem resistência

2. No momento da mudança você se sentiu devidamente esclarecido sobre o conteúdo da Lei 11.892/2008?

Sim

Não

---

---

---

---

3. Quantas reuniões ocorreram durante o processo de implantação do Instituto em sua instituição?

Entre uma e três

Entre quatro e seis

Mais de seis

(....) Nenhuma

4. Houve participação da comunidade escolar no processo de discussão sobre a proposta de criação dos Institutos?

Sim

Não

5 - No caso da resposta anterior ser afirmativa, marque com um X quem participou.

(....) Diretor

(....) Equipe pedagógica

(....) Professores

(....) Servidores técnico-administrativos

(....) Estudantes

(....) Pais ou responsáveis

(....) Outros. Quais .....

6.Você considera que sua instituição está preparada, tanto no aspecto da infra-estrutura como no de pessoal e de gestão, para assimilar a mudança proposta pelo governo?

( ) Sim

( ) Não

---

---

---

---

7.No momento da implantação dos Institutos Federais o *Campus* contava com quantos(as):

Cursos: \_\_\_\_\_

Salas de aulas: \_\_\_\_\_

Laboratórios \_\_\_\_\_

Servidores Técnico-Administrativos: \_\_\_\_\_

Docentes: \_\_\_\_\_

Substitutos: \_\_\_\_\_

Terceirizados: \_\_\_\_\_

Alunos: \_\_\_\_\_

8.Atualmente o *Campus* conta com quantos(as):

Cursos: \_\_\_\_\_

Salas de aulas: \_\_\_\_\_

Laboratórios \_\_\_\_\_

Servidores Técnico-Administrativos: \_\_\_\_\_

Docentes \_\_\_\_\_

Substitutos: \_\_\_\_\_

Terceirizados: \_\_\_\_\_

Alunos: \_\_\_\_\_

9.Com relação à questão financeira, administrativa, patrimonial e didático-pedagógica, o *Campus* manteve a sua autonomia, conforme estabelecido em Lei? Justifique sua resposta.

( ) Sim

( ) Não

---

---

---

---

10.Com relação ao quadro de pessoal docente e técnico-administrativo do *Campus*, no que diz respeito ao quantitativo, ele atende de forma suficiente para fazer funcionar a instituição nos moldes do que foi estabelecido na proposta?.

(....) Sim

(....) Não

11. Em caso negativo, especifique quais são as maiores carências.

---

---

---

---

12. Considera que a qualificação atual do corpo docente e técnico-administrativo atende às necessidades do *Campus* e aos novos desafios propostos pela Lei 11.892/08?

( ) Sim

( ) Não

13.- Em caso negativo, especifique qual o(s) tipo(s) de formação mais necessária(s) atualmente.

---

---

---

---

---

14. De que forma, deu-se a escolha dos cursos superiores oferecidos por sua instituição:

Com a participação da comunidade escolar (servidores e alunos)

Administrativamente

Através de estudo de viabilidade na região

Outro.(Explicite)

---

---

---

15 Você acredita que a qualidade da educação promovida pela rede federal de educação básica, profissional e tecnológica melhorará com o advento dos Institutos Federais? Justifique sua resposta.

Sim

Não

---

---

---

16. Mesmo considerando, de acordo com a lei 11.892/2008, a obrigatoriedade da oferta de 50% das vagas oferecidas pelos Institutos para o ensino profissionalizante, você acha que o ensino agrícola poderá perder espaço na rede, uma vez que dividirá a atenção com a oferta de cursos superiores, a pesquisa e a extensão? Justifique sua resposta.

Sim

Não

---

---

---

17. Em sua opinião, quais os desafios que sua instituição precisará enfrentar para que a implementação do Instituto Federal Baiano seja consolidada com sucesso?

---

---

---

---

18. Ao atribuir tantas responsabilidades às instituições que histórica e culturalmente desempenhavam um outro papel, você considera que o governo está priorizando a quantidade de cursos ofertados e de alunos matriculados em detrimento da qualidade da educação?

( ) Sim

( ) Não

---

---

---

19. A Instituição que deu origem a este *Campus* corre o risco de perder sua identidade historicamente construída? Por que?

(...) Sim

(...) Não

---

---

---

20. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa que não foi contemplada neste questionário? Em caso afirmativo, aproveite o espaço abaixo.

---

---

---

---

Muito obrigado.

Márcio Luis Bastos da Silva

## Anexo C



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**Mestrando: Márcio Luis Bastos da Silva**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Regina Otranto**

### ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma das etapas da metodologia adotada no projeto de pesquisa do Mestrado em Educação Agrícola do Programa de Pós-Graduação em Ensino Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro intitulado “Os Novos Desafios da Educação Profissional e Tecnológica na Bahia com a Implantação do IFET Baiano”. Tem por objetivo investigar as reais condições dos *Campi* de Catu, Senhor do Bonfim, Santa Inês e Guanambi, no momento da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano bem como investigar as principais dificuldades enfrentadas na implementação das propostas contidas na Lei 11.892/2008.

Visando um melhor entendimento da proposta, seguem abaixo algumas orientações preliminares no sentido de facilitar o preenchimento deste instrumento de pesquisa:

7. O questionário é composto de 18 questões abertas e fechadas;
8. A população investigada será correspondente a 25% do quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos) ativos e efetivos deste *Campus*, escolhidos aleatoriamente, e que já faziam parte do quadro no momento da publicação da Lei 11.892/2008, isto é, 30.12.2008, bem como a atual administração da Instituição;
9. O preenchimento deste questionário é facultativo e contribuirá para a melhor compreensão das dificuldades enfrentadas atualmente pelo *Campus*, favorecendo a busca de alternativas de solução. Será preservada a identidade do(a) servidor(a) que o preencher;
- 10. O envelope contendo o questionário respondido deverá ser devolvido lacrado até o dia 18 de junho de 2010;**
11. Solicita-se que as respostas correspondam rigorosamente à realidade, para que possamos fazer um diagnóstico mais preciso da situação do *Campus*;
12. Ao justificar a sua resposta, o(a) servidor(a) deverá utilizar o espaço destinado na questão para tal finalidade, podendo fazer uso de folhas adicionais, caso o número de linhas destinadas não seja suficiente, bastando para isso identificar a questão.

**Contato: Endereço: Rua Dr. José Humberto Nunes, 112 – Bom Jesus, CEP: 46.430-000 - Guanambi/BA**

**Tel: (77) 3493-2100, Ramal 226 (trabalho); (77) 8812-8436 (celular)**

**E-mail: [marciogbi@yahoo.com.br](mailto:marciogbi@yahoo.com.br)**

## QUESTIONÁRIO

1. Como transcorreu o processo de implantação do Instituto Federal em sua instituição?  
(pode marcar mais de uma alternativa)

De forma acelerada

Sem problemas

Com resistência

Sem resistência

2. No momento da mudança você se sentiu devidamente esclarecido sobre o conteúdo da Lei 11.892/2008? (em caso negativo, esclareça)

Sim

Não

---

---

---

3. Quantas reuniões ocorreram durante o processo de implantação do Instituto em sua instituição?

Entre uma e três

Entre quatro e seis

Mais de seis

(....) Nenhuma

4. Houve participação da comunidade escolar no processo de discussão sobre a proposta de criação dos Institutos?

Sim

Não

5. No caso da resposta anterior ser afirmativa, marque com um X quem participou.

(....) Diretor

(....) Equipe pedagógica

(....) Professores

(....) Servidores técnico-administrativos

(....) Estudantes

(....) Pais ou responsáveis

(....) Outros. Quais .....

6. Você considera que sua instituição está preparada, tanto no aspecto da infra-estrutura como no de pessoal e de gestão, para assimilar a mudança proposta pelo governo?

Sim

Não

---

---

---

---

7. De forma geral, você acredita que a qualidade da educação promovida pela rede federal de educação profissional, científica e tecnológica terá um avanço com o advento dos Institutos Federais? Justifique sua resposta.

Sim

Não

Não tenho elementos para responder

---

---

---

---

8. No caso específico do IF Baiano, considerando as características históricas das unidades que o compõem e a multifuncionalidade a ele atribuída, você acredita que a qualidade da educação aumentará com a nova estrutura organizacional? Justifique.

Sim

Não

Não tenho elementos para responder

---

---

---

---

9. Você acredita que sua instituição continuará gozando de autonomia conforme foi preconizado durante o processo de implantação dos Institutos?

- Sim
- Não
- Parcialmente

---

---

---

10. Como está transcorrendo, na prática, a aplicação da Lei 11.892/2008 no seu *Campus*?

- De forma acelerada
- Sem problemas
- Com dificuldades
- Com a participação da comunidade escolar
- Sem a participação da comunidade escolar

11. Você acredita que a nova estrutura organizacional dos Institutos Federais poderá compensar, como afirma o Governo, a dívida social com cidadãos historicamente excluídos do direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade? Justifique sua resposta.

- Sim
- Não

---

---

---

12. Você acha que a implantação dos Institutos resolverá o problema do déficit educacional na área da educação profissional e tecnológica no Brasil, e, em especial, na Bahia com o IF Baiano? (Justifique)

- Sim
- Não

---

---

---

13. De que forma deu-se a escolha dos cursos superiores oferecidos por sua instituição:

Com a participação da comunidade escolar (servidores e alunos)

Administrativamente

Através de estudo de viabilidade na região

Outro.(Explicite)

---

---

---

14. Mesmo considerando, de acordo com a lei 11.892/2008, a obrigatoriedade da oferta mínima de 50% das vagas oferecidas pelos Institutos para o ensino profissionalizante integrado, você acha que o ensino agrícola poderá perder espaço na rede, uma vez que este dividirá a atenção com a oferta de cursos superiores, a pesquisa e a extensão? Justifique.

Sim

Não

---

---

---

15. Em sua opinião, quais são os desafios que sua instituição precisará enfrentar para que a implementação do Instituto Federal Baiano seja consolidada com sucesso?

---

---

---

16. Ao atribuir tantas responsabilidades às instituições que histórica e culturalmente desempenhavam um outro papel, você considera que o governo está priorizando a quantidade de cursos ofertados e de alunos matriculados em detrimento da qualidade da educação?

Sim

Não

---

---

---

17. Você achou necessária a criação dos Institutos Federais? Justifique sua resposta.

Sim

Não

---

---

---

18. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa que não foi contemplada neste questionário? Em caso afirmativo, aproveite o espaço abaixo.

---

---

---

Muito Obrigado.

Márcio Luis Bastos da Silva